



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO/FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**AGENTES E ESCRIVÃES DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA,
PERFIL, FORMAÇÃO E PRÁTICA POLICIAL: UM COMPARATIVO ENTRE
AS TURMAS DO CONCURSO PÚBLICO DE 1997 E DE 2013**

**SALVADOR
2021**

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**AGENTES E ESCRIVÃES DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA,
PERFIL, FORMAÇÃO E PRÁTICA POLICIAL: UM COMPARATIVO ENTRE
AS TURMAS DO CONCURSO PÚBLICO DE 1997 E DE 2013**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Escola de Administração/Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivone Freire Costa

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Freitas

SALVADOR
2021

Dados internacionais de catalogação-na-publicação

S729Souza, Marcos Antonio de

Agentes e escrivães de Polícia Civil do Estado da Bahia, perfil, formação e prática policial: um comparativo entre as turmas do concurso público de 1997 e de 2013 / por Marcos Antonio de Souza. – 2021.

131 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivone Freire Costa.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Freitas.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito; Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração, Salvador, 2021.

1. Formação profissional. 2. Segurança pública. 3. Policiais civis - Formação. I. Costa, Ivone Freire. II. Freitas, Mônica. III. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Direito. IV. Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração. V. Título.

CDD – 342.0418

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**AGENTES E ESCRIVÃES DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA,
PERFIL, FORMAÇÃO E PRÁTICA POLICIAL: UM COMPARATIVO ENTRE
AS TURMAS DO CONCURSO PÚBLICO DE 1997 E DE 2013**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Escola de Administração/Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia, na Área de Concentração: Segurança Pública, Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Segurança Pública.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Dr(a). Ivone Freire Costa (orientadora)

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa

Professor(a) do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia

Dr(a). Marco Meneguzzo

Mestre em Strategia e Gestione delle Piccole Medie Imprese pela Università Commerciale Luigi Bocconi

Professor(a) Catedrático da University of Rome II – Tor Vergata

Dr(a). Monica de Melo Freitas

Doutora em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa

Profesor(a) da do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia

Dr(a). José Maria Carvalho Ferreira

Doutor em Sciences Economiques pela Université de Paris X, Nanterre

Profesor(a) da Universidade Técnica de Lisboa e Vistante do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os Homens e Mulheres, que com afinco, se empenham diariamente no árduo labor de defesa da vida e do patrimônio dos cidadãos, em prol da paz social, defesa dos direitos humanos e no exercício pleno da cidadania, com sacrifício da própria vida se necessário for.

E a minha filha Clara Vitória de Souza, futura bióloga, que esteve sempre a meu lado auxiliando e incentivando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, os Orixás e meus ancestrais que através da capacidade de resistência, perseverança na luta pela igualdade social e intelectual com as devidas acomodações espaciais, me concederam a sabedoria e a faculdade do pensar. A todos os Professores, desde aquela em uma igreja no fim da rua, até os Mestres e Doutores da atualidade. Aos amigos próximos e os distantes que nunca deixaram de povoar meus pensamentos. Aos meus filhos Carlos Eduardo e Clara Vitória. A minha esposa Valcy pela compreensão. A minha família, irmãos, sobrinhos e todos que de alguma forma fazem parte dessa corrente, lhes digo que vocês são a fonte da minha busca constante da manutenção da honradez e honestidade no exercício profissional. A minha saudosa e inesquecível mãe, eterna inspiração que do alto do seu analfabetismo e de sua luta diária como empregada doméstica, conseguia com seu sorriso, tranquilidade e humildade, emanar uma sabedoria extraordinária, capaz de encantar e conduzir a vida, servindo de inspiração e me mantendo sempre na estrada do saber a procura do conhecimento, até o dia de reencontrá-la, para agradecer e dizer que nós conseguimos. Aos meus colegas de trabalho, que sirva de inspiração na busca do conhecimento para só assim conquistar a tão sonhada liberdade funcional. A professora Ivone Freire coordenadora do mestrado e minha orientadora, uma guerreira incansável na luta diária pela excelência na segurança pública, através da qualificação científica de seus membros, meus eternos agradecimentos a Rony e Jamile, que se colocaram sempre solícitas e prontas a ajudar, a Dôra pela paciência na orientação das atividades e suporte técnico, no uso das diversas plataformas, mídias e demais redes. Para aqueles não citados, mas, não esquecidos, apenas reservei um momento especial para agradecê-los pessoalmente. E finalmente aos meus colegas de turma pela oportunidade que me deram de compartilhar das suas companhias e de seus conhecimentos e pela promoção final da condição de colega, para a de amigos. Muito Obrigado a todos!

**“PARA CRIAR INIMIGOS NÃO É NECESSÁRIO DECLARAR GUERRA,
BASTA DIZER O QUE PENSA”.**

MARTIN LUTHER KING.

RESUMO

O presente estudo discorre sobre as conexões entre a formação dos policiais civis (Bahia), e a sua aplicabilidade no cotidiano do trabalho, sob a ótica dos egressos dos cursos de formação policial da Bahia, realizados pela Academia de Polícia (ACADEPOL). Fundamentado na pesquisa científica da turma de 2013, em continuidade de análise anterior, realizada com a turma de 1997, reafirma o descompasso entre conhecimentos adquiridos nas academias, para o desempenho do trabalho policial e a realidade na qual se realiza o trabalho cotidiano da polícia. Contudo, pondera o descompasso com as evidências das dimensões, profissional, pessoal e qualidade da formação, nos três espaços de afetação, que dizem respeito diretamente às melhorias no desempenho do trabalho policial; as experiências inovadoras em contexto profissional, a partir das reflexões e investigações feitas durante o curso. Ainda não se desenvolveu uma compreensão coletiva sobre o papel social da polícia, e uma visão sobre a importância da formação e valorização do corpo de policiais. São questões referenciais da construção de uma instituição de valores democráticos, portanto, voltada ao atendimento dos interesses coletivos, em contraposição a defesa dos interesses e ideologias de governos. A pesquisa empírica de natureza qualitativa utilizou-se de roteiro de entrevista semiestruturada, realizada através da web, utilizando como instrumento o Formulário Google (Google Form's), com 28 questões personalizadas e respostas de múltiplas escolhas para a turma de 1997, e 25 questões para a turma de 2013, enviados através da plataforma Google, ou acesso através do Gmail, conforme endereço eletrônico constante na referência. A escolha das turmas resultou da experiência de 1997, última com escolaridade de nível médio a ingressar na instituição, enquanto a turma de 2013 são a primeira a ingressar na Polícia Civil, com escolaridade de nível superior. Os resultados da formação dos policiais civis (Bahia) e a sua aplicação no cotidiano do trabalho evidenciaram relativa conexão entre a formação recebida e prática profissional, observando-se maiores discrepâncias na turma de 2017, com nítido distanciamento de visão democrática e ruptura no entendimento da essência do significado do que é “disciplina”, “justiça” ou “segurança pública”, aliado à defesa de direitos, seus ou de outrem.

Palavras-chave: Formação profissional. Prática policial. Segurança pública.

ABSTRACT

This study discusses the connections between the training of civil police officers (Bahia), and its applicability in daily work, from the perspective of graduates of police training courses in Bahia, carried out by the Police Academy (ACADEPOL). Based on the scientific research of the 2013 class, in continuation of a previous analysis carried out with the 1997 class, it reaffirms the mismatch between knowledge acquired in the academies, for the performance of police work and the reality in which the daily work of the police is carried out. However, it ponders the mismatch with the evidence of the dimensions, professional, personal and quality of training, in the three areas of affectation, which directly concern improvements in the performance of police work; innovative experiences in a professional context, based on reflections and investigations carried out during the course. A collective understanding of the social role of the police and a view on the importance of training and valuing the police force has not yet been developed. They are referential questions for the construction of an institution of democratic values, therefore, aimed at meeting collective interests, as opposed to defending the interests and ideologies of governments. The empirical research of a qualitative nature used a semi-structured interview script, carried out through the web, using the Google Form (Google Form's) as an instrument, with 28 personalized questions and multiple choice answers for the 1997 class, and 25 questions for the 2013 class, sent via the Google platform, or access via Gmail, according to the email address in the reference. The choice of classes resulted from the 1997 experience, the last with high school education to join the institution, while the 2013 class was the first to join the Civil Police, with higher education. The results of the training of civil police officers (Bahia) and its application in the daily work showed a relative connection between the training received and professional practice, with greater discrepancies in the 2017 class, with a clear departure from the democratic vision and a rupture in the understanding of essence of the meaning of what is "discipline", "justice" or "public security", allied to the defense of rights, yours or others.

Keywords: Professional training. Police practice. Public security.

RESUMÉN

Este estudio analiza las conexiones entre la formación de policías civiles (Bahia), y su aplicabilidad en el trabajo diario, desde la perspectiva de los egresados de los cursos de formación policial en Bahia, realizados por la Academia de Policía (ACADEPOL). A partir de la investigación científica de la clase 2013, en continuación de un análisis previo realizado con la clase de 1997, se reafirma el desajuste entre los conocimientos adquiridos en las academias, para el desempeño del trabajo policial y la realidad en la que se encuentra el quehacer diario de la se lleva a cabo la policía.

Sin embargo, pondera el desajuste con la evidencia de las dimensiones, profesional, personal y de calidad de la formación, en las tres áreas de afectación, que conciernen directamente a mejoras en el desempeño del trabajo policial; experiencias innovadoras en un contexto profesional, basadas en reflexiones e investigaciones realizadas durante el curso. Aún no se ha desarrollado una comprensión colectiva del papel social de la policía y una visión sobre la importancia de capacitar y valorar a la fuerza policial. Son cuestiones referenciales para la construcción de una institución de valores democráticos, por tanto, orientadas a la satisfacción de intereses colectivos, en contraposición a la defensa de los intereses e ideologías de los gobiernos. La investigación empírica de carácter cualitativo utilizó un guión de entrevista semiestructurado, realizado a través de la web, utilizando como instrumento el Formulario de Google (Google Form's), con 28 preguntas personalizadas y respuestas de opción múltiple para la clase de 1997, y 25 preguntas para la clase 2013, enviada a través de la plataforma de Google, o acceso a través de Gmail, según la dirección de correo electrónico en la referencia. La elección de las clases resultó de la experiencia de 1997, la última con educación secundaria en ingresar a la institución, mientras que la promoción de 2013 fue la primera en ingresar a la Policía Civil, con educación superior. Los resultados de la formación de policías civiles (Bahia) y su aplicación en el trabajo diario mostraron una conexión relativa entre la formación recibida y la práctica profesional, con mayores discrepancias en la clase 2017, con un claro alejamiento de la visión democrática y una ruptura. en la comprensión de esencia del significado de lo que es "disciplina", "justicia" o "seguridad pública", aliada a la defensa de los derechos, propios o ajenos.

Palabras claves: Formación profesional. Práctica policial. Seguridad Pública.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Funções na Polícia.....	81
Gráfico 02 – Sexo.....	81
Gráfico 03 - Cor, raça, segundo a classificação do IBGE.....	82
Gráfico 04 - Nível de instrução.....	82
Gráfico 05 - Estado Civil.....	83
Gráfico 6 - Local do trabalho.....	83
Gráfico 7 - Formação do policial e sua adequação para o exercício da função.....	84
Gráfico 8 - Você se sentiu preparado (a) para enfrentar o desafio que o aguardava?.....	85
Gráfico 9 - Quanto tempo você levou para assimilar sua função na polícia?.....	85
Gráfico 10 - Ao entrar em exercício você se sentiu em condições de realizar o seu trabalho, com o aprendido na formação?.....	86
Gráfico 11 - Em sua instituição você considera a formação e treinamentos deficientes?.....	86
Gráfico 12 - Duração do curso de formação.....	87
Gráfico 13 - O conteúdo das matérias lecionadas no curso condiz com a realidade encontrada na delegacia?.....	88
Gráfico 14 - Os conhecimentos adquiridos no curso de formação policial são totalmente usados no seu trabalho cotidiano?.....	88

Gráfico 15 - Você participa das políticas de segurança, para melhor desempenho do trabalho policial em sua instituição?.....	89
Gráfico 16 - Em sua instituição existe uma gestão de competência, sustentada por planejamentos e capacidade de execução?.....	90
Gráfico 17 - Concordância com o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência.....	91
Gráfico 18 - A hierarquia e disciplina rigorosa dão mais funcionalidade e agilidade à instituição?.....	91
Gráfico 19 - Hierarquia, desrespeito e injustiça profissional.....	92
Gráfico 20 - Há muito rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetam a segurança?.....	92
Gráfico 21 - Falta disciplina em sua instituição?.....	93
Gráfico 22 - Você já foi ou viu algum colega ser humilhado por superior hierárquico?.....	93
Gráfico 23 - Em seu curso de formação você foi preparado para o enfrentamento ou defesa no caso das situações anteriores?.....	94
Gráfico 24 - Em seu curso de formação você foi preparado para o enfrentamento ou defesa no caso das situações anteriores?.....	94
Gráfico 25 - Atualmente você se sente em condições de exercer sua função, com independência e tranquilidade no cumprimento do seu dever institucional?.....	95
Gráfico 26 - Você se vê como um indivíduo essencial e necessário para sua instituição?.....	96
Gráfico 27 - Você aprova sua formação?.....	96

Gráfico 28 - Você acha que o método de formação deveria ser revisto?.....	97
Gráfico 29 - Qual a função exercida pelo senhor (a) na PCBA?.....	102
Gráfico 30 - Qual sua idade?.....	103
Gráfico 31 - Em que ano o senhor (a) tomou posse?.....	103
Gráfico 32 - Após o curso foi ampliada minha capacidade em trabalhos de equipe e habilidades de planejamento, organização, comunicação e liderança.....	104
Gráfico 33 - Após o término do curso sinto-me mais consciente do meu papel na sociedade e da minha responsabilidade profissional.....	104
Gráfico 34 - Após o curso foi ampliada a minha capacidade de analisar situações institucionais, administrativas e operacionais.....	105
Gráfico 35 - Após o curso foi ampliada a minha capacidade de interpretação das questões/problemas e perspectivas em torno do trabalho policial e da relação entre polícia e sociedade e assim sinto-me preparado (a) para os desafios que me aguardam.....	105
Gráfico 36 - O curso proporcionou-me maior visibilidade dentro do meu espaço de trabalho.....	106
Gráfico 37 - Após o curso procurei me atualizar participando de eventos como palestras, seminários, conferências e congressos.....	106
Gráfico 38 - Após o curso continuei a minha formação acadêmica/profissional em Instituições do Ensino Superior (IES)	107

Gráfico 39 - O curso proporcionou-me novas oportunidades de pesquisa dentro e/ou fora da instituição na qual estou empregado.....	107
Gráfico 40 - Após o curso me sinto pessoal e profissionalmente valorizado.....	108
Gráfico 41 - O conteúdo do curso condiz com os problemas e rotinas encontrados na Delegacia.....	108
Gráfico 42 - O curso me permitiu contribuir na gestão e participação nos planejamentos e controles dos processos da PCBA visando melhorias no desempenho do trabalho policial.....	109
Gráfico 43 - Houve experiências inovadoras em seu contexto profissional a partir das reflexões e investigações feitas durante o curso?.....	109
Gráfico 44 - Como o senhor (a) avalia o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência dentro da PCBA?.....	111
Gráfico 45 - Como avalia a sua relação com seus superiores hierárquicos?.....	111
Gráfico 46 - Hierarquia e disciplina rigorosa dão mais funcionalidade e agilidade à instituição?.....	112
Gráfico 47 - A hierarquia provoca desrespeito e injustiça no exercício profissional?.....	112
Gráfico 48 - O senhor (a) já passou ou presenciou situações dessa natureza de injustiça, humilhação, assédio moral etc?.....	113
Gráfico 49 - No curso o senhor (a) foi preparado para lidar com situações de desrespeito e injustiça no exercício profissional?.....	113
Gráfico 50 - Sinto-me em condições de exercer minha função com autonomia e tranquilidade no cumprimento do meu dever institucional.....	114

Gráfico 51 - A formação a proporcionada pela ACADEPOL precisa melhorar?.....114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Descreva as experiências inovadoras em seu contexto profissional, realizada a partir das reflexões e investigações feitas durante o curso.....110

Figura 2 - Em que aspectos a formação proporcionada pela ACADEPOL pode melhorar?.....115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programa do Curso de Formação Módulo I, Módulo II, Módulo III - 1997.....	57
Tabela 2 - Programa do Curso de Formação Módulo I, Módulo II, Módulo III - 1997.....	58
Tabela 3 - Módulo/Disciplina – Investigador.....	66
Tabela 4 - Módulo/Disciplina - Investigador.....	67
Tabela 5 - Módulo/Disciplinas – Investigador – Inquérito Policial.....	68
Tabela 6 - Módulo/Disciplinas – Investigador – Organização e Prática Cartorial.....	68
Tabela 7 - Módulo/Disciplinas – Investigador – Língua e Comunicação.....	68
Tabela 8 - Módulo/Disciplinas – Investigador – Complemento/Optativa.....	68
Tabela 9 - Módulo/Disciplinas - Investigador – Táticas Policiais.....	68
Tabela 10 - Ciclo De Palestras.....	69
Tabela 11 - Estágio Supervisionado E Visita Técnica.....	69
Tabela 12 - Módulo/Disciplina – Escrivão.....	69
Tabela 13 - Módulo/Disciplina – Escrivão.....	70
Tabela 14 - Módulo/Disciplina – Escrivão- Inquérito Policial.....	71
Tabela 15 - Módulo/Disciplina – Escrivão – Organização e Prática.....	71

Tabela 16 - Módulo/Disciplina – Escrivão – Língua e Comunicação.....	71
Tabela 17 - Módulo/Disciplina – Escrivão – Táticas Policiais.....	71
Tabela 18 - Ciclo de Palestras.....	72
Tabela 19 - Estágio Supervisionado E Visita Técnica.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL	Academia de Polícia Civil da Bahia
CAD	Coordenação de Apoio Didático
CD	Coordenação de Discente
CDE	Coordenação de Desenvolvimento Educacional
EPC	Escrivão de Polícia Civil
FEASPOL	Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais
IPC	Investigador de Polícia Civil
LOPC	Lei Orgânica da Polícia Civil
MCN	Matriz Curricular Nacional
MJ	Ministério da Justiça
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
UFBA	Universidade Federal da Bahia
APC/GO	Academia de Polícia Civil de Goiás
SSP	Secretaria de Segurança Pública
R.I.	Regimento Interno
SAEB	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
DOE	Diário Oficial do Estado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	22
2. REVISÃO DO ESTADO DA ARTE SOBRE A QUESTÃO DA FORMAÇÃO NAS ACADEMIAS DE POLÍCIA.....	27
3. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA.....	34
4. O PAPEL DA FORMAÇÃO NA ORIENTAÇÃO DAS PRÁTICAS DAS POLÍCIAS.....	38
5. A FORMAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL: MÓDULOS FORMATIVOS E COMPETÊNCIAS.....	44
5.1 A POLÍCIA CIVIL NA BAHIA.....	44
5.2 PERFIL DO ESCRIVÃO.....	60
5.3 PERFIL DO AGENTE DE POLÍCIA.....	61
5.4 ESCRIVÃES DE POLÍCIA REQUISITOS ESPECÍFICOS – TURMA 2013.....	64
5.5 ATRIBUIÇÕES – TURMA 2013.....	64
5.6 INVESTIGADOR DE POLÍCIA REQUISITOS ESPECÍFICOS – TURMA 2013.....	64
5.7 ATRIBUIÇÕES – TURMA 2013.....	64
5.8 ESTRUTURA CURRICULAR - TURMA 2013.....	68
6. ARTICULAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO INSTITUÍDA E AS PRÁTICAS DO TRABALHO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA.....	74
6.1 POLICIAL E SUA PRÁTICA SOB A ÓTICA DOS FORMANDOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL CIVIL NA BAHIA.....	75
6.2 MATERIAL E MÉTODOS.....	75
6.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	76
6.4 PERFIL DOS FORMANDOS.....	76
6.4.1 Perfil.....	76
6.5 QUESTÕES QUALITATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO.....	80
6.6 VISÃO DO CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	82

6.7 REFLEXÃO PRELIMINARES SOBRE A PRÁTICA POLICIAL SOB A ÓTICA DOS FORMANDOS.....	84
6.8 RELAÇÕES HIERÁRQUICAS INTERPESSOAIS DA INSTITUIÇÃO.....	87
6.9 O MÉTODO DE FORMAÇÃO.....	93
7. RELAÇÃO POSITIVA ENTRE A FORMAÇÃO RECEBIDA E A PRÁTICA PROFISSIONAL.....	94
7.1 O POLICIAL E SUA PRÁTICA SOB A ÓTICA DOS FORMANDOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL CIVIL NA BAHIA - REFLEXÕES DA PESQUISA CIENTÍFICA TURMA 2013.....	94
7.1.1 Introdução.....	95
7.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	97
7.3 PERFIL DOS FORMANDOS.....	97
7.3.1 Perfil.....	97
7.4 IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	98
7.5 DIMENSÃO PROFISSIONAL.....	99
7.6 DIMENSÃO PESSOAL.....	101
7.7 QUALIDADE DA FORMAÇÃO.....	104
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICE.....	128
APÊNDICE A - COMPARATIVO ENTRE AS DUAS PESQUISAS DAS TURMAS DO ANO DE 1997 E 2013.....	128

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação estabeleceu o objetivo principal de estudar as conexões entre a formação do policial civil (Bahia) e a sua aplicabilidade no cotidiano do trabalho, sob a ótica dos egressos dos cursos de formação policial civil na Bahia, fundada na pesquisa científica da turma de 2013, comparando os resultados da análise, realizado com a turma de 1997. Para tanto, assenta-se como eixo de análise os programas/disciplinas ministradas e as percepções individuais desses atores, colhidas mediante pesquisa científica.

A Polícia Civil da Bahia, segundo seus dados, tem tentado se modernizar, evoluir técnica e cientificamente e busca ampliar o número de unidades policiais, na tentativa de acompanhar o crescimento populacional do Estado. A Polícia Civil da Bahia tem em seu pressuposto, segundo a legislação estadual vigente, as seguintes características: “órgão autônomo e permanente do Poder Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, integrante da estrutura da Secretaria da Segurança Pública– SSP, dirigida por Delegado de Polícia Civil [...] compete, com exclusividade, o exercício das funções de Polícia Judiciária, ressalvada a competência da União, cabendo-lhe, ainda, as atividades de repressão criminal especializada. Considera-se de caráter técnico-científico toda função de investigação criminal, observando-se seus aspectos de autoria e materialidade, inclusive os atos de escrituração em inquérito policial e outros procedimentos, instrumentos e atos oficiais. (LOPC, 2009). Polícia é instituição pública, com atribuições e função estatal, de manutenção da ordem social, à liberdade, à segurança, à tranquilidade da comunidade, usando para isso o poder administrativo de limitar coercitivamente, atuando na intervenção dos conflitos individuais em detrimento do coletivo, cabe-lhe ainda, à apuração das infrações penais, com a identificação dos seus autores e produção de provas, as quais são encaminhadas ao Ministério Público para deflagração da ação penal:

Polícia é a imagem do sistema administrativo de um povo bem constituído. Suas atividades [...] vão do estudo dos indícios materiais do crime ao exame do delinquente. Não se limitam ao domínio da chamada identificação física: estendem-se ao campo aberto das investigações antropológicas e psicológicas, com base fundamental do conhecimento da personalidade do criminoso. (PALMA et al., 1978 p. 13).

Segundo o autor, a ausência ou falha da Polícia, associado à falta de autoridade na manutenção do equilíbrio da estrutura política e social, contribuirá para o caos. Levando a sociedade à anarquia e se desagregando. Predominando a inquietação. “A atividade humana entra em colapso por falta de segurança. [...] Sintetizando: ‘polícia é garantia’. Porque é, em essência, e por extensão justiça”. (PALMA et al., 1978, p. 13).

A Academia de Polícia Civil do Estado da Bahia (ACADEPOL), que se constitui em unidade de análise desse trabalho, como componente da estrutura da Polícia Civil, tem o seu percurso e histórico institucional, missão e valores expressos a oferta da sua formação, que aqui discute -se em tópico específico.

A ACADEPOL está classificada como um dos órgãos de gestão estratégica, aos quais compete, planejar e dirigir ações institucionais, estabelecendo, acompanhando controlando e impondo ações corretivas aos planos estratégicos, que se desdobrarão pelos níveis tático e operacional (LOPC, 2009 art. 24º).

A ACADEPOL tem por **finalidade promover a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos integrantes da carreira de Delegado de Polícia Civil e demais carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia** (LOPC, 2009, art. 26º, grifo nosso).

“A hipótese inicial assentou na ideia de que a ausência de uma regulamentação federal que oriente e organize a Polícia Judiciária no Brasil, leva a fragilidades institucionais, considerando que, a falta de uniformidade estrutural, de procedimentos investigativos e documentais, formação, atendimento ao público, estruturação de carreira, nomenclatura, entre outros, implicando em uma articulação harmônica entre os membros das instituições, e entes federativos, tendo em vista que em sua função está a de apuração penal e repressão a crimes, utilizando para isso de forma exclusiva e necessária, o Código Penal e Processual Penal, instrumento jurídico de aplicação com vigência nacional, assim como a estrutura judiciária do Brasil, o que nos remete para existência estrutural de uma Polícia Judiciária nos mesmos moldes, em nível de território nacional, fortalecendo a lógica de trabalho em redes, com efeitos na formação recebida, trazendo uma grande contribuição na produção de conhecimentos, e reduzindo o descompasso entre a formação recebida e a prática policial, evidenciadas na primeira pesquisa de campo realizada pelo autor com a turma de 1997 e publicada. Tais evidências são reafirmadas comparativamente a turma de 2013, sobre o descompasso entre os conhecimentos planejados nas academias para formação policial e a realidade

prática do trabalho cotidiano da polícia, nesta perspectiva que esta questão do descompasso se constitui em um problema histórico de política de capacitação e valorização dos profissionais de segurança pública no Brasil e, ao mesmo tempo, um desafio reiteradamente tratado na literatura especializada”. (COSTA,¹ I. F.; SOUZA,²M. A., 2020).

Por outro lado, ao se confrontar os resultados das duas pesquisas, de 1997 e 2013, relativizam-se tais premissas, na medida em que revelaram muito mais, restrições da gestão e da estrutura hierárquica da corporação do que na atitude pessoal, demonstrando uma consciência da sua identidade e valor profissional para a instituição policial a qual pertence. A principal inquietação mobilizadora deste estudo foi buscar o conhecimento sobre os agente e escrivães de polícia civil do Estado da Bahia, perfil, formação e prática policial, uma análise entre as turmas do concurso público de 1997 e de 2013, para admissão de novos agentes e escrivães. Esta se constitui em uma questão de partida orientadora da análise sobre as conexões existentes entre formação e práticas do trabalho do policial civil na Bahia, considerando múltiplas questões sob a ótica dos egressos.

A dissertação encontra-se estruturada, além dessa introdução, que incorpora a revisão do estado da arte sobre a questão da formação nas academias de polícia, 03 (três) tópicos. Na discussão da revisão da literatura os autores escolhidos foram selecionados porque buscaram tentar perceber a adequação da formação recebida nas academias de polícia a partir da análise do currículo seguido Poncioni (2005) e Chanfana et al. (2014) e das representações emanadas pelos agentes alvo das formações ministradas. Os resultados produzidos nesta fase deram origem à uma ficha de leitura subdivida nos tópicos que se seguem: referências e citações- chave.

No primeiro tópico, discute-se a importância da educação e da formação na estruturação da sociedade moderna, seguido da análise dos currículos utilizados pela ACADEPOL em 2013 na formação dos investigadores e escrivães. Os resultados obtidos nesta fase foram discutidos tendo como base os seguintes elementos: módulos, áreas do conhecimento e perfil de competências almejadas, apesar de considerarmos o determinismo

¹ Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia UFBA.

E-mail: ivonefcosta24@gmail.com

² Mestrando no programa de Pós -graduação em segurança pública-PROGESP . UFBA.

E-mail: souzama35@gmail.com.

E no segundo discute-se as experiências do Estado do Rio de Janeiro com Poncioni (2005, p. 585) e “O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro”, que analisa o modelo de polícia profissional presente no ensino e treinamento profissional, ministrada nas academias de polícia civil e militar, e as consequências para formação do futuro policial, e o desempenho das atividades cotidianas. Fundamentada, na documentação relativa aos currículos dos cursos de formação profissional básica ministrados pelos centros de ensino e treinamento profissional – civil e militar – do Estado do Rio de Janeiro - onde trataremos apenas da Polícia Civil. Enquanto no Estado de Goiás, com seu trabalho “O Ensino Policial Civil: O Caso da Academia de Polícia Civil de Goiás”, Pires (2008, p. 10), investiga o ensino na Academia de Polícia Civil de Goiás, tendo como referência: “O Curso de Aperfeiçoamento de Agente de Polícia de 2ª Classe”, ministrado pela Academia de Polícia Civil de Goiás - APC/GO. Objetivando identificar a concepção de ensino dos professores pesquisados e verificar se as orientações do Regimento Interno - RI da Academia de Polícia Civil de Goiás e da Matriz Curricular Nacional - MCN, constituem-se referência para a organização da atividade de ensino dos docentes. As questões centrais do estudo foram: Qual concepção de ensino expressa pelos professores da APC/GO; Qual a compatibilidade entre a concepção de ensino desses professores; Qual o Regimento Interno da Academia de Polícia Civil e a Matriz Curricular Nacional da SENASP-MJ. Pesquisa, de abordagem qualitativa, consistiu em um estudo de caso. Enquanto no Estado do Rio Grande do Sul, Hagen (2005, p. 18), apresenta: “O Trabalho Policial: Estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul”. Onde analisa o trabalho policial a partir das relações sociais no campo de poder jurídico, englobando Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público e Poder Judiciário. Analisa ainda, métodos de recrutamento; de formação dos novos policiais; mudanças ocorridas no perfil sociodemográfico dos policiais civis ao longo do espaço temporal da pesquisa; as atividades desenvolvidas nas delegacias de polícia e seus setores como: plantão, investigação, cartório e secretaria, formas e desempenho das atividades policiais; lutas pela classificação e reconhecimento, constituindo diversas oposições como: “operacional” e “burocrata”; agente e delegado entre outras; Abordagem sobre trabalho policial e relações de gênero, essas remetem as representações e práticas de violência policial.

O terceiro apresenta-se, os resultados da pesquisa de campo junto aos egressos que tentam explicitar e discutir as lógicas de justificação subtendidas nas respostas

obtidas através do inquirimento por questionário online. Os resultados obtidos durante esta fase foram tratados com a técnica de análise de conteúdo, temática acompanhada da técnica de análise estatística simples apresentada sob forma de gráficos.

Optou-se por empregar os pressupostos teóricos assentes nos regimes de justificação propostos por Boltanski e Thèvenot (1991), porque segundo esta teoria os atores criticam as ações de formação recebidas, em especial, aquelas definidas por agentes externos, tendo como base razões de cívica ao dizerem que a sua individualidade não foi respeitada, ao incuti-las como uma obrigação. Como também, razões de natureza, institucional, sobretudo quando mencionam que esta não contribui para a efetividade do trabalho que se encontram a realizar (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991).

Além destas, podem ainda acionar razões de natureza “do renome”, sobretudo quando dizem que não contribui para a projeção da instituição no exterior (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991; DURÃO; SEABRA, 2014).

Como também, as razões de natureza “de projeto” ao afirmarem que a formação recebida não contribuiu para a criação de redes de parceria de suporte nem tampouco para o aprofundamento do conhecimento sobre o campo (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991).

A par destas razões, podem acionar as razões dos sistemas de regras sociais sobretudo quando os atores interrogam a ordem de poder vigente, que os obrigam estar numa posição desprivilegiada em termos de acesso aos recursos naturais, tecnológicos e científicos (BURNS et al., 2012). Em complementaridade, podem ainda ser acionados os pressupostos científicos discutidos na teoria dos hábitos sociais *habitus* de Pierre Bourdieu. Segundo esta teoria, a formação recebida tal como as relações familiares contribuem para a manutenção de estruturas sociais específicas tal como da lógica de poder vigente.

Apesar de considerarmos o determinismo assente na teoria de Pierre Bourdieu importante para a discussão dos principais problemas enfrentados pela sociedade atual, no caso específico desta investigação, partilhamos dos pressupostos teóricos de agências/ação assentes nas teorias paradigmáticas de Boltanski e Thèvenot (1991) porque os atores inquiridos neste estudo consideraram a formação recebida na ACADEPOL deficiente ao mesmo tempo que afirmaram ter recorrido a outros artefatos com vista o desenvolvimento da sua função profissional.

2. REVISÃO DO ESTADO DA ARTE SOBRE A QUESTÃO DA FORMAÇÃO NAS ACADEMIAS DE POLÍCIA

Os programas de formação nas academias de polícia não tem alcançado os pressupostos da formação porque ministram disciplinas que não atendem as necessidades práticas dos policiais (PONCIONI, 2005; CHANFANA et al., 2014; BAPTISTA, 2012). Ao tempo que Pires (2008) em um estudo de caso na Academia de Polícia Civil de Goiás, usando como referência: “O Curso de Aperfeiçoamento de Agente de Polícia de 2ª Classe”, ministrado pela Academia de Polícia Civil de Goiás - APC/GO. A fim de identificar a concepção de ensino dos professores pesquisados para verificar se as orientações do Regimento Interno (RI) da Academia de Polícia e da Matriz Curricular Nacional (MCN), constituem-se em referência para a organização da atividade de ensino dos docentes. E no Rio Grande do Sul, Hagen (2005), apresenta um estudo do trabalho policial, sendo seu referencial empírico a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, analisando a partir das relações sociais no campo de poder jurídico, que engloba, além da Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Podendo ser observado os diversos conflitos, enfrentados no campo do poder, e em seu contexto institucional, caracterizado pelas disputas internas e externas.

A par disto, as forças policiais continuam muito fechadas em si mesmas dificultando deste modo qualquer forma de colaboração com as instituições externas (BAPTISTA, 2012).

O carácter inovador desta pesquisa incidiu na tentativa de aprofundar os estudos das opiniões e imagens tecidas no campo da formação em segurança pública a partir de uma segunda aplicação específica e objetiva ao acaso da ACADEPOL no Estado da Bahia, com os egressos da turma formada em 2013, tendo como questão orientadora/ de partida.

Como se articulam a formação da ACADEPOL com práticas cotidianas do trabalho da polícia civil, sob a visão dos egressos da turma de 2013. Em termos políticos práticos, esta dissertação almejou produzir resultados que potencializem uma melhor adequação dos programas formativos oferecidos pelas Academias de Polícia às práticas dos policiais.

A dissertação em questão adotou como enquadramento o desenvolvimento da sociedade moderna centrado na figura do Estado enquanto principal garantidor do acesso aos bens de cidadania, entre os quais, o direito à educação/ formação. Nessa perspectiva

crítica, este trabalho reconhece as limitações das análises aqui apresentadas, quando pondera nas suas considerações finais que há desafios relacionados a um maior conhecimento sobre os limites e potencialidades das efetivas conexões entre a formação e as práticas policiais, na construção de postura democrática das polícias, fundadas em políticas públicas de valorização e capacitação no molde de polícia democrática e cidadã, mediada pelas academias de formação policial em interação com as Instituições Federais de Ensino Superior. Evidenciou-se a percepção de 3 (três) espaços de afetação sobre o desenvolvimento das práticas do trabalho policial civil, tais dimensões de análise intercambiam-se com a dimensão institucional mais ampla que estipula o modus político e ideológico de como o ofício de polícia se realiza; o modelo organizacional, que determina através da sua expressão o desenvolvimento pessoal das práticas do investigador da polícia civil, sua relação na hierarquia e na sua labuta; e o fator da natureza da profissão, manifestamente desgastante. As afetações são oriundas de um caráter abrangente e não necessariamente específico como os elementos aqui adotados.

Uma das promessas da modernidade era que os indivíduos tornar-se-iam mais felizes a partir do momento em que as suas decisões passassem estar ancoradas em pressupostos de natureza científica. Na base desta afirmação incidia o pensamento de que o sofrimento enquanto principal entrave à felicidade poderia ser minimizado se os indivíduos orientassem as suas decisões de acordo com o conhecimento científico existente e do aconselhamento dos peritos. Neste sentido, pode-se dizer que a ciência surgiu para tornar a vida o mais previsível possível, dotando os indivíduos de ganhos superiores de competitividade por se encontrarem mais bem preparados para fazerem frente às adversidades decorrentes.

Inicialmente, o Estado centralizava toda a responsabilidade quanto ao fornecimento do acesso ao ensino/formação. Contudo, a sucessiva crise financeira acompanhada pela má aplicabilidade de recursos conduziu à transferência de parte desta responsabilidade para outros setores da sociedade incluindo o empresarial.

Apesar das controvérsias suscitadas por este processo, o setor privado incorporou esta transferência como se tratando de responsabilidade social. Ou seja, como se tratando de uma ação voluntária extremamente benéfica para as empresas visto que potenciava a criação da mão de obra especializada de que tanto necessitava ao mesmo tempo que obtinha ganho de imagem e reputação e a licença da sociedade para operar.

Em paralelo, o setor público e o terceiro setor também passaram a assumir responsabilidades para além das previstas em lei, pelas seguintes razões: ambos os setores

passaram a reger-se segundo os normativos ditados pelo setor privado a partir dos anos 2000, Silvestre (2005) afirma que a gestão privada demonstrou ser capaz de elevar os ganhos de eficiência em setores não lucrativos; as comunidades passaram a exigir cada vez mais das organizações uma gestão transparente e respeitadora dos direitos de todas as partes envolvidas no processo produtivo (ex. *stakeholders*) (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991).

Portanto, as novas exigências da sociedade foram investidas do desígnio de maximização dos ganhos de eficiência das organizações presente na lógica de justificação do tipo “industrial”. Enquanto que o desígnio da criação de externalidades positivas para todos os atores pertencentes ao ciclo produtivo/*stakeholders* presente na lógica de justificação do tipo “projeto” (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991).

Então, as organizações do setor público incluindo da segurança pública foi conduzida a introduzir nos novos valores no seu conceito de Missão tal como a reformular as suas práticas (ROGER et al., 2011).

Segundo Poncioni (2005) a formação concorre para a alteração das práticas dos policiais tal como outros fatores, tais como, o nível de aproveitamento dos formandos, a qualidade e a validade da formação recebida além da existência de um contexto social favorável. Nesta mesma linha de pensamento corroboram Chanfana et al. (2014) e Baptista (2012), ao afirmarem que a formação representa um dos principais motores de indução de mudanças nas práticas dos policiais tendo em conta que transmitem os valores pelos quais estes deverão reger as suas práticas no campo tal como os objetivos a alcançar.

Os estudos realizados sobre a formação das polícias no Brasil e em Portugal elucidaram a existência de discrepâncias entre às demandas ditadas pelos serviços executados pelos agentes e a formação recebida.

Apesar de não clarificarem quais seriam as demandadas em questão, assinalaram-se o forte investimento das polícias em ambos os países em programas de formação de natureza ostensiva, ou seja, ligados às formas de combates físicos, manejo de armas de fogo, etc.

A discrepância entre a formação recebida é bastante clara pelo menos no lado português. Há muito que se verifica um decréscimo dos crimes violentos neste país enquanto que os crimes económicos se encontram em ascensão. A par deste indicador, Chanfana et al. (2014) assinala que o desajustamento entre a formação recebida e as práticas das polícias em Portugal também se encontra relacionado ao fato de os

formadores encontrarem-se afetos a serviços da corporação distintos dos públicos-alvo da formação. Neste sentido, a capacitação obtida tem uma utilidade limitada para não dizer nula.

Segundo Poncioni (2005), o reduzido número de horas em disciplinas ligadas as ciências sociais também constituem um entrave à alteração do paradigma de formação policial vigente. Portanto, segundo os autores consultados, o currículo adotado, a característica dos formadores, as dificuldades de aplicação do conhecimento adquirido nas práticas encontram-se e permeiam as representações tecidas pelos agentes quanto ao tipo de formação recebida nas academias de polícia.

Apesar do seu elevado potencial, este estudo tem a limitação de tratar-se de um estudo de caso consubstanciado na análise de um número restrito de documentos tal como na inquirição de um número restrito de interlocutores. Tal fato resulta sobre tudo da fraca abertura verificada deste setor à cooperação com atores e instituições externas.

Em relação aos métodos, abordagem e técnicas, o trabalho é qualitativo, utilizou além da análise documental e pesquisa de campo, junto a egressos do curso, objeto da análise. Tendo como materiais de análise os programas/ disciplinas ministradas e as percepções individuais dos atores, foram vistos a matriz curricular da academia, programas de disciplinas e outros documentos da formação instituída pela Academia no período para se atingir o objetivo principal de estudar as conexões entre a formação do policial civil (Bahia) e a sua aplicabilidade no cotidiano do trabalho, sob a ótica dos egressos dos cursos de formação policial civil na Bahia, fundada na pesquisa científica da turma de 2013, em continuidade de análise anterior, realizado com a turma de 1997. Para tanto, assenta-se como eixo de análise os programas/ disciplinas ministradas e as percepções individuais dos atores, colhidas mediante pesquisa científica.

A hipótese inicial assentou-se na ideia de que a formação recebida possivelmente não contribuí para a produção de conhecimentos novos nem tampouco para o fortalecimento da lógica de trabalhos em redes, nem tampouco reduziria, o descompasso entre a formação recebida e a prática policial, evidências da primeira pesquisa de campo realizada pelo autor com a turma de 1997 e publicada, que traz evidências, daquele período, sobre o descompasso entre os conhecimentos planejados nas academias para formação policial e a realidade prática do trabalho cotidiano da polícia, chamando a atenção que esta questão se constitui em problema histórico de política de capacitação e valorização dos profissionais de segurança pública no Brasil e, ao mesmo tempo, um desafio reiteradamente tratado na literatura especializada.

Para responder as questões propostas nesta pesquisa, aplicou-se um modelo de estudo exploratório do tipo dedutivo e indutivo suportado no emprego de técnicas qualitativas e quantitativas de dados.

A adoção de abordagem mista, qualitativa e quantitativa tem se tornado cada vez mais legítimas pesquisas com abordagens mistas nas ciências humanas e sociais (CRESWELL, 2007). Em relação ao horizonte temporal, a pesquisa foi realizada considerando os formandos das turmas de 1997.

Durante o levantamento dos dados foram empregues a análise bibliográfica e documental e o inquérito por questionário online através do Google Form's. Essa pesquisa foi realizada através da web, utilizando como instrumento o Formulário Google (Google Form's), com perguntas personalizadas e respostas de múltiplas escolhas, enviado por via de e-mails, ou acesso através do Gmail, conforme endereço eletrônico constante na referência.

O envio e acesso aos formulários aos formandos /egressos do curso em análise selecionados deram de forma aleatória e sem possibilidade de identificação dos respondentes, assegurando a confiabilidade das respostas.

Em relação a aplicação de questionários como técnica de coleta de dados, essa ferramenta apresenta vantagens e desvantagens. Ela possibilita a economia de tempo e atinge um maior número de pessoas simultaneamente. No entanto, possui limitações como a chance de obter um pequeno percentual de respostas (LAKATOS, 2003). Nessa etapa da pesquisa, buscou-se compreender a qualidade da formação oferecida, os efeitos do curso sobre o desenvolvimento pessoal e profissional e os eventuais impactos gerados direta e/ou indiretamente pelo mestrado através de seus ex-alunos. Por fim, para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo que segundo Laville e Dionne (1999) permite abordar uma diversidade de objetivos de investigação e segundo Caregnato e Mutti (2006) pode ser tanto quantitativa, como qualitativa.

Ao passo que durante a fase de levantamento de dados foram utilizadas as técnicas de análise de conteúdo temática seguido da técnica de análise estatística simples.

O grupo amostral era constituído de 43 interlocutores formados na ACADEPOL em 1997, exclusivamente “Investigadores de Polícia” e “Escrivães de Polícia”.

Tratou-se de uma escolha por conveniência tendo em conta que o discente responsável pelo estudo dispõe de um acesso privilegiado aos interlocutores pelo fato de ser oriundo do processo de formação desse período.

Deve-se salientar que a escolha em referência, se deu devido ao fato da turma de

1997, ter sido a última com escolaridade de nível médio a ingressar na instituição.

Para efeitos de caracterização dos interlocutores alvo da pesquisa, procurou-se saber através do questionário aplicado as seguintes informações: Local do trabalho (capital e interior); função na corporação; sexo; cor ou raça, de acordo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); nível de instrução; estado civil, buscou -se conhecer a visão deles sobre questões qualitativas da formação recebida abordando-se : a) como a formação é compreendida no exercício da função policial; b) o nível de adequação da formação do policial recebida em relação ao exercício de função; c) o preparo para enfrentar os desafios da função que aguarda ao policial.

Em termos da dinâmica pedagógica investigou-se a duração do curso de formação; o conteúdo das matérias lecionadas no curso, em relação a realidade encontrada na delegacia; o uso dos conhecimentos adquiridos no curso de formação policial no trabalho cotidiano do policial; a participação nas políticas de segurança, para melhor desempenho do trabalho policial em sua instituição; preparo para o enfrentamento ou defesa no caso das situações anteriores; independência e tranquilidade no cumprimento do seu dever institucional como indivíduo na instituição. Por fim, o nível de aprovação da formação recebida.

Além das questões relativas diretamente a formação, a pesquisa abordou o conhecimento deles sobre três aspectos do contexto das organizações de segurança pública, tais como: hierarquia, disciplina e valores morais, cujos resultados mostram como a hierarquia na instituição provoca desrespeito e injustiça profissional, além de privilegiar questões internas em detrimento das questões que afetam a segurança do cidadão, além de humilhações pelo superior hierárquico e ainda assédio moral por parte de superiores.

Portanto, foram consideradas a formação recebida, aspectos ensinados e os apreendidos para a execução de suas atividades profissionais e outros aspectos relevantes do contexto interno, como por exemplo, a hierarquia e a disciplina.

Como afirmam Dazzani e Lordelo (2012), egressos são sujeitos especialmente importantes para compreendermos como os programas e políticas educacionais se articulam com a sociedade. Neste sentido, a nossa intenção foi examinar a qualidade da formação oferecida, os efeitos do curso sobre o desenvolvimento pessoal e profissional e os eventuais impactos gerados direta e /ou indiretamente pelo curso através de seus ex-alunos.

É importante informar que os participantes só obtiveram acesso ao formulário com direito de responder apenas uma vez, não sendo permitido um mesmo candidato acender ao formulário e repetir a pesquisa, para tanto, o sistema dispunha de dispositivo para tornar essa ação possível. Outra observação foi à possibilidade de acompanhar o número de respondentes que enviavam seus formulários, ao passo que chegavam, os dados eram imediatamente processados e catalogados por meio de representação gráfica de acordo com os percentuais correspondentes, essa ferramenta permitiu o controle no número de respostas, ficando limitados a 43 formulários, motivado pelo tempo de apresentação desse trabalho e as dificuldades na obtenção das respostas, mesmo sendo disponibilizado por quatro meses, e se tratando de comunicação eletrônica, com intensa comunicação através de mídias sociais e e-mail, visitas as unidades, solicitações, não ocorreu uma adesão maior, constatando-se que existe uma cultura vigente, ainda muito forte que impõem medos e receios nas pessoas quando o assunto envolve a opinião pessoal sobre as instituições, principalmente policial.

Sendo de natureza exploratória e descritiva a presente discussão apoia-se em Saunders, Lewis e Thornhill (2007) que orientam para estudos exploratórios e descritivos aqueles que buscam compreender o fenômeno em questão a partir de descrições detalhadas de aspectos que os circundam.

3. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA

Embora o surgimento da Modernidade não seja consensual em termos temporais, tomamos como marco o século XIX devido às transformações sociais impulsionadas pela revolução industrial, dentre as quais, a ascensão do Estado enquanto principal regulador da atividade econômica e ação social.

Neste novo modelo de organização social, o Estado passou a exercer, dentre outras, a função de legislador, fiscalizador e produtor de bens sociais. Sobre às empresas, por seu turno, passaram a recair a obrigatoriedade de pagar os impostos devidos e o de atuar de acordo com os preâmbulos legais estipulados para o seu setor.

Dentre o conjunto de novas responsabilidades assumidas pelo Estado, destaca-se o de garantir o acesso à educação por parte da população. Em primeiro lugar, porque isto contribui para a sua legitimação social ao devolver à sociedade parte dos impostos arrecadados das empresas sob forma de serviço público. Em segundo lugar, porque as

empresas necessitam de mão-de-obra qualificada para existirem.

Portanto, uma das motivações para o investimento na educação/ formação correspondeu à necessidade de maximização da mão-de-obra existente segundo os pressupostos de natureza instrumental e mercantilista (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991). Apesar disto, corroborou para a afirmação de um novo modelo de funcionamento social dito “moderno” em que o conhecimento e os peritos passaram a desempenhar um papel fulcral (GIDDENS, 2005). Tanto um como outro contribuíram para uma maior previsibilidade da vida moderna, isto quer dizer, os atores já não passariam incorrer em perdas necessárias de tempo e de recursos ao ancorarem as suas decisões nos fundamentos produzidos pelo conhecimento científico. Em suma, a ciência afirmou-se em grande medida às custas do investimento na educação e do ganho de elegibilidade alcançado pelos seus especialistas/ peritos.

Contudo, Trigilia (2002) afirma que as sucessivas crises financeiras e a retração do Estado na provisão de bens públicos, dentre os quais, na educação, impulsionou o envolvimento do setor empresarial na provisão deste serviço. Tal envolvimento não foi de todo consensual. Se, por um lado, encontramos autores como Friedman (1972) que defendia que o papel das empresas consistia em pagar impostos e gerar postos de trabalho segundo o quadro legal e normativo vigente, logo, a criação de serviço público compreende uma única e exclusiva responsabilidade do Estado. Por outro lado, encontramos autores como (PORTER; KRAMMER, 2002; GARRIGA; MELLÉ, 2004; SCHERER; PALAZZO, 2011; BLOWNFIELD; MURRAY, 2010) que consideram a participação do setor privado na esfera pública como sendo benéfica para os próprios negócios. Segundo os autores mencionados, as empresas passaram a recair demandas de natureza social e ambiental a partir do momento em que os movimentos sociais iniciados na década de 70 nos Estados Unidos passaram a exigir das empresas um papel mais ativo no combate das desigualdades sociais e ambientais geradas pela atividade produtiva assente.

Portanto, as empresas passaram a envolver-se com a causa pública, com o intuito de, por um lado, alcançar a legitimidade que necessitam para operar, por outro lado, criar respostas sociais especialmente em áreas interligadas com o seu segmento de negócio (ex. educação/ formação). O investimento na educação e na formação do quadro de recursos humanos passou a compreender um elemento-chave na competitividade das organizações lucrativas e não lucrativas (GARRIGA; MELLÉ, 2004).

As sucessivas crises financeiras a par do crescente aumento das exigências emanadas pelos movimentos sociais induziram profundas alterações no modelo de governança estatal inicial através sobretudo da incorporação de modelos e práticas de gestão típicas do setor privado no setor público sob forma da Nova Gestão Pública ou *New Public Management*.

Segundo autores como Silvestre (2005), o novo modelo de gestão pública alcançou o auge nos anos 2000. Dentre as inúmeras alterações acarretadas por este modelo, importa referir a necessidade de elevar os ganhos de eficácia e de eficiência obtidos na gestão do dinheiro público.

Como vimos anteriormente, as empresas também passaram a assumir responsabilidades típicas do setor público, como por exemplo, na criação de ofertas formativas sob justificativa da responsabilidade social. O envolvimento na esfera pública pode então ser compreendido como uma forma legítima de as empresas criarem externalidades positivas à sociedade na proporção dos malefícios gerados pela atividade produtiva que desenvolvem.

Apesar das alterações introduzidas no papel do Estado e das empresas, importa referir que os atores desempenharam ao longo do tempo um papel secundário em termos de definição do percurso educacional e formativo.

Contudo, através do desenvolvimento de novas capacidades cognitivas, emocionais e técnicas, os atores (população- alvo das iniciativas formativas) concluíram que não fazia sentido ser um agente de fora a definir o que eles deveriam ou não aprender.

Daí surgiu o movimento de formação/ aprendizagem ao longo da vida. Neste novo modelo educacional, os atores passaram a desempenhar um papel crucial na escolha do seu percurso formativo.

Tendo corroborado para a afirmação deste novo modelo educativo, a valorização do mercado de trabalho por mão-de-obra diversificada sob o pressuposto que esta encontra-se mais bem preparada para fazer face aos problemas do dia a dia graças ao ganho de resiliência, proatividade e reflexividade adquiridos.

Levando-se em conta o exposto, podemos inferir que o enquadramento a adotar por esta dissertação será o da disputa existente entre o grupo de atores que consideram que cabem às instituições o papel de “agente definidor” dos percursos formativos individuais e o grupo dos que defendem que esta escolha deverá caber unicamente aos atores interessados.

O conceito de ator adotado pelo segundo grupo corresponde aquela cuja capacidade reflexiva lhe permite elaborar juízos próprios através da mobilização de um conjunto diversificado de valores morais (BOLTANSKI E THEVENOT, 1991).

Nesta mesma linha de pensamento, corrobora o pensamento do autor Bruno Latour, ao salientar que os atores encontram imbuídos de teorias próprias, logo, cabe ao investigador apenas redigi-las. Em suma, podemos dizer que o conceito de ator adotado nesta pesquisa compreende aquele que se vale dos próprios valores como daqueles cultivados pelos seus pares com vista tornar as decisões tomadas consensuais e legítimas, entretanto a controvérsias, sejam elas de natureza pública ou privada (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). A controvérsia toma o carácter público a partir do momento em que é explicitado no exterior através da comunicação social enquanto a privada é reduzida a um espectro social menor.

Segundo Boltanski e Thèvenot (1991), qualquer ação se torna legítima quando esta obedece os desígnios de “hierarquia” e “humanidade comum”. O pressuposto da hierarquia invoca que aqueles com função de responsabilidade, os chamados “grandes” precisam garantir o engajamento daqueles que se encontram numa posição social inferior, os chamados “pequenos” nas redes. Ao passo que, o princípio da humanidade comum, corresponde o desígnio de conduzir os atores a privilegiarem o bem comum em detrimento dos desígnios de natureza individual.

Nas forças policiais, a ética tem a função de direcionar e pontificar o trabalho dos policiais de modo a evitar incumprimentos, o código deontológico tem a função de garantir o bom serviço policial e zelar pela imagem e prestígios da organização (SAMOUQUEIRO, 2009; BAPTISTA, 2012, p.p. 4-5).

4. O PAPEL DA FORMAÇÃO NA ORIENTAÇÃO DAS PRÁTICAS DAS POLÍCIAS

Chiavenato (2009) define formação profissional como "um processo educacional, aplicado de maneira sistemática e organizada, através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função dos objetivos definidos" (CHANFANA et al., 2009, p. 288)

A formação aqui discutida versa sobre a submissão dos sujeitos por vontade própria ou por exigência das organizações a programas de aprendizagem inicial, de acompanhamento ou de progressão na carreira.

A aprendizagem inicial corresponde aquela que visa capacitar os indivíduos para o exercício de uma determinada função profissional, ao adotar-lhes do conhecimento técnico, cognitivo e emocional indispensáveis ao seu exercício.

O conhecimento técnico incide na capacitação dos indivíduos para o manuseamento adequado de modelos e práticas específicas, enquanto o cognitivo, com o desenvolvimento de capacidade para decidir conforme os parâmetros científicos e morais esperados.

Enquanto o conhecimento emocional corresponde à capacitação do indivíduo para gerir as suas emoções de forma autónoma, como por exemplo, o estresse, dentre outras. A formação de acompanhamento pode ser compreendida como aquela a que os indivíduos e organizações são submetidos para efeitos de atualização do conhecimento adquirido durante a formação inicial. É expectável que neste tipo de formação, sejam ministrados programas orientados para a atualização da doutrina e para o afinamento das práticas.

A formação dita de “progressão” visa quase sempre dotar os indivíduos de capacidade de planeamento e de coordenação, por isso tende a abranger aqueles que se encontram no topo da hierarquia.

A formação refere-se a um processo de transformação individual que decorre em três dimensões: a dimensão do saber (conhecimentos), do saber fazer (capacidades) e do saber ser (atitudes); devendo estas auxiliarem os formandos a utilizarem os recursos teóricos e técnicos que aprenderam em situações concretas (NÓVOA; FINGER, 1988,).

Almeida (2002) acrescenta mais duas dimensões: a dimensão do saber mudar e do saber tornar-se de acordo com a necessidade da formação atuar consoante a evolução da sociedade e da tecnologia.

Portanto, a formação procura incidir na capacitação dos indivíduos para o saber fazer, o saber ser e o saber decidir, sobretudo perante contingências, sejam elas, do tipo operacional, natural ou relacional (resultante da interação com outros indivíduos).

Para Poncioni (2005) a partir da chegada na Academia, em sua apresentação o candidato já entra em um processo de socialização, com vista a incorporação de comportamentos e atitudes, que molda e determina toda sua trajetória de formação e prática policial:

Na organização policial, geralmente, a primeira etapa da socialização do futuro policial se dá através da academia de polícia, onde se opera formalmente a socialização secundária dos “novatos”, com a introdução de conhecimentos e

habilidades técnicas. A segunda etapa se realiza nos locais e nas posições designadas para o policial trabalhar, e a aprendizagem ocorre, privilegiadamente, a partir da realidade cotidiana da organização policial (Poncioni, 2005, p. 588).

Compreender a questão da formação na polícia civil do estado da Bahia reveste-se de especial importância porque esta polícia à semelhança de outras organizações produtivas é regida conforme os ditames ditados pela eficácia e eficiência. Em segundo lugar, os agentes deste setor atuam em áreas diretamente ligadas com a manutenção dos demais direitos humanos (VALENTE, 2015). Em terceiro lugar, vários estudos realizados na área apontaram a existência de desfasamentos entre o tipo de formação ministrado e as práticas policiais. Incluindo no seio das polícias civis do estado do Rio de Janeiro, Poncioni (2005) do Estado de Goiás, Pires (2008), e o Estado do Rio Grande do Sul (HAGEN, 2005). Em quarto lugar, a qualidade da formação ministrada neste setor contribui para a obtenção de ganho de imagem e reputação (DURÃO; SEABRA, 2014).

De acordo com o modelo de atuação policial vigente em vários países, incluindo o Brasil, o policial é um aplicador imparcial da lei, relacionando-se com os cidadãos profissionalmente, em condições neutras e distantes, cabendo-lhe cumprir os deveres oficiais, seguindo os procedimentos rotinizados, independentemente de inclinações pessoais e a despeito das necessidades do público não enquadradas pela lei. Logo, “as atividades que deslocam a polícia para resolver outros tipos de problemas da comunidade, e requerem outros tipos de resposta são identificados como “assistência social”, e são objeto de desprezo “*garbage calls*” (MOORE, 1992, p. 115; PONCIONI 2005, p. 115).

Com isso demanda o emprego de material humano, tempo, e energia, em situações em que as respostas não estão no rol de suas competências de resolução, o que provoca aumento de conflito, criando problemas para a própria polícia, que em sua incompetência resolutive, utiliza da violência como instrumento de resposta, já que, problemas ditos de “assistência social”, devem ser tratados como tal e por órgãos específicos para cada situação, e não como um problema de polícia, enquadrando as situações como perturbação da “Ordem Pública”, para justificar a legalidade das suas atuações. Sendo assim justifica-se o olhar do senso comum em relação a violência policial, e na falta de empatia comunitária, por motivo da sua incapacidade na resolução de seus problemas, tendo em vista que, muitas dessas ocorrências atendidas pela polícia, dentro dessas comunidades, é para debelar grupos reunidos em reivindicações de defesa de questões sociais coletivas. Isso pode ser um dos pontos que posiciona a polícia como inimiga dos “Direitos Humanos”, devido ao modelo de polícia instrumentalizada, formada e estruturada em moldes de cunho político, para manutenção, dominação e sustentação do

poder, caracterizado pelo uso da força, enfrentamento, e, na capacidade de intimidação bélica.

Em uma análise reflexiva, pode-se observar através dos grupos sociais mais antigos, que, nos diversos períodos históricos, na Grécia, Roma e toda Europa, bem como no restante do mundo, que o surgimento e emprego de corpos policiais decorreram das mesmas circunstâncias. Ainda na atualidade, a análise a ser feita, é que, nos momentos de caos social, o poder se organiza na busca de solução, a partir da aplicação de uma força pública como forma de coação e demonstração de sua dominação e da interferência política para manutenção do poder. Essa coação é exercida através de suas forças policiais, sob o manto de manutenção da ordem social. Essa observação nos é apresentada através da obra de Monet (2002), quando da formação e estruturação de corpos policiais na Europa, ou com Palma (1978) no Brasil. E nos serve como instrumento balizador para compreensão, da estrutura, atuação, e práticas policiais vivenciadas na contemporaneidade, representadas por uma contínua e permanente reprodução comportamental de violência, vinculada a sua origem institucional, estatal e político administrativo de controle social, a serviço do poder e dominação por parte das elites políticas e econômicas.

No modelo de organização policial vigente, o agente espera por um crime a ser notificado por alguém, para ativar seu trabalho, em resposta ao que é demandado como “serviço”. Fielding (1996) afirma que em consequência, a polícia se estrutura como uma “máquina de reação” forte. Em Poncioni (2005, p. 44), que utiliza “regras e procedimentos estipulados por critérios próprios, uma vez ativados pelo público, em uma perspectiva claramente reativa”. Poncioni (2005, p. 590) diz que “o ramo da polícia civil tem como principal responsabilidade o de fazer investigação criminal conforme as melhores práticas em termos de levantamento de provas e avaliação de indícios e provas, para formatação do inquérito policial”.

Quando o fato registrado em um boletim de ocorrência apresenta as características necessárias para instauração de inquérito policial, isto é feito através de uma portaria do delegado de polícia (HAGEN, 2005, p141).

Os estudos consultados no campo da formação policial e discutidos no âmbito desta dissertação versaram sobretudo na análise do currículo (PONCIONI, 2005; PIRES, 2008; HAGEN, 2005) e das representações tecidas pelos agentes (CHANFANA, 2015; BAPTISTA, 2012).

Segundo Poncioni, os programas formativos ministrados nas polícias civil e militar do Rio de Janeiro não incorporam das demandas da sociedade, como bem ilustram, o número reduzido de horas de formação dedicadas às ciências sociais. Sem apresentar a matriz curricular trabalhada nestas organizações, a autora reitera este argumento assinalando que a carga horária dedicada à preparação física e ao manuseio de instrumentos de autodefesa é muito superior àquela dedicada à comunicação interpessoal e resolução pacífica de conflitos. Enquanto Hagen (2005) demonstra que no R. G. do Sul “A amplitude de variação de carga horária foi limitada pela Lei nº 8.835/89, que determinou a carga horária mínima de 800 horas/aula para todos os cursos de formação para os cargos policiais (...). A mesma lei também especificou uma estrutura curricular obrigatória, organizando as disciplinas em áreas:

- área técnica e administrativa – Armamento e Tiro, Informações, Técnica de Investigações, Trânsito, Informática, Comunicações, Administração Policial, Procedimentos Policiais, Inquérito Policial e outras – carga horária mínima de 35% do total;

- área jurídica e social – Direito do Menor, Direito Constitucional, Defesa Civil, Noções de Direito Civil, Direitos humanos e outras - carga horária mínima de 30% do total;

- área científica – Medicina Legal, Toxicologia, Perícias e outras - carga horária mínima de 10% do total;

- área física – Educação Física - carga horária mínima de 5% do total;

Nesta mesma linha de pensamento, corrobora a autora Chanfana (2015) ao assinalar que os agentes de segurança pública da Polícia, consideram a ação formativa proporcionada pela força policial incipiente e inadequada na medida em que o conteúdo formativo não se encontra diretamente relacionado com as práticas dos agentes visados, além de que, são ministradas por colaboradores afetos à própria instituição. Segundo os agentes visados, a contratação de formadores externos enriqueceria ainda mais a formação recebida na medida em que os atores contratados levariam para dentro da sala de aula, além do conteúdo específico da disciplina, as próprias demandas endereçadas pela sociedade (GARRIGA; MELLÉ, 2004).

O Agente de Polícia Civil precisa ter sólidos conhecimentos capazes de compreender a diversidade de cenários e agir de acordo com as normas legais. É preciso que ele tenha consciência do seu papel de cidadão responsável por

fazer Segurança Pública, orientar e proteger os outros cidadãos (PIRES, 2008, p. 80).

De acordo com a literatura consultada, a principal motivação para a escolha de formadores internos seria o de moldar a identidade e a cultura organizacional além dos perfis profissionais.

Portanto, destaca-se a importância da formação profissional básica realizada nas academias de polícia para a construção da identidade profissional, fundamentalmente, como uma etapa que faz considerável diferença para a vida profissional do policial, não apenas dada a importância da experiência de formação do membro na aquisição formal dos valores e normas próprias da profissão e das competências e das habilidades para o campo de trabalho, mas também na aquisição dos valores e crenças acerca da profissão, consubstanciados em uma base de conhecimento e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional. (PONCIONI, 2005, p.p. 588- 589).

Segundo Poncioni (2005) e Baptista (2012), as ofertas formativas das polícias estão muito mais vocacionadas em dotar os agentes dos preâmbulos legais regedores da ação policial na esfera da prevenção e combate ao crime do que na participação dos agentes na resolução dos principais problemas enfrentados pela sociedade conforme os ditames da polícia de proximidade. No modelo de polícia de proximidade, o foco deixa de estar na repressão por via do uso da força física para incidir sobre a prevenção de situações comprometedoras da ordem pública e do bem-estar social através da realização de ações meramente de sensibilização.

Segundo Poncioni (2005) a sociedade continua a valorizar os métodos de atuação policial de natureza ostensiva o que pode ser facilmente validado comparando o número de reportagens jornalísticas envolvendo este tipo de atuação com outros de natureza meramente pedagógica.

No entanto, o crescente aumento do número de vítimas de violência doméstica, pelo menos em Portugal, veio clarificar a importância de se dotar os agentes policiais de outras competências para além daquelas adstritas ao embate físico.

Em Portugal, ocorreram em 2019, várias mortes de mulheres em situação de violência doméstica após terem formalizado queixas-crime nas esquadras da polícia. Tal fato desencadeou uma grande discussão na comunicação social, levando as principais forças policiais do país (Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública) a introduzirem alterações no papel das polícias nesta esfera tal como elevarem o nível do investimento feito na capacitação destes agentes, tal como no relacionamento transetorial

estabelecido com outros setores da sociedade, em especial, com o setor público e o terceiro setor.

Apesar da formação não garantir por si só a resolução de todos os problemas de segurança sociedade, ela é encarada como uma via de transformação social graças ao impulso que concede à consolidação de “comunidades de saberes”. O termo “comunidade de saberes” remete para a capacidade de os agentes policiais induzirem mudanças nas práticas que desempenham graças ao conhecimento novo adquirido e às novas redes sociais de suporte consolidadas (DURÃO; SEABRA, 2014).

Tendo em conta, tudo o que foi discutido neste capítulo, pode-se afirmar que o potencial transformador da formação, incluindo no seio das forças policiais, resultam de vários fatores, dentre os quais, o nível de aproveitamento dos formandos, a qualidade da formação recebida seguido da validade do conteúdo programático trabalhado, a existência de orientações político-programáticas de suporte, a adoção de uma visão estratégica transformadora por parte das organizações além dos incentivos daqueles que se encontram no topo da hierarquia e do reconhecimento e da valorização por parte da sociedade no seu todo.

Neste sentido, reitera-se o exposto salientando que a presente dissertação pretende identificar e analisar as representações tecidas pelos agentes da Polícia Civil do Estado da Bahia quanto à formação recebida na ACADEPOL, enumerando as principais lógicas de ação acionadas por estes agentes na formulação dos argumentos apresentados.

5. FORMAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL: MÓDULOS FORMATIVOS E COMPETÊNCIAS

5.1. A POLÍCIA CIVIL NA BAHIA

A criação da Polícia Civil da Bahia, historicamente se confunde com o surgimento da polícia no Brasil, implantado pelo processo de defesa contra invasores estrangeiros e controle interno da colônia sobre seus habitantes e nativos. Com a chegada dos portugueses em terras brasileiras se inicia as primeiras medidas defensivas do território, temendo invasões. É criado então um sistema de polícia com o conceito de autoridade, a serviço da ordem e da vigilância, surgem os capitães de vigia da costa, responsáveis pelo policiamento para assegurar o domínio da terra e das investidas de piratas espanhóis e

franceses, iniciando o processo de construção administrativa e de defesa da colônia. A polícia nasce, a partir da necessidade da coroa portuguesa exercer maior controle sobre a província na defesa territorial, servindo como instrumento tranquilizador da ordem, exercido pelos senhores de terras (sesmarias), que detinham os poderes de polícia, e militar. A organização judiciária e policial no Brasil inicia com os Forais - “Derivado do foro, do latim fórum, assim se dizia da carta de lei ou código em que se prescreviam as posturas municipais de uma cidade ou de uma vila, ou as regras a serem adotadas por um conselho ou por um julgado, ora dada pelo próprio monarca, ora dada pelos donatários da coroa”. Inicialmente não ocorreu uma formatação de um corpo policial estruturado e formalmente definido, funcionando através da união entre os poderes judicial e policial, com a fusão entre magistratura e polícia, mantendo-se até o código de processo, de 1832, quando ocorre: - a separação entre a polícia e a judicatura, a nomeação dos Juizes de Fora no século XIV, a criação dos atos policiais, dando uma formatação administrativa (uma espécie de regulamentação), dividida em: Político, adotado pela legislação prática inglesa - o Jurídico, de molde Frances, Eclético, dando à polícia a finalidade de assegurar as vantagens e remediar os prejuízos da coexistência e coabitação dos indivíduos na sociedade, proporciona “à polícia, a finalidade de garantir a ordem social e a segurança pública, sendo preciso, pois, para a manutenção de ambos, agente da lei, cujas funções não podem ser sempre completamente separadas das funções judiciárias”. (PALMA et al., 1978). Ainda no período colonial são observadas as diferenças do direito socialmente conhecido pelos novos recém chegados e o direito dos nativos, que prevalecia a lei de Talião, mesmo com comportamento de retribuição da ofensa nas mesmas proporções e igualdade do ato ofensivo, reinava entre os nativos uma tranquilidade e um respeito admirável, sendo raras as desavenças entre eles. Com as forças irregulares aparecem à formação de uma polícia caracterizada e orientada pelos dispositivos das cartas de doações e dos forais das capitânicas, o policiamento também se faz presente nos engenhos, pela necessidade de proteção da propriedade concedida a base de sesmarias, como do novo território conquistado pela coroa portuguesa. E segue com a formação e organização dessas sesmarias e suas diversas formas de defesas, caracterizadas como policiamento. Surgem também as bandeiras, forças instituídas em determinado período. Consideradas irregulares, por se tratar de uma atividade fora da legislação vigente, ou seja, da vontade das autoridades, tinham características militar, mas, caráter e objetivos particulares. Muito utilizadas para combater e destruir de forma bárbara os quilombos existentes na colônia. A partir de 7 de janeiro de 1549 com a nomeação de Tomé de Sousa, como

primeiro governador do Brasil, o sistema das capitanias hereditárias foi unificado, sem as extingui-las, ocorrendo a centralização da administração, modificando a conjuntura político-administrativa, considerado parte integrante do governo português. Com a criação de um governo geral no Brasil a coroa busca corrigir as distorções da política de colonização imposta sem os resultados esperado. Com a fundação da Cidade do Salvador e a centralização do poder, a vida política e administrativa no Brasil vai gradativamente se organizando aos moldes do Reino, sendo criados os cargos de governador geral, ouvidor geral e provedor-mor, com atribuições discriminadas e próprias, e também as coisas da justiça e do direito, nessa evolução e construção da nova forma de administrar, Salvador passa a ser o centro de referência político social para as demais capitanias, com a produção de leis e condutas. A História da Polícia Civil da Bahia, esta contextualizada e representada nesse processo como a força vigorosa dos colonos e da tropa, até metade do século XVIII, sem apresentar um caráter nitidamente civil, devido ao ambiente de lutas permanentes contra os estrangeiros proporcionando tranquilidade e defesa para a sociedade da época, sendo a gênese histórica da formação da Polícia Civil no Brasil. São nomeados os Capitães-Mores para as capitanias, assim como os governadores ou donatários, eram os representantes da coroa com amplos poderes, os senhores da terra e de tudo que houvesse nela. Em 1549 com a chegada de Tomé de Souza e sua nomeação para governador geral, o poder desses capitães ficam limitados as suas atribuições, passando a condição de subordinação ao governador, apesar de terem um papel importante no policiamento das vilas, suas ações se caracterizaram pela opressão e terror na condição de chefes das ordenanças e juízes, o novo modelo administrativo trouxe uma grande modificação nas atribuições e condutas dos capitães através de instruções e regimentos. O Serviço de Ordenança surge ao serem instituídas as forças semirregulares, compostas de moradores, povoadores, sesmeiros, com caráter militar, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava oportunidade, para defesa do território, engenhos de açúcar, pecuária, apossamento de terras, expulsão e escravização dos índios. Com restrição da ordem pública, as bandeiras e ordenanças eram de ordem privada absoluta, serviam como instrumento de defesa dos interesses da classe dominante colonial. Na seqüência vêm as Milícias, onde se inicia as atribuições da polícia civil, e aperfeiçoadas ao longo do tempo. Com as Milícias pagas e os terços de Ordenanças a missão é definida, manter a ordem interna nas capitanias. As Milícias eram de terra e de mar, de caráter civil, com os capitães-mores substituíam no interior os órgãos judiciário-administrativos. Com as atribuições extorsivas exercidas pelo fisco

sobre as regiões auríferas: A justiça impunha “sentenças atroztes que puniam os descaminhos de ouro ou as violações de complexa legislação que resguardava as rendas metropolitanas”. A milícia exercia “a tarefa policial destinada a manter submissa uma população que crescia depressa e que buscava a riqueza na atividade mineradora tão fortemente entravada pela intervenção metropolitana”. (PALMA et al., 1978, p. 45).

As Milícias passaram a ocupar espaço, em função da decadência do sistema de capitânicas doadas, o poder público amplia suas responsabilidades com a segurança, onde Milícias e tropas regulares passam a ocupar as funções militares. Período em que as Ocorrências Policiais se voltam para as atividades de policiamento e manutenção da ordem pública, defesa de invasores, e da fiscalização exercida sobre as atividades governamentais e privadas, em uma intensa atividade jurídica policial, onde as sentenças são proferidas e executadas de formas cruéis, os conflitos políticos administrativos se intensificam, os insurgimentos e as revoltas contribuem para o aumento das mortes, com as atividades dos juizes ordinários, corregedores, ouvidores e juizes de fora acumulando as funções de policiais e judiciárias. A polícia na Bahia se estruturava na época, aos moldes vigentes em Portugal. Em meio às disputas políticas e administrativas a criminalidade e a bandidagem eram uma constante, com falta de estrutura e financeira, sendo um grande problema para o reino. Em 1626, foi organizado pelo Ouvidor-Geral Luís Nogueira de Brito, devido à grande falta de garantias no Brasil, "os Quadrilheiros", nos moldes dos existentes em Lisboa desde 1603". (RIBEIRO, 1958, p. 11). Essa era a polícia de então. Além dos Quadrilheiros que, à noite, rondavam a cidade portando lanterna e anunciando as horas e “reina a paz”, Alcaides, nomeados por Carta Régia, efetuavam prisões. No interior, os Capitães de Estrada e Assaltos, também chamados de Capitães do Mato, protegiam viajantes e capturavam índios e escravos foragidos. A autoridade suprema foi as dos governadores até 1669, quando entrou em vigor, trazido de Lisboa pelo Ouvidor geral João de Abreu e Silva o “Regimento dos Ouvidores-Gerais”. Por força dele o poder judiciário fugiu das mãos dos Governadores e passou a ser exercido pelos ouvidores Gerais. Tinham eles alçada especial e exclusiva sobre escravos, índios e peões brancos e de aplicação de pena de prisão até seis anos sobre Nobres, Moços da Câmara, Cavalheiros e Fidalgos, não mais podendo o Governador mandar soltar sentenciados nem homiziados sem audiência sua”. (RIBEIRO, 1958, p. 12). Com a nomeação e chegada à Bahia de Tomé de Sousa, inicia-se uma nova forma de administração, caracterizada por uma ordem política, sendo instalada na Bahia precisamente na Cidade de Salvador a sede da Capital do Brasil, onde foi indicado para o

cargo de alcaide-mor Diogo Muniz Barreto. A história da Polícia Civil da Bahia segue os mesmos passos e confunde-se em aspectos gerais com a história da polícia no Brasil: A História da Polícia Civil da Bahia, até pouco mais da segunda metade do século XVIII, encontra nessa contextura, configurada na força vigorosa dos colonos e da tropa. O ambiente conturbado de lutas permanentes contra as investidas estrangeiras, e a estrutura administrativa não permitia que se transformasse numa organização de caráter nitidamente civil. “Evidencia-se na sociedade da época como elemento proporcionador da tranqüilidade e da defesa, síntese da formação histórica da Polícia Civil no Brasil”. (PALMA et al., 1978, p. 41). Inicialmente o Brasil teve na figura dos Capitães-Mores e dos Donatários, como representantes da coroa, amplos poderes e prerrogativas. Com a chegada de Tomé de Sousa no ano de 1549 ocorre uma restrição de jurisdição, limitando-se apenas as suas atribuições, “num segundo plano no quadro político-administrativo da colônia” (PALMA et al., 1978, p. 42). Subordinados ao governador geral, responsáveis pela polícia através das “ordenanças” ou o corpo militar municipal: Instituídas as milícias e com elas os deveres da polícia civil, tanto as milícias como as ordenanças eram constituídas em terços, ou seja, uma correspondência com a terça parte de um regimento, que era de 2.500 homens em Portugal. Anterior ao governo geral já existiam terços de milícias responsáveis pela defesa das capitanias, mas, subordinadas à coroa. O setor da segurança passa a ter uma maior atenção, ampliando seus encargos por parte do poder público, a partir do fim do sistema de doação de capitanias, com isso as milícias vão ocupando funções militares: As preocupações com o policiamento e a manutenção da ordem pública polarizavam as atenções das autoridades governamentais, nos séculos XVI, XVII e primeiro quartel de XVIII, absorvidas com os problemas de defesa do país, a todo o momento vítima de ataques dos corsários e das tentativas de invasões estrangeiras. “As inquietações, os desalentos e as dificuldades oriundas da falta de recursos financeiros se agravam, a todo o momento, gerando, na maioria dos casos, graves conflitos a mão armada” (PALMA et al., 1978, p. 46). As funções policiais judiciárias eram exercidas cumulativamente por juízes ordinários, ouvidores, corregedores e juízes de fora.

Palma (1978, p.55) nos relata que:

A frequência e aumento de crimes e roubos que se sucederam ao longo dos anos, faz com que as autoridades constituídas passem a tratar a segurança pública como assunto dominante, com isso a percepção sobre a criação de um órgão específico para exercer as atividades características de polícia, entre elas

a disciplina de aglomerações de pessoas, tendo em vista o aumento demográfico.

Daí então surge o embrião da polícia, através da reforma do Regimento dos Quadrilheiros e criação de um novo regulamento, que lhes atribuía atividades específicas e reforçava sua autoridade com extensão a metrópole Lisboa. Escolhidos por três anos tinham como instrumento uma vara pintada de verde, com as armas reais, aos anos que seguem novas atribuições são inseridas em seu regimento e a segurança pública passa a receber maior atenção e reformas como, a demarcação dos bairros em juízes criminais, a fim de melhorar a ordem pública, a proibição em 1683, pelo governador Antônio Sousa do uso das grandes capas pelos homens, criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino em 1757, sendo a jurisdição do Intendente Geral ilimitada, seguindo a Bahia, a mesma estrutura e organização policial vigente em Portugal, criada com objetivo de resolver os problemas da segurança pública. A Intendência Geral, também se interfere em assuntos políticos, mas, restringindo-se aos que falavam mal do rei, do governo ou do marquês de Pombal, a época. Com a chegada da Família Real no Brasil, é criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, entre suas funções estava o de proteger os membros da corte da ação de espionagem e “agitadores” franceses. A autoridade suprema dos governadores até 1669 foi interrompida pela entrada em vigor do “Regimento dos Ouvidores-Gerais”, trazido de Lisboa pelo Ouvidor-Geral João de Abreu e Silva. A partir daí a história da polícia e da segurança pública no Brasil segue seus passos de acordo com a evolução de suas novas características de Estado. É nomeado Intendente Geral interinamente o desembargador do paço, Luís José de Carvalho e Melo substituído posteriormente pelo desembargador e ouvidor geral do crime, Paulo Fernandes Viana, criação da Guarda Real de Polícia da Corte, criação do cargo de Inspetor de Obras, com funções diversas de fiscalização e obras públicas, organização e ampliação das atribuições de polícia para o Corpo da Guarda Real da Polícia em 1809, atuando na repressão a crimes, contrabando, promover a segurança individual e combate a incêndios, desvinculação do Exército com a função de polícia, devido à incompatibilidade com sua finalidade, primeiro Estatuto Policial do Brasil, regulamentado em janeiro de 1828. Instituído em 1825 o cargo de Comissário de Polícia, extintos em janeiro de 1829 devido ao ingresso dos juízes de paz na estrutura do sistema policial, criação do Corpo de Polícia em fevereiro de 1825 por D. Pedro I, com funções de polícia militar e civil. Decorrente da efervescência dos fatos nos anos de 1821 e 2 de julho de 1823, a Bahia sofre uma sucessão de perturbações, rebeliões e de crimes,

período aproximadamente de vinte anos com sua frágil estrutura organizacional de polícia, com o seguinte pressuposto: Polícia,

Órgão do poder público, cuja função específica é manter, garantir e restaurar a ordem pública, a ordem política e a ordem social; zelar pela saúde pública, tranqüilidade e segurança das famílias e dos cidadãos; proteger os bens públicos e particulares; prevenir contravenções e violações das leis penais, fiscalizar a moralidade dos costumes, auxiliar a justiça, defendendo, enfim, a incolumidade pública e a profilaxia social (PALMA et al., 1978, p. 105).

Em sua origem, a polícia no Brasil era única, até que evoluiu para uma organização de forma dúplice, com um ramo judiciário e outro militarizado, de atribuições ostensivas (homens fardados); ambas sob o mesmo comando de um Juiz. Até meados do século XIX as funções de Polícia e Justiça eram exercidas por uma única instituição. A Lei nº 613, de 14 de agosto de 1905 divide em duas funções específicas, Civil e Militar, não sendo sua implantação imediata, necessitando da melhora nas finanças estadual, em uma estrutura que perdura até os dias atuais, considerando as modificações temporais: a) – polícia administrativa ou preventiva quando emprega medidas de vigilância para preservar e garantir a ordem e a tranqüilidade pública, incolumidade social e econômica, e impor os bons costumes, e a moral coletiva, impedindo ou coibindo, assim, as infrações das leis penais; quando assegura o cumprimento dos atos da administração pública e a boa execução das leis e regulamentos a que deve obedecer. Competindo a ela à inspeção e fiscalização do trânsito público, das casas de espetáculos ou diversões, dos lugares de aglomerados ou reunião de pessoas, a assistência sanitária etc. b) – polícia judiciária, repressiva ou civil, a que, como auxiliar direta da justiça, investiga e descobre as infrações da norma penal, diligencia para capturar os seus autores e reunir provas contra eles, em inquérito regular, que é depois entregue à justiça punitiva, como base do procedimento criminal, [...] A polícia civil pode ser secreta, quando os seus agentes não usam uniformes nem insígnias ostensivas, a fim de que possam desempenhar as suas funções com mais facilidade e eficiência, pois não são identificados. “A ela pertencem os investigadores e os detetives”. (PALMA et al., 1978, p. 105). Cabendo-lhe as atividades de polícia política, de costumes, sanitárias, entre outras atividades, perdurando até os dias atuais, com as devidas modificações históricas e finalidades políticas administrativas. Em 3 de dezembro de 1841, é criada na Bahia a secretaria de polícia, e instalada em março de 1942, sendo o chefe de polícia, o desembargador Antônio Simões da Silva. No Brasil a influência e interferência política

nas instituições policiais têm origem desde o período dos Vice-Reis: - os quais exerciam as suas funções administrativas, e nelas se encontravam as funções policiais juntamente com os Ouvidores-Gerais. Tão pequena e inexpressiva era então a organização propriamente dita policial, que era absorvida pelos Vice-reis, que dela dispunham como julgava conveniente, dando-lhe maior ou menor atividade. A organização da polícia pelo Príncipe D. João, tinha mais o objetivo de proteção pessoal contra espíões e agitadores franceses, dos quais tinha grande medo, do que propriamente de um sistema de defesa coletiva. Construindo uma polícia capaz de dar a cobertura política que dela se exigia, essa foi à estrutura básica da atividade policial no Brasil. A qual se dividia em três setores: 1. A polícia política do Príncipe, tanto interna como externa – com atribuições de fiscalizar internamente a formação de núcleos com idéias liberais em plena atividade no Brasil, a Maçonaria e os próprios membros da família Real. A externa recaía sobre atividades de estrangeiros no Brasil e espíões franceses. 2. Polícia propriamente dita – melhorando o respeito à vida dos habitantes da cidade, combatendo o grande número de furtos, devido o fluxo de aventureiros que chegavam ao Brasil. Além da necessidade de atentar aos problemas de uma Polícia em início. 3. Administração da cidade – era de responsabilidade do Intendente-Geral de Polícia: as obras públicas, higiene, iluminação, trabalhos de urbanização, fornecimento de água e tudo mais relacionado ao atual governo municipal. A estruturação policial do Brasil remota à época da Chegada de D. João VI, em 1808, quando foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que executava as atividades de Polícia Política, Polícia propriamente dita e a Administração da cidade. Nesse período, a atividade de Inteligência policial tinha as atribuições de Polícia Política do Príncipe, voltada para as questões de ordem internas e externas, sobretudo, uma forma de estratégia política, com a precaução contra espíões e agitadores franceses. Estava bem evidenciada a relação política da atividade. A idéia de D. João VI era dispor de um corpo policial que lhe desse informes sobre o comportamento do povo, além de preservar a corte do contágio das idéias liberais da Revolução francesa. Em 20 de setembro de 1871, com a Lei 2033, no surgimento do Sistema Judiciário, ocorre a incompatibilidade do exercício das funções dos cargos de polícia, com os cargos de juízes, nascendo o que conhecemos como Polícia Judiciária ou Polícia Civil.

A Polícia da Bahia tem suas raízes fincadas no 2º Reinado, com o nome de Secretaria de Polícia, atual Secretaria de Segurança Pública, não se enquadrou à administração estadual nos moldes Republicano-Federativo, permaneceu sob o regime

centralizado Monárquico. A legislação específica da Polícia Civil da Bahia começa a tomar corpo no período de 1891 a 1978. Com a regulamentação da constituição do Estado da Bahia de 02.07.1891, contido no título VI, cap. I, vindo a partir daí a Lei de n. 15, de 15 de agosto de 1892 – Organização Judiciária, onde dispõe em seu art. 128, que a Polícia Administrativa e Judiciária será: {...} cometida à direção de um chefe em todo o Estado, a um ou mais comissários em cada termo e a um subcomissário em cada distrito. Ato de 9 de agosto de 1895 – definiu os primeiros Distritos Criminais, Lei n. 115, de 16 de agosto 1895 - serviço da administração pública distribuída em quatro secretarias entre elas Polícia e Segurança Pública, Decreto de 24 de abril de 1896 – “regula os serviços das funções de comissários, serviço médico legal e suas atribuições, Decreto de 12 de junho de 1896 – Promulga o Regulamento especial da Secretaria de Polícia e Segurança Pública” (PALMA et al., 1978, p. 169).

Em 1930 a Secretaria de Polícia e Segurança Pública passa a ser chefiada por oficiais do exército, com o Decreto 8.226, 27 de dezembro de 1932, dando nova organização aos serviços da Secretaria de Polícia e Segurança Pública trazendo a expressão, Força Pública, definida em 1937, como Polícia Militar, através do Decreto 10.521/37, traz outras estruturas organizacionais. Modificando-se ao longo da história até os dias atuais, com a Lei 11.370 de 04 de fevereiro de 2009. Em 1912 é criada a Guarda Civil do Estado da Bahia através do Decreto 1.151, de 17 de agosto, com seu regulamento implantado a 30 de agosto do mesmo ano. Em 1915 com da Reforma Judiciária através da Lei nº 1.119, de 21 de agosto, define-se as funções de direção, formas de nomeações, e dá outras providencias seguida da Lei 1.120, de 21 de agosto de 1915 e da Lei 1.129, de 23 de março de 1916, que reorganiza mais uma vez os serviços de administração pública, inerente a Secretaria de Polícia e Segurança Pública e sua estrutura, com a Lei 1.151, de 15 de junho de 1916, em mais uma reorganização administrativa, e da direção especial dos ramos do serviço público distribuídos pelas quatro secretarias, em forma de Diretorias de livre nomeação do Governador, respeitadas as obrigações criadas pelo contrato aprovado pela lei n. 977 A, de 26 de junho de 1913, referente ao Serviço Médico-Legal, além das atribuições prescritas na lei. 1.129, de 21 de agosto de 1915, seguem-se as atribuições comuns a todas as secretarias, enquanto a Secretaria de Polícia e Segurança Pública competia a apresentação da proposta de organização da Força Pública, implanta o conselho Médico Legal, dá encaminhamento para a organização do regulamento de Técnico Médico Legal, divisão do território do Estado em circunscrições policiais, define a estrutura de pessoal, passa a instituir o

concurso para o primeiro provimento, e os demais por promoção, e autoriza a organização de um Arquivo Especial, de todos os fatos relacionados à polícia criminal, com finalidade de orientar a ação policial e reunião de elementos para conhecimento e estudo da criminalidade. Cria uma Escola Técnica Policial, destinada ao ensino dos agentes policiais e dos guardas civis, com “um curso superior de especialização para o ensino da polícia científica”. Nenhum agente seria nomeado sem ter o curso de Escola de Polícia, ficando a administração confiada ao diretor do Serviço Médico-Legal, ou ao médico legista indicado por ele, ao diretor do Serviço de Identificação e aos delegados, podendo nomear outros professores estranho ao serviço policial, não havia remuneração para os professores, porém seus serviços eram considerados de relevância para o Estado, em 1944 com o Decreto-Lei nº 171, de 17 de fevereiro é criada a Escola de Polícia Civil da Bahia e fixa sua estrutura orgânica e define suas atribuições, e Portaria nº 1.866, de 29 de dezembro de 1972, aprova o regulamento da Escola de Polícia “Nelson Pinto”, Portaria nº 531, de 8 de maio de 1973, institui o Centro de Estudos Policiais, junto a Escola de Polícia “Nelson Pinto”,

Em regime de seminário permanente, de educação dirigida, com apresentação de contribuições individuais ou de equipe, permuta de experiências, ciclo de palestras de atualização de conhecimentos no campo da policiologia, estudos, pesquisas e trabalho em grupo, em toda a área de atuação da Polícia (PALMA et al., 1978, p. 204).

Em 1975 Decreto nº 24.631, de 20 de fevereiro, altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública, na parte referente à Escola de Polícia “Nelson Pinto”. Em 1976 ocorre o Programa de Modernização Administrativa com muitas mudanças e incorporações de estruturas policiais, através das Leis nº 3.464 e 3.497, onde a reestruturação da Secretaria da Segurança Pública institui o Sistema Policial de Carreira Profissional, em um programa denominado Modernização Administrativa. Até então os policiais participavam de cursos fora da Bahia ou fora do país, com os manuais de procedimentos, equipamentos e viaturas norte-americanos. O que se observa é que, essa prerrogativa se aplicava apenas para o grupo gestor do programa de modernização. A Polícia Civil da Bahia, segundo seus dados, tem tentado se modernizar e evoluir técnica e cientificamente e busca ampliar o número de unidades policiais, na tentativa de acompanhar o crescimento populacional do Estado. A Polícia Civil da Bahia tem em seu pressuposto, segundo a legislação estadual vigente, as seguintes características:

Órgão essencial da administração pública, que integra a estrutura da Secretaria da Segurança Pública. Tem por finalidade a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Competindo-lhe as funções de Polícia Judiciária com apuração das infrações penais, na forma da Lei (LOPC, 2009, p. 8).

Polícia é instituição pública, com atribuições e função estatal, de manutenção da ordem social, à liberdade, à segurança, à tranquilidade da comunidade, usando para isso o poder administrativo de limitar coercitivamente, atuando na intervenção dos conflitos individuais em detrimento do coletivo, cabe-lhe ainda, à apuração das infrações penais, com a identificação dos seus autores e produção de provas, as quais são encaminhadas ao Ministério Público para deflagração da ação penal: Até os dias atuais, não há ainda uma compreensão coletiva sobre o papel social da polícia, assim como, a importância da formação e a valorização do seu corpo de policiais, devendo ser um marco na construção de uma instituição realmente republicana voltada ao atendimento dos interesses coletivos, em contradição a defesa dos interesses e ideologias de governos. No contexto de atribuições de cada instituição de segurança pública, cabe a Polícia Civil a função de polícia judiciária estadual e de apuração das infrações penais.

Na Bahia a formação profissional do quadro funcional da polícia civil, fica a cargo da Academia da Polícia Civil da Bahia (ACADEPOL).

Situada na estrutura institucional entre os órgãos de gestão estratégica, os quais compete planejar e dirigir as ações institucionais, estabelecendo, acompanhando, controlando e impondo ações corretivas aos planos estratégicos, que se desdobrarão pelos níveis tático e operacional (LOPC, P. 21, 2009).

A ACADEPOL tem por finalidade promover a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos integrantes da carreira de Delegado de Polícia Civil e demais carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia e compete: (LOPC, 2009, p. 23, grifo nosso).

- I. Desenvolver o aprimoramento dos recursos humanos da Polícia Civil do Estado da Bahia, incrementando a cultura, doutrina, normalização e protocolos técnicos da ação policial investigativa;
- II. Promover o **recrutamento, seleção e formação técnico-profissional de pessoal, para provimento dos cargos de Delegado de Polícia Civil e dos integrantes do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional;**

- III. Conceber e executar políticas e estratégias permanentes de formação, capacitação e aperfeiçoamento, objetivando à estruturação ética e técnico-profissional dos servidores dos quadros da Polícia Civil de Carreira Profissional;**
- IV.** Executar, permanentemente, a pesquisa técnico-científico sobre os métodos do ciclo completo da investigação policial, objetivando fundamentar a edição oficial de normas operacionais que otimizem os respectivos serviços, segundo concepção multidisciplinar;
- V.** Promover a unidade de doutrina e a unidade técnico-científica da ação investigativa;
- VI.** Editar, periodicamente, após aprovação do Conselho Superior da ação investigativa;
- VII.** Produzir e difundir conhecimentos éticos e técnico-científicos de interesse social, policial e comunitário;
- VIII.** Selecionar e manter o quadro docente preparado e capacitado, visando atender às especificidades das disciplinas relacionadas à investigação policial;
- IX.** Promover técnicas policiais, oferecendo suportes às atividades de ensino, pesquisa e operação, simuladas ou reais, visando à padronização de normas e procedimentos do ciclo completo da ação investigatória, das atividades notariais, manejo e emprego de armas de fogo, explosivo e técnicas de defesa pessoal;
- X.** Manter intercambio com outras instituições de ensino e pesquisa, nacionais e estrangeiras, aprimoramento das atividades e de métodos didático-pedagógicos;
- XI.** Emitir parecer sobre certificações de curso e outras titulações acadêmicas obtidas por servidores da Polícia civil do Estado da Bahia em instituições de ensino e pesquisa, com vistas à incorporação no histórico funcional do servidor;
- XII.** Propor e viabilizar, junto aos órgãos estaduais e federais, a autorização e o reconhecimento de caráter de caráter técnico-profissionalizante dos cursos por ela ministrados;
- XIII.** Elaborar nas políticas psicopedagógicas, destinadas à preparação do policial para a aposentadoria;

- XIV.** Realizar, propor e difundir estratégias de polícia comunitária, mediante, permanente articulação com a sociedade civil;
- XV.** Promover a capacitação dos servidores, com vistas ao seu desenvolvimento profissional (LOPC, 2009,p. 24, grifo nosso).

§ 1º - A Academia da Polícia Civil do Estado da Bahia será dirigida por Delegado de Polícia Civil, classe Especial ou classe I, da ativa, preferencialmente com Pós-Graduação, em nível de Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado (LOPC, 2009, p. 25, grifo nosso).

§ 2º - O cargo de Diretor Adjunto da Academia da Polícia Civil do Estado da Bahia será privativo da carreira de Delegado de Polícia Civil, classe Especial ou classe I, preferencialmente graduado ou com especialização na “área de Educação (LOPC, 2009, p. 25, grifo nosso).

Com o Decreto Lei nº. 171 de 17 de fevereiro de 1944, foi criada a escola de polícia, com o objetivo de ministrar ensino técnico profissional aos servidores da Polícia Civil, e a pessoas habilitadas que se candidatassem aos cargos técnicos da Secretaria da Segurança Pública. Passando em 16/02/1967 a se chamar Escola de Polícia Nelson Pinto, através do Decreto 20.160.

“O primeiro concurso público foi realizado em 1972, para preenchimento do cargo de delegado de polícia. Em 10 de agosto do mesmo ano, iniciou-se o primeiro Curso de Formação de Delegados de polícia Civil da capital” (PALMA, 1978, p.p. 192-198).

Em 08/06/1976, com o Decreto 3.497, a unidade de Ensino foi elevada à categoria de Academia. No mesmo ano, realizou-se novo concurso para os cargos de Delegados, Agentes e Escrivães de Polícia, Motorista Policial, Perito Médico-Legal, Perito Criminalístico e Perito Auxiliar. Posteriormente foram implantados cursos de aperfeiçoamento, seminários, palestras e outros.

Ao final do ano de 1978, a Academia Nelson Pinto, já havia realizado 07 (sete) novos Cursos de Formação Profissional, pesquisado sua história, realizado o levantamento dos dados estatísticos de todas as suas atividades, com implantação de um sistema de avaliação da aprendizagem, e iniciado o levantamento dos perfis profissiográfico das diversas categorias da carreira Policial Civil (ACADEPOL, 2008).

Com o Decreto 27.368 de 12/06/1980, a Academia Nelson Pinto, passa finalmente a chamar-se ACADEPOL – Academia da Polícia Civil, seguindo um padrão nacional das Unidades de Ensino Policial. O primeiro plano de ação foi apresentado no ano de 1982, proporcionando mudanças no ambiente acadêmico. O plano foi responsável pela elaboração do Currículo Pleno, o Código de Disciplina, o novo Regulamento e dos 08 (oito) Currículos Específicos abrangendo todos os cursos de formação (ACADEPOL, 2008).

O regulamento de cursos da ACADEPOL, prevê a manutenção dos seguintes cursos, além de outros, cuja instalação e realização podem ser determinados por necessidade ou interesse do serviço policial:

1. Formação nos níveis, superior e médio;
2. Aperfeiçoamento para os níveis superior e médio;
3. Especial, destinado a funcionário da Polícia Civil, sobre conhecimentos técnico-científicos e gerais de matérias compatíveis com o interesse da Segurança Pública, ministrados por professores da ACADEPOL, ou por outros de reconhecida competência:
 - a) Superior de Polícia;
 - b) Especialização em Perícias Criminais;
 - c) Técnica de Interrogatório;
 - d) Administração pública
 - e) Técnica de Investigação Policial;
 - f) Outros, desde que aprovados pelo conselho de Ensino.

A ACADEPOL, ainda pode desenvolver outros cursos, com objetivo de aperfeiçoamento dos conhecimentos profissionais, para todas as categorias, além de atividades técnicas especializadas e apoio, Seminários, Congressos, Conferências, Palestras e Ciclo de Estudos.

O procedimento de planejamento da atividade pedagógica na Academia de Polícia da Bahia se inicia antecedido por uma série de ações didáticas e administrativas, com a formulação das diretrizes formativas e acadêmicas das futuras turmas que integrarão cada novo curso de formação, para execução do programa de ensino aprendizagem.

O trabalho é organizado e desenvolvido pela Coordenação de Desenvolvimento Educacional (CDE), através das equipes de Planejamento, Execução, Avaliação e a Coordenação Pedagógica. Quando ocorre a regionalização dos concursos, os cursos de

formação são divididos em núcleos. Como ocorreu no ano de 1997, onde houve a divisão em cinco núcleos de formação: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista e Juazeiro.

O curso de formação para Agente e Escrivão de Polícia de 1997, dividiu-se Metodologicamente em três módulos de acordo com a função. Com disposição das disciplinas e carga horária definidas, conforme Projeto para a Seleção e Formação de Agente e Escrivão de Polícia – Projeto N° 05/2014 (Vinculado ao Edital SAEB/001-97 e ao Projeto Pedagógico N° 01/97).

Tabela 1 - Programa do Curso de Formação Módulo I, Módulo II Módulo III -1997

PROGRAMA DO CURSO DE AGENTE DE POLÍCIA		
N° DE ORDEM	MÓDULO I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA GERAL - DISCIPLINAS -	C.H. horas
1	Relações Humanas	12h
2	Organização e Administração Policial, Estrutura/Funcionamento	20h
3	Direitos Humanos (Ética e Prática Profissional)	36h
4	Direito Constitucional	10h
5	Português	30h
6	Direito Administrativo Disciplinar	12h
7	Estágio Supervisionado (Contexto da Ação Policial)	20h
TOTAL		140h
N° DE ORDEM	MÓDULO II FNDAMENTAÇÃO TÉCNICO CIENTIFICA -DISCIPLINAS-	C.H. horas
1	Relações Humanas	10h
2	Direito Penal, Processual Penal	30h
3	Investigação Policial	44h
4	Gerenciamento de Crise	10h
5	Criminalística	15h
6	Medicina Legal	15h
7	Estágio Supervisionado (A Ação Policial)	20h
TOTAL		154H
N° DE ORDEM	MÓDULO III TREINAMENTO ESPECÍFICO -DISCIPINAS-	C.H. horas
1	Relações Humanas	14h
2	Armamento e Tiro	30h
3	Direitos da Criança e do Adolescente	20h
4	Defesa do Consumidor	10h
5	Proteção ao Meio Ambiente	10h
6	Direção Defensiva	12h
7	Socorros de Urgência	10h
8	Defesa Pessoal	20h
9	Tóxicos e Entorpecentes	20h

10	Estágio Supervisionado	40h
TOTAL		186h
CARGA HORÁRIA TOTAL		480h
ATIVIDADES EXTRAS CURRICULARES		
Educação Física		50h
Informática		40h
TOTAL		90H

Fonte: Projeto Para a Seleção e Formação de Agente e Escrivão de Polícia: Projeto N° 05/2014 – Vinculado ao Edital SAEB/001-97 e ao Projeto Pedagógico N° 01/97. Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 2 - Programa do Curso de Formação Módulo I, Módulo II, Módulo III -1997

PROGRAMA DO CURSO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA		
Nº DE ORDEM	MÓDULO I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA GERAL - DISCIPLINAS -	C.H. horas
1	Relações Humanas	12h
2	Organização e Administração Policial, Estrutura/Funcionamento	20h
3	Direitos Humanos (Ética e Prática Profissional)	36h
4	Direito Constitucional	10h
5	Português	30h
6	Direito Administrativo Disciplinar	12h
7	Estágio Supervisionado (Contexto da Ação Policial)	20h
TOTAL		140h
Nº DE ORDEM	MÓDULO II FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA -DISCIPLINAS-	C.H. horas
1	Relações Humanas	10h
2	Direito Penal, Processual Penal	30h
3	Investigação Policial	44h
4	Gerenciamento de Crise	10h
5	Criminalística	10h
6	Medicina Legal	10h
7	Prática de Cartório	30h
8	Estágio Supervisionado (A Ação Policial)	30h
TOTAL		174h
Nº DE ORDEM	MÓDULO III TREINAMENTO ESPECÍFICO -DISCIPLINAS-	C.H. horas
1	Relações Humanas	14h
2	Armamento e Tiro	20h
3	Direitos da Criança e do Adolescente	20h
4	Defesa do Consumidor	10h
5	Proteção ao Meio Ambiente	10h
6	Socorros de Urgência	10h
7	Defesa Pessoal	20h
8	Tóxicos e Entorpecentes	20h
9	Estágio Supervisionado	42h
TOTAL		186h
CARGA HORÁRIA TOTAL		480h

ATIVIDADES EXTRAS CURRICULARES	
Educação Física	50h
Informática	40h
TOTAL	90h

Fonte: Projeto Para a Seleção e Formação de Agente e Escrivão de Polícia: Projeto N° 05/2014 – Vinculado ao Edital SAEB/001-97 e ao Projeto Pedagógico N° 01/97. Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

O Projeto operacionaliza o processo pedagógico, conforme as seguintes normas:

- Módulo I: objetiva, tanto para o candidato a Agente como para Escrivão de Polícia, a análise de contexto e nele seu papel enquanto profissional e cidadão.

- No módulo I, a proposta é que o candidato analise o contexto e o papel enquanto profissional e cidadão, esse objetivo deve ocorrer através das disciplinas (ver tabela 1).

- O módulo II, Enfoca a análise das relações com a comunidade estabelecendo critérios e definindo parâmetros da ação policial. Para o candidato a Agente de Polícia, pela especificidade do seu fazer, foram selecionadas as disciplinas (ver tabela 1).

- Módulo II: Enfoca a análise das relações com a comunidade estabelecendo critérios e definindo parâmetros da ação policial. Para o candidato a Agente de Polícia, pela especificidade do seu fazer.

- Módulo III: direcionado para o exercício da cidadania na perspectiva da função social, contemplando, portanto, para ambos os candidatos (Agente e Escrivão de Polícia) disciplinas que fortaleçam as suas ações (ver tabela 1). (ACADEPOL, Projeto 05/2004, Vinculado ao Edital SAEB/001-97 e ao Projeto Pedagógico N° 01/97).

Para ingresso na instituição o Edital SAEB/001-97, apresenta o perfil profissiográfico dos candidatos que pleiteiam uma vaga, como o de Escrivão:

5.2 PERFIL DO ESCRIVÃO

- **Escrivão (Descrição Sumária)**

Atividade de nível médio consistente em escrever e subscrever autos, termos e demais atos e peças de inquéritos policiais e execução de outros serviços cartorários afetos à Delegacia de Polícia nas R.M.S e interior do Estado.

- **Exemplos típicos de tarefas**

- Dar cumprimento às formalidades processuais lavrando autos, atos e demais atos próprios de seu ofício;
- Fornece de ordem da autoridade policial certidões e preparar atestados, alvarás e ofícios;
- Reduzir a termo declarações interrogatórios, depoimentos, autos de prisão em flagrante, acareação, reconhecimento, resistência, recolhimento e outros;
- Manter atualizado a escrituração dos livros sob sua responsabilidade;
- Receber e recolher fiança, quando determinado pela autoridade policial;
- Acompanhar quando necessário e em razão da sua condição funcional, autoridade policial em diligências;
- Expedir de ordem da autoridade policial, notificações e intimações;
- Preparar e ordenar documentos, termos e peças de inquéritos sob sua guarda, submetendo-os regularmente a despacho da autoridade policial;
- Acondicionar, relacionar e etiquetar devidamente objetos, valores e coisas apreendidas;
- Preencher mapas de controle de inquérito processos e boletins;
- Manter em perfeita ordem arquivos, fichários e demais documentos sob a responsabilidade;
- Ter sob sua guarda e responsabilidade inquéritos policiais;
- Cumprir e fazer cumprir as ordens normas e instruções emanadas do superior hierárquico;
- Exercer outras atividades afins e/ou correlatas.

- **Caracterização da função do ponto de vista psicofísico do escrivão**

- Trabalho predominantemente psíquico, manual e percepto-motor;
- Requer do ponto de vista físico: Saúde normal, boa visão, audição e coordenação motora;
- Requisitos Psíquicos;
- Inteligência lógica, com equilibrada capacidade de análise e síntese;
- Boa capacidade cognitiva (compreensão, previsão, planejamento);
- Excelente capacidade para organizar, classificar e arquivar;
- Atenção concentrada com rapidez e exatidão;
- Prontidão mental;
- Coordenação viso-motora;
- Destreza e presteza manual;
- Boa capacidade mnemónica e de observação;
- Destreza e presteza manual;
- Boa capacidade mnemónica e de observação;
- Estabilidade emocional;
- Domínio dos impulsos e da agressividade;
- Rapidez e exatidão numérica;
- Fluência verbal capaz de redação própria com acentuada correção ortográfica;
- Boa caligrafia;
- Alto senso de responsabilidade, honestidade, discrição e prudência;
- Socialmente: ético, cauteloso, educado, obediente as normas, adaptável e capaz de boas relações interpessoais. (ACADEPOL, Projeto 05/2004, Vinculado ao Edital SAEB/001-97 e ao Projeto Pedagógico Nº 01/97).

5.3 PERFIL DO AGENTE DE POLÍCIA

Descrição Sumária:

Atividade de nível médio, envolvendo a prática de atos investigatórios ou coativos de Polícia judiciária visando a apuração das infrações peais e sua autoria, sob a direção mediata ou imediata da autoridade policial.

- **Exemplos Típicos de Tarefas:**

- Prender quem quer que seja em flagrante delito;
- Fazer pessoalmente intimações, notificações e demais diligências determinadas pela autoridade policial;
- Prestar assistência e proteção a pessoas indefesas, inválidas ou em perigo;
- Participar de programas e operações de prevenção e repressão à criminalidade;
- Comunicar às autoridades superiores perigos sinistros, crimes, contravenções e irregularidades de que tiver conhecimento;
- Proteger e auxiliar velhos, ébrios, toxicómanos, mendigos e loucos dando-lhes destinação adequada;
- Cuidar das pessoas presas ou em custódia;
- Executar tarefas de fiscalização de estabelecimento de hospedagem, diversões públicas e produtos controlados pela polícia;
- Executar revistas, guarda e vigilância de presos. Velar pela incolumidade do preso e custodiado;
- Tomar providências rotineiras preliminares sobre qualquer ocorrência policial de que tenha conhecimento, dando ciência a autoridade competente;
- Orientar e assistir mulheres e menores abandonados e carentes. Colaborando na recepção a turistas e pessoas em trânsito;
- Conduzir viaturas policiais sempre que necessário;
- Isolar e preservar locais de infração penal levantando as informações necessárias ao esclarecimento do fato e suas circunstâncias;
- Levantar, de ordem da autoridade policial, a vida pregressa de suspeitos e indiciados;
- Cumprir e fazer cumprir as ordens, normas e instruções emanadas de superior hierárquico;
- Exercer outras atividades afins e/ou correlatas.

- **Caracterização da função do ponto psicofísico**

- Trabalho predominantemente psíquico, equilibradamente verbal especial, variável e percepto racional;

- Requer do ponto de vista físico: Saúde normal, boa visão, resistência física, e certa força muscular (preferir constituição mesomorfa).

- **Requisitos psíquicos**

- Inteligência acima da média, lógica, intuitiva, reflexiva, criativa, capaz de improvisos em casos de emergência;

- Aptidão para resolver problemas com raciocínio indutivo e dedutivo;

- Boa capacidade cognitiva (compreensão, previsão, planejamento e julgamento);

- Prontidão e agilidade mental;

- Rapidez e exatidão de percepção (discriminação, avaliação, tempo-espaço, identificação);

- Capacidade desenvolvida de observação e investigação com excelente aptidão mnemônica, atenção concentrada e distribuída;

- Capacidade de decisão, firmeza e imparcialidade;

- Resistência mental a fadiga e as causas de distração;

- Controle emocional e dos impulsos (domínio da emoção, não insensibilidade);

- Agressividade normal sob domínio racional;

- Socialmente: ético, prudente e educado, dócil e respeitador das normas, prestativo e com capacidade de adaptação e boas relações humanas. (ACADEPOL, Projeto 05/2004, Vinculado ao Edital SAEB/001-97 e ao Projeto Pedagógico Nº 01/97).

Enquanto no Concurso Público para ingresso nas carreiras de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia e Investigador de Polícia, o Edital SAEB/01/2013, de 11 de janeiro de 2013, apresenta mudanças importantes no perfil para os cargos de Escrivães e Investigadores de Polícia, Como: Modificação na escolaridade e nas atribuições, além de demonstrar uma ampliação de responsabilidades e de importância na condução das atribuições institucionais.

5.3 ESCRIVÃO DE POLÍCIA REQUISITOS ESPECÍFICOS – TURMA 2013: diploma de conclusão de curso superior, devidamente registrado no Ministério da Educação – MEC.

5.4 ATRIBUIÇÕES – TURMA 2013: lavrar os atos de inquéritos policiais, termos circunstanciados de ocorrência e outros procedimentos legais, contribuindo na gestão de dados, informações e conhecimentos; expedir, mediante requerimento de interessado e despacho da autoridade policial, de certidões e translados; zelar pela guarda de papéis, documentos, procedimentos, armas e munições sob sua responsabilidade e de objetos e instrumentos apreendidos vinculados aos inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros procedimentos legais; ter a guarda e responsabilidade, mantendo atualizada a escrituração em livros e/ou banco de dados; emitir guia de recolhimento, quando legalmente autorizado e determinado por autoridade policial; preencher planilhas de controle de inquéritos, processos e boletins; acompanhar a autoridade policial, quando necessário ao exercício funcional; prestar assessoramento especializado e superior no âmbito da estrutura da Polícia Civil do Estado da Bahia; expedir guias para exames periciais; escrever, subscrever e lavrar atos e termos e demais peças de procedimentos penais ou administrativos.

5.5 INVESTIGADOR DE POLÍCIA REQUISITOS ESPECÍFICOS – TURMA 2013: diploma de conclusão de curso superior, devidamente registrado no Ministério da Educação – MEC, bem como Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, categoria “B”, no mínimo.

5.6 ATRIBUIÇÕES – TURMA 2013: proceder à investigação criminal e ao exercício de Polícia Judiciária, exceto quando relacionadas à matéria sob jurisdição militar; participar do planejamento, coordenação, supervisão e fiscalização das atividades operacionais e administrativas do setor sob sua direção; participar de levantamento de local de crime e interagir na execução de atividade investigativa; zelar pela incolumidade de preso; cumprir diligências, mandados e outras determinações de autoridades policiais e/ou judiciárias competentes, sendo responsável pela produção de dados, informações e conhecimentos; participar de 3 estudos, projetos e pesquisas de natureza técnica ou especializada sobre ciências criminais, inteligência policial e estatísticas de crimes; efetuar prisões e busca pessoal, para fins de apuração de infração penal; participar de programas e operações de prevenção, repressão, controle da criminalidade, reconstituição e de ações de inteligência policial; executar tarefas de fiscalização de estabelecimentos de hospedagem, diversões públicas, teatros, cinemas, esportes e produtos controlados pela Polícia Civil, sendo lhe assegurado o livre acesso aos locais fiscalizados; adotar

providências sobre qualquer ocorrência policial de que tiver conhecimento, dando ciência imediata à autoridade competente; elaborar os relatórios de investigação criminal, conforme expedição de ordem de serviço; executar as ações necessárias para segurança das investigações; executar em trabalho de equipe operações de resgate de reféns; exercer assessoramento especializado e superior no âmbito da estrutura da Polícia Civil do Estado da Bahia; participar de estudos e pesquisas de natureza técnico-científica ou especializada sobre administração policial; alimentar e pesquisar, nos arquivos físicos e eletrônicos, dados sobre a identificação de pessoas; dirigir viatura em missão de natureza policial; coordenar e supervisionar a investigação criminal e a atividade de polícia judiciária, exceto quando relacionada a matéria sob jurisdição militar, e desde que no exercício da função de coordenação do setor de investigação.

Para uma melhor compreensão sobre o objeto desse trabalho, será apresentado o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Delegado, Escrivão e Investigador da Polícia Civil da Bahia, Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE – Edição de 11 de janeiro de 2013.

Considerando a mudança de escolaridade para o ingresso na polícia Civil, com base na Lei 11.370 de 04/02/2009 e as proposta da Matriz Curricular Nacional – MCN, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENAP/MJ desenvolvido em 2003. Proporciona uma característica de mudança da formação apresentada pela ACADEPOL, sem com isso pode-se afirmar que tenha equacionado os problemas levantados junto a turma de 1997, conforme pesquisa realizada e que servirá como instrumento comparativo entre as duas turmas a fim de identificar afinidades, convergências e divergências formativas.

O projeto pedagógico da turma de 2013 traz diversos pressupostos pedagógicos de mudanças na forma de transmissão de conhecimento entre esses, propõe o agrupamento e interação de competências distribuídas em três dimensões: pessoal, institucional, profissional com expectativa de produtos que evidenciem, o Saber, Saber Fazer, Saber Ser, para tanto apresenta estratégias de ensino para o alcance dessa aprendizagem. Com uma sequência operacional onde a aprendizagem se desenvolve como desafios integrantes de áreas temáticas disponibilizadas como componentes curriculares. Diferente da organização dos conhecimentos como disciplina, com a ordenação própria de conteúdo, para a proposta pedagógica “as informações vão sendo trabalhadas em função do Eixo Temático em estudo, tendo, sempre, como temas transversais, Ética e Cidadania, em formato de Módulos”:

- **O Módulo Gestão Integrada em Segurança Pública**

Objetiva apresentar conceitos da gestão pública e gestão administrativa policial, bem como, criar vínculo institucional através de disciplinas/conteúdos como contextualização histórica da Segurança Pública no Brasil, da Polícia Judiciária e da Polícia Civil da Bahia.

- **O Módulo Investigação Criminal**

Dividido em cinco submódulos, quais sejam: Fundamentos, Técnicas de Investigação, Perícias, Inteligência e Apresentação cases, apresentam de forma clara as medidas normativas e métodos na busca de produção de provas criminais visando demonstrar a verdade factual juridicamente qualificada, respeitando as garantias constitucionais.

- **O Módulo Inquérito Policial**

Objetiva apresentar ao corpo discente, todo procedimento Policial administrativo destinado a reunir os elementos probatórios necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria, que servirão de fundamento para o oferecimento da denúncia.

- **O Módulo Organização e Prática Cartorial**

Objetiva apresentar os procedimentos criminais e diversos documentos específicos de Polícia Judiciária atinentes à Delegacia e facilitar as tarefas diárias, o desenvolvimento de múltiplas atribuições e obrigatória prestação de serviços ao público, mais ágil e eficiente.

- **O Módulo Táticas Policiais**

Objetiva apresentar conhecimentos técnicos para a atividade policial, dando ênfase à padronização dos procedimentos operacionais e proporcionar ao servidor policial no desempenho de suas funções maior destreza e segurança.

- **O Módulo Língua e Comunicação**

Objetiva apresentar para aqueles que compõem os quadros de profissionais de segurança pública cujas funções exigem a prestação de informação numa linguagem clara e objetiva, o padrão atual de comunicação no serviço público, juntamente com a Instrução Normativa nº 01 de 2013, considerado o estabelecido pelo Novo Acordo Ortográfico e capacitar o uso adequado de sistema específico de registro de ocorrências policiais.

- **O Módulo Ciclo de Palestra**

Objetiva propiciar ao discente do Curso de Formação de Polícia, informações relevantes sobre temas relacionados com a área de segurança pública, possibilitando a atualização e o desenvolvimento profissional.

Concomitante a realização dos Módulos acontecerá o Estágio Supervisionado e Visita Técnica, em subgrupos, distribuídos nos turnos: matutino e vespertino de maneira a não descaracterizar a dinâmica da unidade com o volume de pessoas e possibilitar a participação dos Agentes de Aprendizagem. (Projeto Pedagógico - Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013, Publicado no DOE - Edição de 11 de Janeiro de 2013).

Para o Projeto Pedagógico da turma 2013 da Academia de Polícia - ACADEPOL: “A Matriz Curricular da Proposta Pedagógica do Curso de Formação das Carreiras de Delegado de Polícia, de Escrivão e Investigador de Polícia do Concurso/2013, apresenta áreas temáticas divididas em 06 (seis) Módulos que contemplam disciplinas obrigatórias, conteúdos práticos e orientações metodológicas indispensáveis à formação cultural e profissional do agente de Segurança Pública, visando, assim, uma adaptação do discente aos padrões exigidos para o exercício da função”. (Projeto Pedagógico - Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013, Publicado no DOE - Edição de 11 de Janeiro de 2013).

Para o exercício da função ou atividade policial foi contemplado no Curso de formação uma matriz curricular de conteúdo programático a atender às necessidades atualizadas e adaptadas à realidade social. (Projeto Pedagógico - Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013, Publicado no DOE - Edição de 11 de Janeiro de 2013).

5.7 ESTRUTURA CURRICULAR - TURMA 2013

Tabela 3 - Módulo/Disciplina – Investigador - Gestão em Segurança Pública

GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA	C/H
Sistema de Segurança Pública/História da Polícia Judiciária	20
Ética e Perfil Policial	5
Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial	20
Noções de Polícia Comunitária	10
Noções de Comunicação Social	5
Noções de Direito Penal	10
Noções de Direito Processual Penal	10
Noções de Qualidade de Atendimento	5
Práxis Policial no Interior do Estado da Bahia	5
Psicopatologia do Trabalho Policial	5
Estrutura Organizacional da Polícia Civil	15
Total	110

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 4 - Módulo/Disciplina - Investigador – Investigação Criminal

IVESTIGAÇÃO CRIMIAL	C/H
Sub Módulo: Investigação Criminal – Doutrina	
Fundamentos da Investigação Criminal	10
Total Sub módulo	10
Sub módulo: Investigação Criminal - Técnicas	
Entrevista e Interrogatório	10
Análise de Dados e Interceptação de Sinais	5
Busca e Apreensão - BEA	5
Local de Crime (SILC)	5
Estória - Cobertura e Vigilância – EC/VIG	15
Fotografia Aplicada	5
Observação, Memorização e Descrição/ Reconhecimento - OMD/RECON	10
Total sub módulo - Técnicas	55
Sub módulo: Investigação Criminal - Inteligência	
Inteligência de Segurança Pública - DNISP	5
Metodologia de Produção de Conhecimento	5
Contrainteligência	10
Operações de Inteligência	5
Ferramentas de Inteligência	5
Noções de Estatística e Análise Criminal Investigativa	10
Total do Sub módulo de Inteligência	40
Sub módulo: Investigação Criminal – Perícias	
Noções de Criminalística com Ênfase em Local de crime contra a Vida e o Patrimônio	15
Noções de Balística	5

Noções de Papiloscopia	5
Noções de Identificação Veicular	5
Noções de Documentoscopia	5
Noções de Medicina Legal e Interpretação de Laudos	10
Perícias de Laboratório (Toxicologia e Genética)	5
Total do Sub módulo de Perícias	50
Sub modulo: Investigação Criminal – Apresentação de Cases	
Case 1	5
Total do Sub módulo de Apresentação de Case	5
Total Geral do Módulo de Investigação Criminal	160

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 5 - Módulo/Disciplina - Investigador – Inquérito Policial

INQUÉRITO POLICIAL	CH
Fundamentos do Inquérito Policial	5
Oficina de Elaboração de Ordem de Missão	5
Visualização do Inquérito Policial	5
Total	15

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 6 - Módulo/Disciplinas - Investigador – Organização e Prática Cartorial

ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA CARTORIAL	C/H
Organização e Prática Cartorial	5
Sistema de Gerenciamento Estatístico - SGE	5
Total	10

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 7 - Módulo/Disciplinas - Investigador – Língua e Comunicação

LINGUA E COMUNICAÇÃO	C/H
Redação Técnica Policial	10
Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial - SIGIP	20
Total	30

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 8 - Módulo/Disciplinas – Investigador – Complementar/Optativa

COMPLEMENTAR/OPTATIVA	C/H
Relatório de Investigação Policial	10
Total	30

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 9 - Módulo/Disciplina – Investigador – Táticas Policiais

TÁTICAS POLICIAIS	C/H
Noções de Gerenciamento de Crise e Negociações	10
Progressão em Área de Alto Risco	10
Abordagem à Pessoas, Veículos e Edificações	30
Uso Diferenciado da Força e Tecnologia Menos Letal	10
Noções teóricas de Explosivos	10
Planeamento Operacional	10
Armamento, Tiro e Munições	55
Defesa Pessoal aplicada à atividade Policial	30
Direção Policial – Condução de Viaturas – Direção Defensiva e Ofensiva	15
Noções de Atendimento Pré Hospitalar	15
Comunicação Operacional	10
Total	205

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 10 – Ciclo de Palestras

CICLO DE PALESTRAS – DPC/EPC/IPC	C/H
Atividades Lesivas ao meio Ambiente – Lei 9.605 de 12 de fevereiro 1998	2
Crime Organizado – Lei 12.850 de 2 de agosto de 2013	2
Crimes Cibernéticos – Lei 12.737 de 30 de novembro de 2012	2
Diversidade – Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000	2
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990	4
Estatuto da desigualdade Racial – Lei 12.28 de 20 de julho de 2010	2
Estatuto do Desarmamento – Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003	2
Estatuto do Idoso – Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003	2
GEMACAU	2
Improbidade Administrativa – Lei 8.429 de 02 de junho 1992	4
Lei Maria da Penha – Lei 11.340 de 7 de agosto 2006	2
Guarda Municipal	2
Tortura – Lei 9.455 de 07 de abril de 1997	2
TOTAL	30

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 11 – Estágio Supervisionado e Visita Técnica

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E VISITA TÉCNICA	C/H
Delegados	50
Escrivães	50
Investigadores	50

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 12 - Modulo/Disciplina – Escrivão – Gestão em Segurança Pública

GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA	C/H
Sistema de Segurança Pública/História da Polícia Judiciária	20
Ética e Perfil Policial	5
Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial	20
Noções de Polícia Comunitária	10
Noções de Comunicação Social	5
Noções de Direito Penal	10
Noções de Direito Processual Penal	10
Noções de Qualidade de Atendimento	5
Praxis Policial no Interior do Estado da Bahia	5
Psicopatologia do Trabalho Policial	5
Estrutura Organizacional da Polícia Civil	15
Total	110

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 13 - Modulo/Disciplina - Escrivão – Investigação Criminal

INVESTIGAÇÃO CRIMIAL	C/H
Sub Módulo: Investigação Criminal – Doutrina	
Fundamentos da Investigação Criminal	10
Total Sub módulo	10
Sub módulo: Investigação Criminal - Técnicas	
Entrevista e Interrogatório	10
Análise de Dados e Interceptação de Sinais	5
Busca e Apreensão - BEA	5
Local de Crime (SILC)	5
Estória - Cobertura e Vigilância – EC/VIG	15
Fotografia Aplicada	5
Observação, Memorização e Descrição/ Reconhecimento - OMD/RECON	10
Total sub módulo - Técnicas	55
Sub módulo: Investigação Criminal - Inteligência	
Inteligência de Segurança Pública - DNISP	5
Metodologia de Produção de Conhecimento	5
Contrainteligência	10
Operações de Inteligência	5
Ferramentas de Inteligência	5
Noções de Estatística e Análise Criminal Investigativa	10
Total do Sub módulo de Inteligência	40
Sub módulo: Investigação Criminal – Perícias	
Noções de Criminalística com Ênfase em Local de crime contra a	15

Vida e o Patrimônio	
Noções de Balística	5
Noções de Papiloscopia	5
Noções de Identificação Veicular	5
Noções de Documentoscopia	5
Noções de Medicina Legal e Interpretação de Laudos	10
Perícias de Laboratório (Toxicologia e Genética)	5
Total do Sub módulo de Perícias	50
Sub módulo: Investigação Criminal – Apresentação de Cases	
Case 1	5
Total do Sub módulo de Apresentação de Case	5
Total Geral do Módulo de Investigação Criminal	160

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 14 - Módulo/Disciplinas – Escrivão – Inquérito Policial

INQUÉRITO POLICIAL	CH
Fundamentos do Inquérito Policial	5
Oficina de Produção de Inquérito	30
Total	35

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 15 - Módulo/Disciplinas – Escrivão – Organização e Prática Cartorial

ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA CARTORIAL	C/H
Organização e Prática Cartorial	5
Sistema de Gerenciamento Estatístico - SGE	5
Total	10

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 16 - Módulo/Disciplinas – Escrivão – Língua e Comunicação

LINGUA E COMUNICAÇÃO	C/H
Redação Técnica Policial	10
Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial - SIGIP	20
Total	30

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 17 - Módulo/Disciplina – Escrivão – Táticas Policiais

TÁTICAS POLICIAIS	C/H
Noções de Gerenciamento de Crise e Negociações	10
Progressão em Área de Alto Risco	10
Abordagem à Pessoas, Veículos e Edificações	30
Uso Diferenciado da Força e Tecnologia Menos Letal	10

Noções teóricas de Explosivos	10
Planeamento Operacional	10
Armamento, Tiro e Munições	55
Defesa Pessoal aplicada à atividade Policial	30
Direção Policial – Condução de Viaturas – Direção Defensiva e Ofensiva	15
Noções de Atendimento Pré Hospitalar	15
Comunicação Operacional	10
Total	205

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 18 – Ciclos de Palestras

CICLO DE PALESTRAS – DPC/EPC/IPC	C/H
Atividades Lesivas ao meio Ambiente – Lei 9.605 de 12 de fevereiro 1998	2
Crime Organizado – Lei 12.850 de 2 de agosto de 2013	2
Crimes Cibernéticos – Lei 12.737 de 30 de novembro de 2012	2
Diversidade – Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000	2
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990	4
Estatuto da desigualdade Racial – Lei 12.28 de 20 de julho de 2010	2
Estatuto do Desarmamento – Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003	2
Estatuto do Idoso – Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003	2
GEMACAU	2
Improbidade Administrativa – Lei 8.429 de 02 de junho 1992	4
Lei Maria da Penha – Lei 11.340 de 7 de agosto 2006	2
Guarda Municipal	2
Tortura – Lei 9.455 de 07 de abril de 1997	2
TOTAL	30

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Tabela 19 – Estágio Supervisionado e Visita Técnica

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E VISITA TÉCNICA	C/H
Delegados	50
Escrivães	50
Investigadores	50

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Formação de Delegados, Escrivães e Investigador da Polícia Civil: Concurso Público SAEB 01/2013 Publicado no DOE (Edição de 11 de janeiro de 2013) - Academia da Polícia Civil – Coordenação de Desenvolvimento Educacional.

Em síntese, o desígnio de consolidar uma prática pedagógica reflexiva se apresenta de forma comprometida no seio da ACADEPOL, por não demonstrar ainda uma cultura organizacional voltada para a produção do conhecimento, caracterizado pela não valorização do conhecimento novo produzido pelos estagiários, quando da formação, realizando uma releitura do material produzido, a fim de produzir novos conhecimentos e

com isso melhorias em novas formações. Também a cultura organizacional vigente não valoriza a lógica de trabalho em equipes ou redes, conforme ilustra a fraca participação simulada dos estagiários em processos decisórios internos. Com isso, há uma falta de política educacional-formativa capaz de consolidar na ACADEPOL, as ditas comunidades de saberes, ou seja, grupo de agentes e escrivães que decidem numa base voluntária e altruística decidem promover a inovação através da partilha de conhecimentos e atuação conjunta.

Apesar de os policiais africanos formados no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Portugal depararem-se com uma situação muito parecida quando retornam aos seus países de origem (ex. Moçambique, São Tomé e Príncipe) vários agentes conseguiram introduzir o modelo de policiamento comunitário contrariando a doutrina de policiamento ostensivo prevalecente nestes países (Durão e Seabra 2014).

Isso pode ser observado quando comparamos a aplicação do conteúdo com o objetivo da atividade a ser desempenhada pelo profissional policial, o que se justifica pela presença da manutenção do status quo e da supremacia de algumas funções históricas e detentora do poder institucional. Essa constatação tem como base, o próprio conteúdo programático em questão, podendo ser observado, iniciando pela baixa carga horária das matérias vinculadas ao exercício da sua função e atribuições conforme a LOPC 2009, complexidade dos conteúdos programáticos em relação à função a ser exercida, fora do contexto profissiográfico. Evidenciada pela impossibilidade de assimilação e compreensão por parte dos candidatos de se verem contextualizados em um universo tão complexo regido em sua maioria apenas por conteúdos jurídicos, sem vinculação prática para o exercício da sua função, comprometendo a aprendizagem naquilo que se refere à aplicabilidade técnica e prática da ação policial. Desvinculando o aprendizado das discussões fundamentadas na criminologia, sociologia ou pressupostos filosóficos e nos contextos que caracterizam uma sociedade, onde as práticas devem ser analisadas e desenvolvidas por esses futuros profissionais.

6. ARTICULAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO INSTITUÍDA E AS PRÁTICAS DO TRABALHO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

Os resultados obtidos a partir do inquérito por questionário online foram tratados através das técnicas de análise de conteúdo temática seguida da técnica de análise estatística e apresentados sob forma de gráficos conforme mostramos a seguir:

Apresentação das pesquisas realizadas no ano de 2016 sobre a turma de 1997, onde ficou disponível em rede por 4 (quatro) meses para todos que se dispusessem responder. Também a pesquisa realizada em 2021, com a turma de 2013 disponibilizada em rede por aproximadamente 45 (quarenta e cinco) dias, em um período muito complicado devido o surto pandêmico da COVID-19. Em seguida segue o comparativo do material pesquisado.

6.1 O POLICIAL E SUA PRÁTICA SOB A ÓTICA DOS FORMANDOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL CIVIL NA BAHIA.

6.2 MATERIAL E MÉTODOS

Na busca de uma análise de resultados sobre a formação dos policiais civis da Bahia, realizou-se esta etapa da pesquisa, com um grupo de investigadores e escrivães formados pela ACADEPOL, que além da caracterização do perfil dos respondentes, tais como: Local do trabalho (capital e interior); função na corporação; sexo; cor ou raça, de acordo classificação do IBGE; nível de instrução; estado civil, buscou-se conhecer a visão deles sobre questões qualitativas da formação recebida abordando-se: a) como a formação é compreendida no exercício da função policial; b) o nível de adequação da formação do policial recebida em relação ao exercício de função c) o preparo para enfrentar os desafios da função que aguarda ao policial.

É importante informar que os participantes só obtiveram acesso ao formulário com direito de responder apenas uma vez, não sendo permitido um mesmo candidato acessar o formulário e repetir a pesquisa, para tanto, o sistema dispunha de dispositivo para tornar essa ação possível.

Por fim, para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo que segundo Laville e Dionne (1999) permite abordar uma diversidade de objetivos de investigação e segundo Caregnato e Mutti (2006) pode ser tanto quantitativa, como qualitativa.

6.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico apresenta-se os resultados das análises dos dados coletados e também se discute o seu contexto. As questões com seus respectivos dados percentuais e resultados obtidos estão demonstrados através dos gráficos a seguir. Os resultados parciais aqui obtidos podem vir corroborar com a hipótese levantada para elaboração da pesquisa maior, sobre como se expressam as conexões entre a formação do policial civil (Bahia) e a aplicabilidade no cotidiano do trabalho.

6.4 PERFIL DOS FORMANDOS

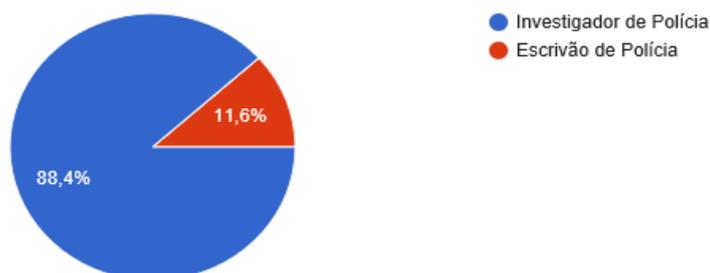
Neste tópico apresenta-se as características específicas do perfil dos respondentes da turma de 1997 que serão posteriormente comparados aos da turma de 2013, cujos resultados das análises dos dados coletados, como também do seu contexto, discutem-se as questões com seus respectivos dados percentuais e resultados obtidos, demonstrados através dos gráficos e discussões a seguir:

6.4.1 PERFIL

Essa pesquisa foi realizada através de formulário eletrônico junto a um grupo de policiais civis oriundos da ACADEPOL em exercício, e traz questões direcionadas e específicas de acordo com o objetivo deste estudo, resultando respostas fechadas, evitando com isso interpretações ou interferências do pesquisador.

Do público-alvo da pesquisa, 88,4% são investigadores de polícia e 11,6% escrivães de polícia.

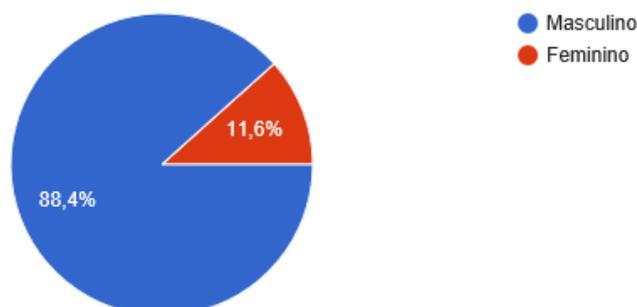
Gráfico 1 - Funções na Polícia



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

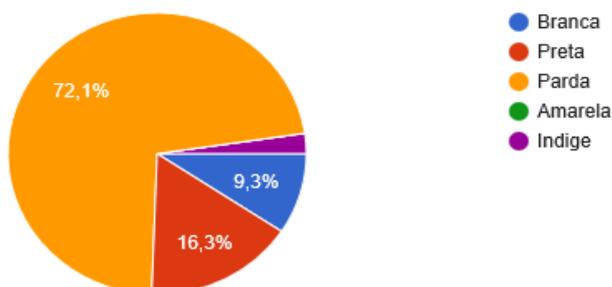
Em uma instituição de predominância masculina, a participação feminina, constitui-se um dos desafios a ser superado na instituição, a fim de se criar um discurso mais humanizado e menos machista. Observa-se a predominância masculina de 88,4% em relação a 11,6% do feminino. Com as idades variando entre 42 e 61 anos.

Gráfico 2 - Sexo



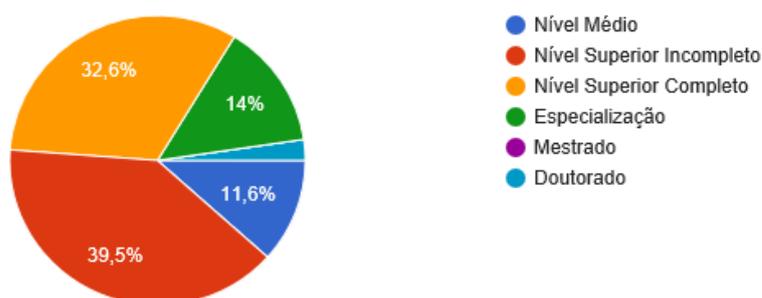
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Gráfico 3 - Cor, raça, segundo a classificação do IBGE



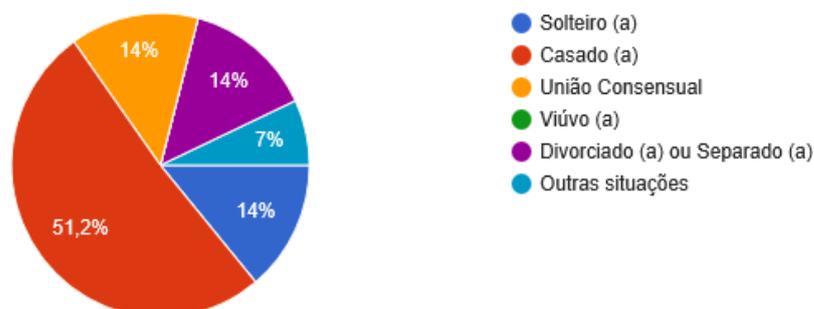
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Com essa questão, 72,1% se declararam pardo, 16,3% pretos, 9,3% brancos, 2,3% indígena. Há interpretações sobre comportamento simbolicamente enraizado no subconsciente coletivo em relação à cor ou raça.

Gráfico 4 - Nível de instrução

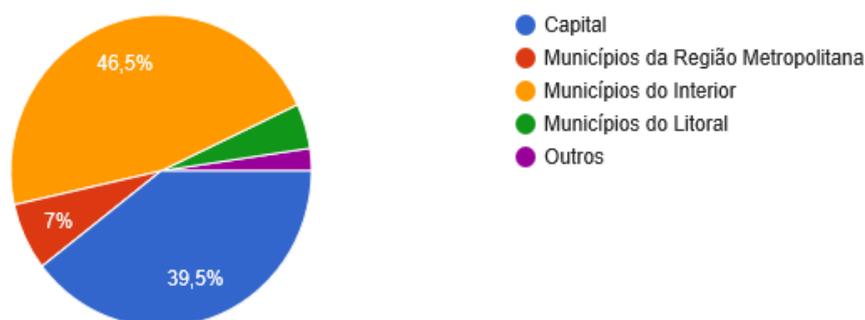
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Considerando que a escolaridade exigida para o acesso à instituição à época era o nível médio, pode ser observada nesse estudo a evolução acadêmica dos policiais, onde 88,4% dos entrevistados estão em um estágio de instrução avançada ou em andamento, ficando assim distribuído; 39,5% nível superior incompleto, 32,6% superior completo, 14% especializados, 11,6% com mestrado, 2,3% com doutorado.

Gráfico 05 - Estado Civil

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Apresentando mais da metade casados com 51,2%, 14% solteiros, 14% união consensual, 14% divorciado ou separado e 7% outras situações.

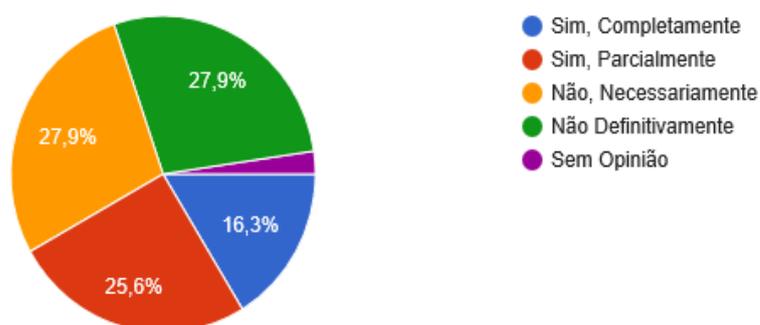
Gráfico 6 - Local do trabalho

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nesse item, a observação parte do princípio e da possibilidade de percepção da prática policial, através dos diversos olhares em diferentes regiões. Considerando o desenvolvimento da atividade com extensão territorial de nível estadual e realidades diversas. Onde 46,5% dos entrevistados trabalham no interior, 39,5% capital, 7% Municípios da Região Metropolitana, 4,7% Municípios do Litoral e 2,3% outros.

6.5 QUESTÕES QUALITATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO

Os próximos gráficos trazem de forma específica as considerações dos policiais sobre a aplicabilidade e qualidade da sua formação. Onde os entrevistados fizeram uma avaliação de todo processo formativo, comportamental e relações interpessoais na instituição.

Gráfico 7 - Formação do policial e sua adequação para o exercício da função

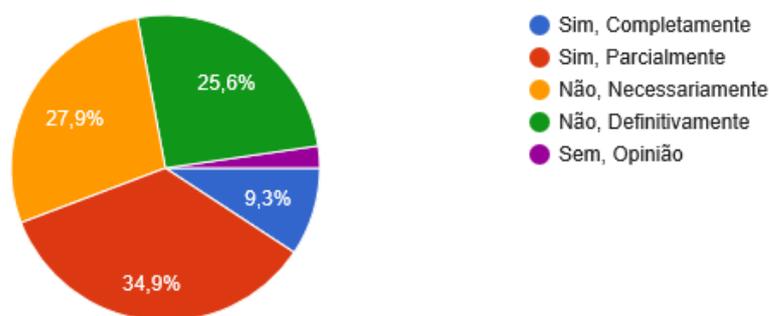
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nessa questão foi solicitado aos entrevistados que se posicionassem sobre a adequação da sua formação para o exercício de sua função. Considerando que o policial

após sair da ACADEPOL entra em exercício e dispõe de toda capacidade de análise sobre o conteúdo aprendido e a realidade encontrada na prática. A partir da sua prática já em campo, 27,9% responderam que não, necessariamente, 27,9% não definitivamente, 25,6% sim, parcialmente, 16,3% sim completamente, 2,3% sem opinião.

Portanto, mais de 55,8% dos entrevistados responderam negativamente à questão. Enquanto 41,9% dos entrevistados dividiram-se entre uma adequação parcial e completa da formação. As respostas revelam sentimentos individuais sobre os processos educacionais por eles vivenciados quando da formação.

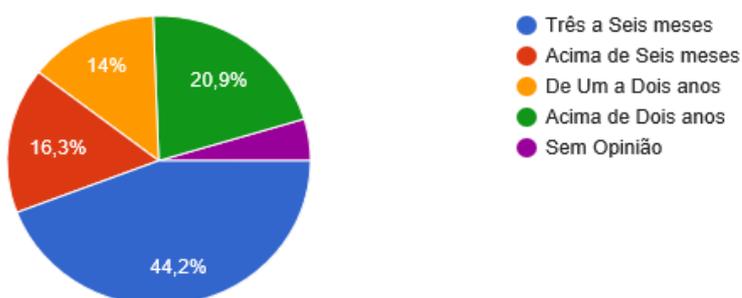
Gráfico 8 - Você se sentiu preparado (a) para enfrentar o desafio que o aguardava?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nessa questão se evidencia não só o sentimento, como também a percepção da finalidade da formação, sua aplicabilidade nas situações reais que lhe são apresentadas na prática, ficando assim sua distribuição, 52,5% avaliam de forma negativa o aproveitamento da aprendizagem em relação à prática policial. Enquanto 34,9% avaliam como válida sua preparação, 27,9% responderam que não necessariamente, 25,6%, não definitivamente, enquanto 9,3% responderam sim completamente.

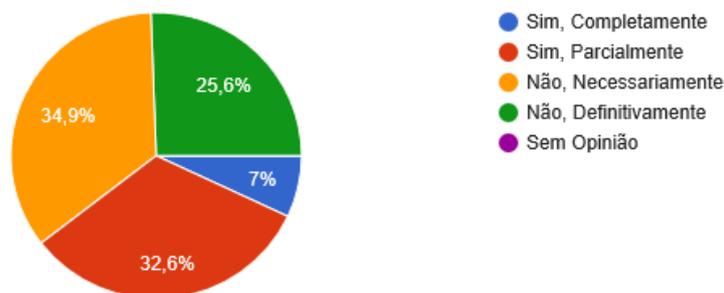
Gráfico 9 - Quanto tempo você levou para assimilar sua função na polícia?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Esse item demonstra o tempo e espaço necessário para adaptação do policial ao assumir sua função após sair da ACADEPOL, podendo servir de instrumento avaliativo e de acompanhamento do processo ensino aprendizagem bem como sua eficácia e resultado prático. Observando com isso através do espaço temporal a qualidade de apreensão do conteúdo ensinado e sua funcionalidade prática. Aqui fica demonstrado que essa assimilação não se dá de forma tão simples, merecendo atenção, considerando que 51,2% só se adaptaram em um intervalo acima dos seis meses a dois anos. Assim distribuído, 44,2% levaram de três a seis meses para assimilar a função, 20,9% acima de dois anos, 16,3% acima de seis meses, 14% de um a dois anos, 4,6% sem opinião.

Gráfico 10 - Ao entrar em exercício você se sentiu em condições de realizar o seu trabalho, com o aprendido na formação?

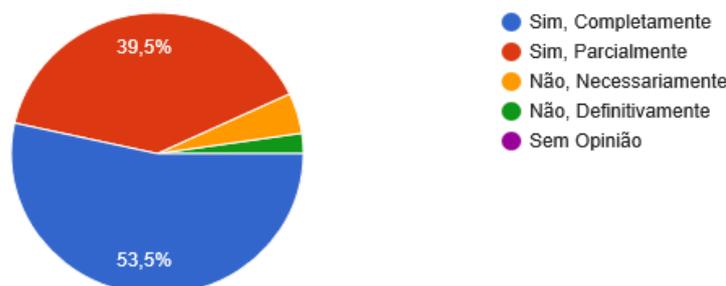


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Aqui observa-se o processo de ensino aprendizagem vivenciado pelo pesquisado quando da sua formação, com o nível e o domínio de conteúdo do recém-saído da ACADEPOL, ao deparar-se com a prática, associando a qualidade da formação do policial em relação à sua atividade. Onde 93,1% dos entrevistados não se acharam em condições de realizar o trabalho com a formação recebida. Em que 34,9% responderam não necessariamente, 32,6% sim parcialmente, 25,6% responderam não definitivamente e 7% responderam sim completamente.

6.6 VISÃO DO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

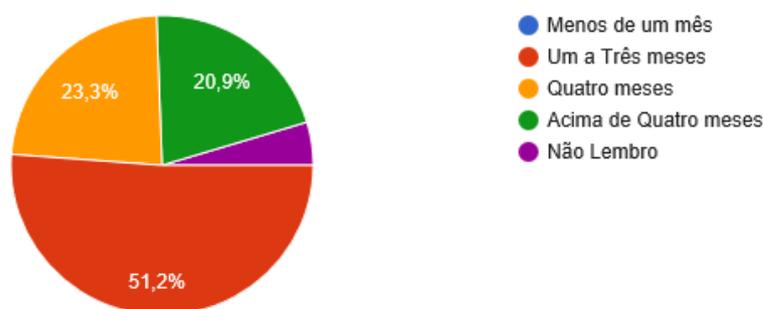
Gráfico 11 - Em sua instituição você considera a formação e treinamentos deficientes?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Aqui o entrevistado faz uma análise avaliativa sobre sua formação, e demonstra de forma surpreendente que 97,7% dos entrevistados de alguma forma consideraram a formação deficiente. Com isso fica evidente que de alguma forma a qualidade e a utilidade do aprendizado oferecido para o exercício do profissional deve conter conhecimentos capazes de desenvolver as habilidades consideradas complexas. Trazendo o seguinte resultado 53,5% responderam que a formação é completamente deficiente, 39,5% parcialmente, 4,7% não necessariamente e 2,3% não definitivamente.

Gráfico 12 - Duração do curso de formação

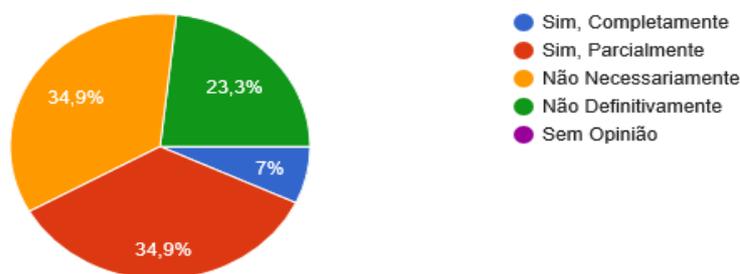


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Aqui foi pesquisado o período disponibilizado para a formação do policial. Considerando mais uma vez a complexidade da atividade e seu contexto como instituição de atividade voltada à prestação de serviços que envolvem relações sociais e seus conflitos. Essa avaliação pode ser considerada como um instrumento de verificação do comprometimento da formação e seus resultados. O tempo de duração das formações estão distribuídas das seguintes formas: 51,2% de um a três meses, 23,3% quatro meses, 20,9% acima de quatro meses.

6.7 REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A PRÁTICA POLICIAL SOB A ÓTICA DOS FORMANDOS

Gráfico 13 - O conteúdo das matérias lecionadas no curso condiz com a realidade encontrada na delegacia?

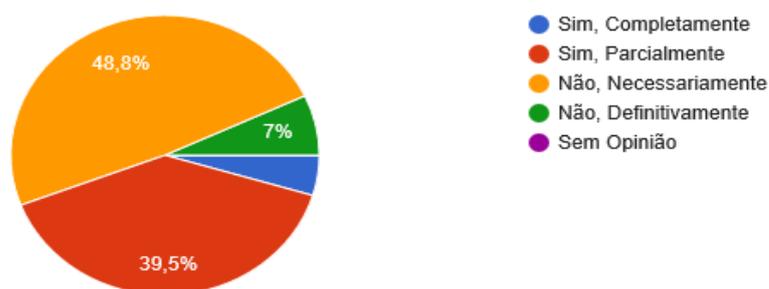


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nessa questão pode-se observar que há uma contextualização diferenciada no trabalho prático e no desenvolvimento da atividade policial, considerando a região de sua aplicação. Tendo em vista o equilíbrio no resultado das respostas obtidas, demonstra que essa variação que relaciona aprendizado e realidade pode estar diretamente relacionado à região de aplicação e desenvolvimento da atividade de polícia, para tanto novos estudos se fazem necessário para que se verifique essa premissa.

Fato é que de acordo com as respostas aqui expressas, demonstram que os conteúdos aprendidos e a realidade encontrada nas delegacias sofrem uma variação muito grande, mas o fato é que 93,1% dos pesquisados responderam de alguma forma que a dicotomia formação e realidade não estão sintonizadas, como se segue, 34,9% responderam que sim parcialmente, enquanto 34,9% não necessariamente, 23,3% não definitivamente e 7% responderam sim completamente.

Gráfico 14- Os conhecimentos adquiridos no curso de formação policial são totalmente usados no seu trabalho cotidiano?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

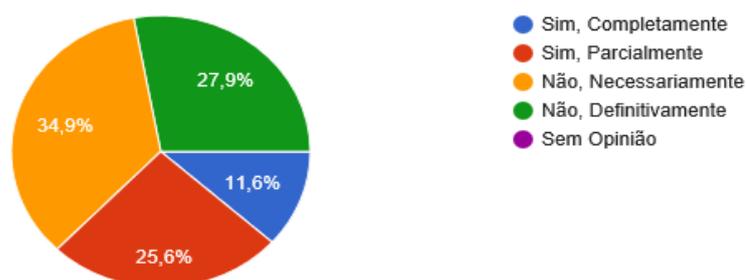
O cerne dessa questão está na análise mais uma vez de forma incisiva sobre a utilidade prática dos conteúdos de sua formação. Dessa feita o pesquisado faz sua análise de forma mais próxima de sua realidade, avaliando sua prática e a aplicabilidade bem como a utilização do conhecimento adquirido quando de sua formação pela ACADEPOL.

Nesse contexto o pesquisado aparece como o centro desse estudo, servindo de instrumento com a capacidade de input e output em todo processo ensino-aprendizagem e a aplicabilidade dos meios produtores de conhecimento e sua utilidade prática.

Isso fica claro quando se observa o resultado deste item, onde ao responderem sobre o uso no seu trabalho policial, todo conhecimento adquirido na formação obtemos 48,8% respondendo que não necessariamente, 39,5% sim parcialmente, 7% não definitivamente e 4,7% sim completamente.

Nas próximas questões serão analisadas, sob o olhar do pesquisado, sua participação no processo de gestão, seu status quo na instituição, e se sua formação possibilita uma maior interação com seus superiores na busca de melhores instrumentos evolutivos de acompanhamento e aperfeiçoamento dos processos que envolvem as atribuições institucionais, valorização do conhecimento individual. Evidenciados pelas formas de relações com superiores e reconhecimento desses.

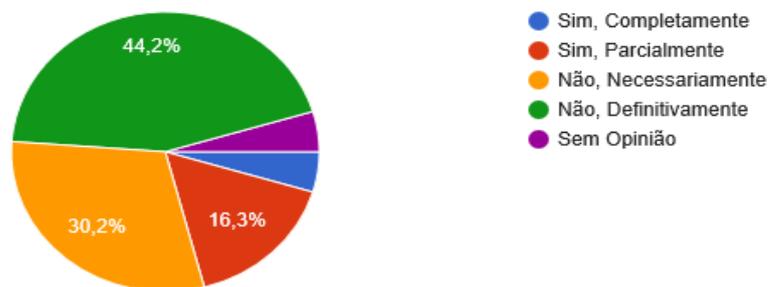
Gráfico 15 - Você participa das políticas de segurança, para melhor desempenho do trabalho policial em sua instituição?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Quanto à participação das políticas de segurança na busca de um melhor desempenho institucional verificou-se que 88,4% de alguma forma se encontram excluídos do processo de construção dessas políticas institucionais. Sendo seu resultado distribuído da seguinte forma, 34,9% responderam sobre a participação nas políticas de segurança que, não necessariamente, 27,9% não definitivamente, 25,6% sim parcialmente e 11,6% sim completamente.

Gráfico 16- Em sua instituição existe uma gestão de competência, sustentada por planejamentos e capacidade de execução?



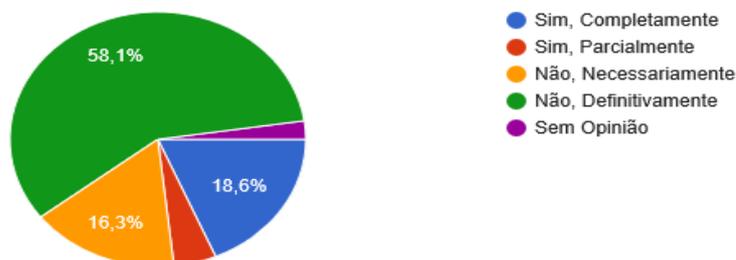
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Aqui se busca analisar a capacidade do entrevistado perceber e expressar na condição de executor das políticas de segurança pública, como se processam as rotinas de aplicação, e em que bases elas são elaboradas. Resultando nas seguintes respostas, 44,2% responderam não definitivamente, para a não existência de uma gestão de competência com planejamentos e capacidade de execução, 30,2% que não necessariamente, 16,3% responderam que sim parcialmente, 4,7% sim completamente e 4,7% não opinaram.

No próximo conjunto de questões a análise traz como foco as relações hierárquicas e interpessoais da instituição, e como elas são vistas pelos pesquisados. Sendo observado um processo de controle e dominação através da supressão dos agentes estimuladores do crescimento e desenvolvimento individual. Concluído através da análise das questões que seguem.

6.8 RELAÇÕES HIERÁRQUICAS E INTERPESSOAIS DA INSTITUIÇÃO

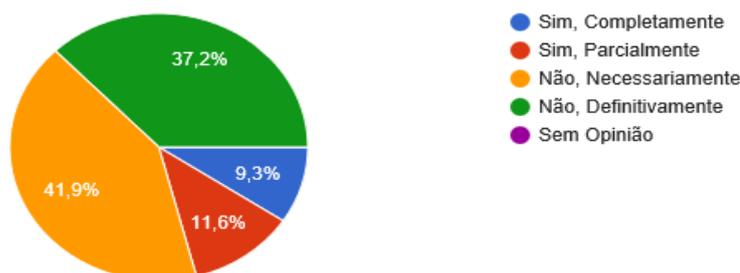
Gráfico 17 - Concordância com o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Ao responderem sobre hierarquia, liderança e competência, 58,1% dos pesquisados responderam sobre a questão não definitivamente, 16,6% sim completamente, 16,3% não necessariamente, 4,7% sim parcialmente, 2,3% não opinaram.

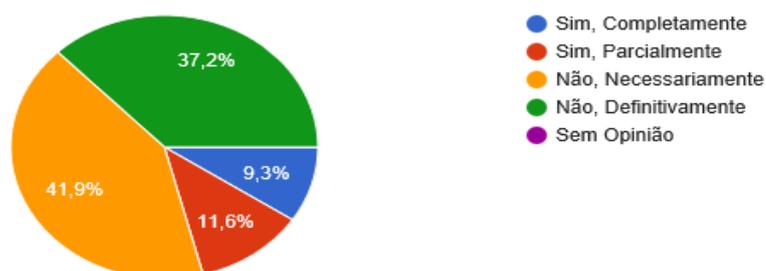
Gráfico 18 - A hierarquia e disciplina rigorosa dão mais funcionalidade e agilidade à instituição?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Aqui a questão demonstra o grau de rigidez da hierarquia e disciplina e sua capacidade como instrumento de funcionalidade e agilidade, assim vistas pelos respondentes. 41,9% responderam não necessariamente, 37,2% não definitivamente, 11,6% sim parcialmente e 9,3% responderam que sim completamente.

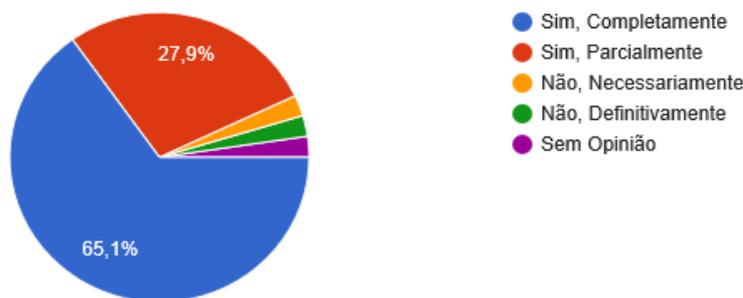
Gráfico 19 - Hierarquia, desrespeito e injustiça profissional



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nessa questão o entrevistado demonstra seu sentimento relacionado à hierarquia institucional, o desrespeito e a injustiça profissional. Apresenta-se o resultado da seguinte forma 41,9% responderam que não necessariamente na hierarquia há desrespeito e injustiça profissional.; ,37,2% não definitivamente, 11,6% sim parcialmente e 9,3% sim completamente.

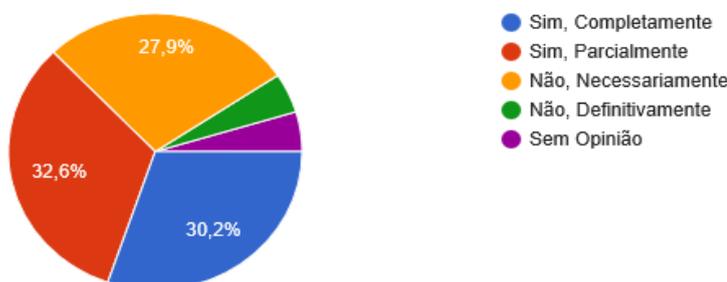
Gráfico 20 - Há muito rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetam a segurança?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Os entrevistados percebem as desigualdades impostas pelo sistema, e o que pode provocar uma ruptura no processo de entendimento da essência do significado do que é “disciplina” “Justiça” ou “Segurança Pública”, aliado à defesa de direitos de outrem. Podemos observar que, 65,1% responderam sim completamente, 27,9% sim parcialmente, 2,3% não definitivamente, 2,3% não necessariamente e 2,3% sem opinião.

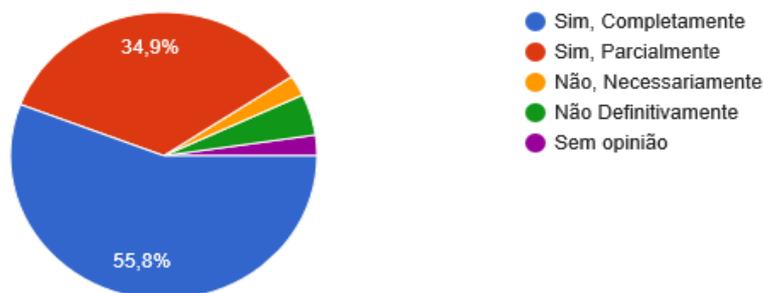
Gráfico 21 - Falta disciplina em sua instituição?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Os desrespeitos e a inobservância no cumprimento de algumas regras básicas de forma individual podem conduzir o olhar do observador a vê-la como indisciplina institucional. Portanto, esse é o olhar dos pesquisados sobre disciplina institucional, 32,6% responderam à questão que sim parcialmente, 30,2% que sim completamente, 27,9% que não necessariamente, 4,7% não definitivamente e 4,7% não opinaram. Na próxima questão será observada a percepção do pesquisado em relação à distorção da hierarquia, ao despertar no mandatário um poder com capacidade de se transformar em autoritário.

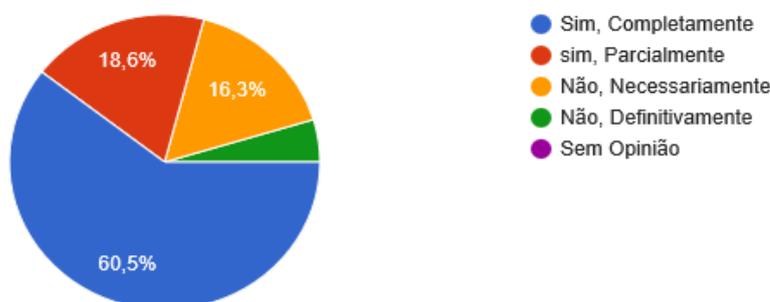
Gráfico 22 - Você já foi ou viu algum colega ser humilhado por superior hierárquico?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Aqui o entrevistado nos mostra a relação do detentor de posição hierárquica sobre os demais servidores na instituição policial, em que **o outro** é colocado em situação humilhante. Ao responderem se já presenciaram algum tipo de humilhação por parte de superior hierárquico 55,8% responderam que sim completamente, 34,9% sim parcialmente, 4,7% não definitivamente, 2,3% não necessariamente, 2,3% sem opinião.

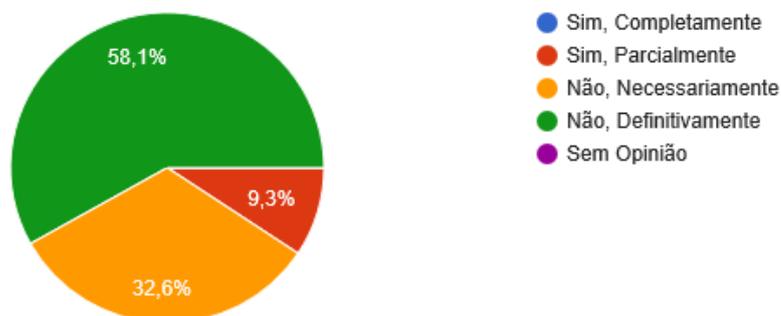
Gráfico 23 - Foi vítima ou presenciou colegas serem vítimas de assédio moral por parte de superiores?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nessa questão o pesquisado evidencia o poder investido de forma autoproclamado pelo indivíduo autoritário dentro do espaço que lhe cabe, aos olhos do observador, compreendido como domínio e se portando como senhores feudais. Trazendo o seguinte resultado 60,5% responderam sim completamente, com relação à vitimização do assédio moral por superiores, 18,6% que sim parcialmente e 4,6% que não definitivamente. Na questão a seguir o pesquisado nos revela com sua resposta, que de alguma forma o processo formativo pode interferir ou não, na lógica de manutenção de uma ordem de domínio.

Gráfico 24 - Em seu curso de formação você foi preparado para o enfrentamento ou defesa no caso das situações anteriores?

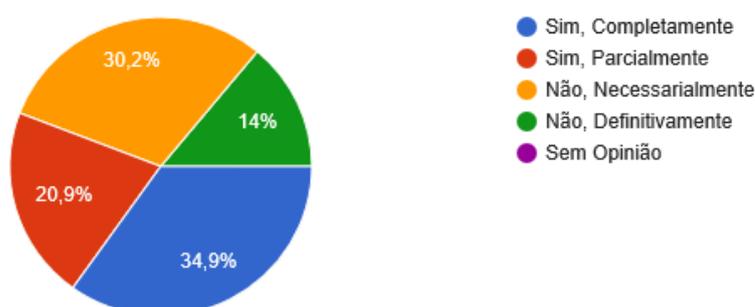


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Ao responder sobre seu preparo através da formação recebida para o enfrentamento ou defesa dos diversos tipos de assédios e humilhações que se apresentassem, 58,1% responderam não definitivamente, 32,6% responderam não necessariamente, 9,3% responderam que sim parcialmente.

A seguir o entrevistado nos apresenta duas situações representativas, a primeira em relação a sua condição funcional quanto à independência e importância para a instituição, além de uma análise das ações comportamentais e atitudinais. A segunda, o pesquisado analisa sua formação e método de ensino.

Gráfico 25 - Atualmente você se sente em condições de exercer sua função, com independência e tranquilidade no cumprimento do seu dever institucional?

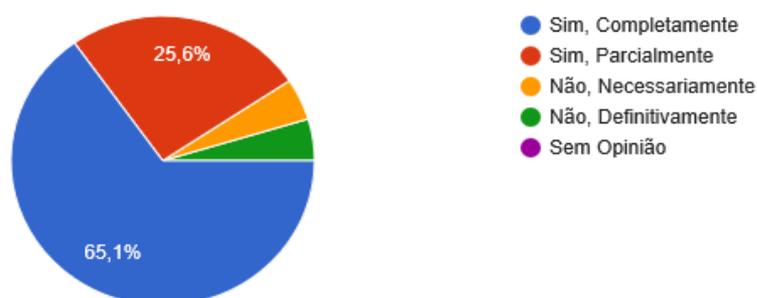


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Respondendo sobre algumas situações como condições pessoais de independência, tranquilidade no exercício da sua função e cumprimento do dever, foram obtidos os seguintes resultados 34,9% responderam que sim completamente, 30,2% não necessariamente, 20,9% sim parcialmente, 14% responderam que não definitivamente.

Nesta questão pode ser observado o sentimento do pesquisado com relação a sua participação no contexto institucional na condição de elemento essencial para manutenção e sustentação que norteiam a continuidade dos processos, garantindo a existência da própria instituição.

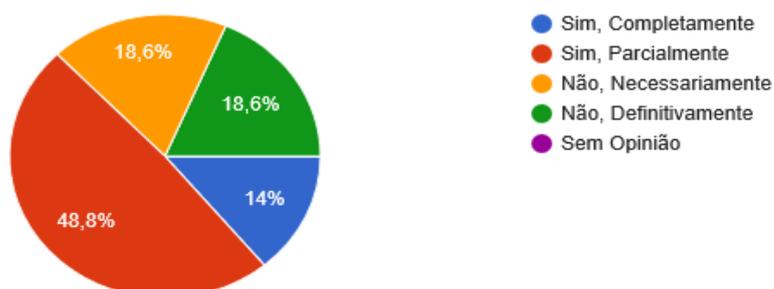
Gráfico 26 - Você se vê como um indivíduo essencial e necessário para sua instituição?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nesse contexto, ao ser interpelado sobre seu olhar na condição de essencial e necessário para a instituição, os entrevistados, assim se posicionaram, 65,1% responderam que sim completamente, são essenciais e necessários, 25,6% responderam sim parcialmente, 4,7% não necessariamente e 4,7% responderam não definitivamente. Ao ser perguntado sobre a aprovação da formação, considerando que o pesquisado ao entrar em exercício, dispõe de condições avaliativas sobre o processo ensino aprendizagem e aplicabilidade prática, tendo em vista a necessidade no decorrer de sua jornada de trabalho a oportunidade de aplicação dos conteúdos ensinados, avaliando sua eficácia ou relação dos fatos com a doutrina de resolução apresentada quando da sua formação.

Gráfico 27 - Você aprova sua formação?



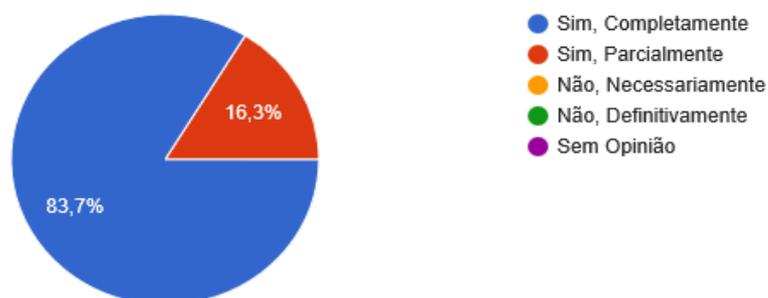
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Essa relação direta avaliativa do entrevistado em relação ao aprendizado, que se apresenta constatou que: 48,8% responderam que sim parcialmente, 18,6% que não necessariamente, 18,6% que não definitivamente e apenas 14% responderam sim completamente.

6.9 O MÉTODO DE FORMAÇÃO

Dando continuidade à interpelação sobre formação, agora com um olhar voltado para o método em que essa formação foi aplicada. Aqui considerando a análise do respondente sobre todo o sistema, desde sua entrada no processo formativo até a sua aplicação prática. Observou-se que o pesquisado é detentor de uma percepção qualificada por fazer parte do sistema como usuário, fomentador, multiplicador, mantenedor e aplicador, desse mesmo sistema. Sendo também de sua responsabilidade e obrigação uma postura crítica, na busca de agregar melhores insumos pedagógicos, administrativos e técnicos, contribuindo para o processo evolutivo da instituição.

Gráfico 28 - Você acha que o método de formação deveria ser revisto?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Consegue-se mensurar através dos entrevistados os seguintes resultados, 83,7% responderam sim completamente, em relação à revisão do método de formação e 16,3% que sim parcialmente. De alguma forma todos concordam com uma mudança ou revisão no processo formativo dos policiais civis. Ao serem analisados os resultados aqui apresentados, pode-se identificar através da avaliação e autoavaliação dos profissionais que passaram pelo processo de formação na ACADEPOL, os quais de alguma forma externaram as dificuldades enfrentadas por eles, no exercício das suas funções. Pode-se observar que se faz necessário analisar a grade curricular do curso, para assim detectar se há ou não pontos de divergências entre o conteúdo ensinado e a realidade objetiva quando

da sua aplicação. Para que não favoreça ao predomínio de uma aprendizagem caracterizada e sustentada por uma prática descontextualizada da realidade diária, buscando fortalecer as capacidades e as demandas de sustentação e afirmação dos principais componentes atitudinais que a atividade policial requer. Novas pesquisas se fazem necessárias a fim de criar uma cultura do saber a partir da opinião do outro.

7. RELAÇÃO POSITIVA ENTRE A FORMAÇÃO RECEBIDA E A PRÁTICA PROFISSIONAL

Os resultados sugerem existir uma relação positiva entre a formação recebida e prática profissional. Os respondentes estão conscientes e avaliam positivamente a formação adquirida e 65,1% responderam que se sentem completamente essenciais e necessários à instituição. Em contraposição 93,1% dos entrevistados não se acharam em condições de realizar o trabalho com a formação recebida. E, 55,8% nos mostra a relação do detentor de posição hierárquica sobre os demais servidores na instituição policial, em que o outro é colocado em situação humilhante. Ao responderem se já presenciaram algum tipo de humilhação por parte de superior hierárquico responderam que sim. Isto , corrobora sobre como as ideias de Poncioni (2005) sobre o distanciamento de uma formação nitidamente democrática. Há situações nas quais os entrevistados percebem as desigualdades impostas pelo sistema, e as que podem provocar uma ruptura no processo de entendimento da essência do significado do que é "disciplina", "Justiça" ou "Segurança Pública", aliado à defesa de direitos de outrem. Pode-se observar que, 65,1% responderam sim completamente, o que se considera positiva.

Por fim, não obstante a prática profissional pós-curso ter sido avaliada positivamente por parte dos formandos, ainda há desafios relacionados a um maior conhecimento sobre os limites e potencialidades das efetivas conexões entre a formação e as práticas policiais , na construção de postura democrática das polícias, fundadas em políticas públicas de valorização e capacitação no molde de polícia democrática e cidadã, mediada pelas academias de formação policial em interação com as Instituições Federais de Ensino Superior

7.1 O POLICIAL E SUA PRÁTICA SOB A ÓTICA DOS FORMANDOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL CIVIL NA BAHIA - REFLEXÕES DA PESQUISA CIENTÍFICA TURMA 2013

7.1.1 Introdução

Em continuidade ao trabalho de pesquisa sobre o descompasso entre conhecimentos adquiridos, para o desempenho do trabalho policial nas academias, e a realidade na qual se realiza o trabalho cotidiano da polícia inicialmente realizado com a turma de 1997, último concurso de nível médio, com o propósito de conhecer as conexões entre o perfil, formação e prática policial, para investigadores de polícia (agentes) e escrivães de polícia civil do Estado Bahia.

Aqui será apresentado o resultado da pesquisa da turma do ano de 2013, após mudança da escolaridade para ingresso nos quadros de Investigadores de Polícia Civil e Escrivães de Polícia Civil (Bahia), sendo a primeira turma de candidatos com escolaridade de nível superior a prestarem concurso para ocuparem essas funções. É importante informar que os participantes só obtiveram acesso ao formulário com direito de responder apenas uma vez, não sendo permitido um mesmo candidato acessar o formulário e repetir a pesquisa, para tanto, o sistema dispunha de dispositivo para tornar essa ação possível. Outra observação foi à possibilidade de acompanhar o número de respondentes que enviavam seus formulários, ao passo que chegavam, os dados eram imediatamente processados e catalogados por meio de representação gráfica de acordo com os percentuais correspondentes, essa ferramenta permitiu o controle no número de respostas, ficando limitados a 15 formulários, motivado pelo tempo de apresentação desse trabalho e as dificuldades na obtenção das respostas, devido ao período de aplicação da pesquisa, o contato presencial, por motivo do momento crítico vivido por conta da pandemia da COVID-19. Mesmo se tratando de comunicação eletrônica, a cultura vigente internamente ainda impõe medos e receios nas pessoas quando o assunto envolve a opinião pessoal sobre as instituições policiais. Outra observação a ser feita é a ausência dos escrivães nessa pesquisa, fato não ocorrido com a pesquisa da turma de 1997, o que nos leva a acreditar que, devido a realização da atividade fim do escrivão está diretamente conectado com o delegado de polícia, aumentar a cultura do medo, e é muito comum esse trabalhador consultar essas autoridades, quando se trata de responder qualquer pesquisa sobre a instituição, quase sempre são desencorajados, com a argumentação de possíveis

prejuízos pessoais, se tornando muito mais difícil a manifestação desses grupo de trabalho. Mas não que isso possa trazer qualquer prejuízo ao trabalho de pesquisa, podendo ser reforçado a observação da existência de possíveis assédios morais nessas instituições, mas sempre negados, devido ao corporativismo e de violência no campo do poder.

Inicialmente a pesquisa traz em três questões a **Identificação Funcional** dos pesquisados, como: Função que exerce, idade e Em que ano tomou posse, em seguida perguntas de **Dimensão Profissional** com quatro questões em relação como: Melhoria da capacidade do trabalho em equipe, habilidades de planejamento, organização, comunicação e liderança, consciência do seu papel na sociedade e da sua responsabilidade profissional, sobre sua capacidade de analisar situações institucionais, administrativas e operacionais, sobre sua capacidade de interpretar questões/problemas e perspectivas em torno do trabalho policial e da relação entre polícia e sociedade e se sente preparado (a) para os desafios que lhe aguardam, passando para **Dimensão Pessoal** com cinco questões como: O curso lhe proporcionou maior visibilidade dentro do espaço de trabalho, após o curso procurou se atualizar participando de eventos como palestras, seminários, conferências e congressos, Se deu continuidade a vida acadêmica/profissional em Instituições do Ensino Superior (IES), Se o curso proporcionou novas oportunidades de pesquisa dentro e/ou fora da instituição na qual está empregado, SE sente pessoal e profissionalmente valorizado, finalizando vem a **Qualidade da Formação** com doze questões sobre: conteúdo do curso e sua conexão com os problemas e rotinas encontrados na delegacia, Sobre sua participação na gestão, planejamentos e controles dos processos da PCBA visando melhorias no desempenho do trabalho policial, Se Houve experiências inovadoras em seu contexto profissional a partir das reflexões e investigações feitas durante o curso, Em questão aberta foi solicitado ao pesquisado que descrevesse as experiências inovadoras em seu contexto profissional, realizada a partir das reflexões e investigações feitas durante o curso, avaliação do predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência dentro da PCBA, sobre a relação com seus superiores hierárquicos, se hierarquia e disciplina rigorosa dão mais funcionalidade e agilidade à instituição, se provoca desrespeito e injustiça no exercício profissional, já passou ou presenciou situações dessa natureza de injustiça, humilhação, assédio moral, etc. Se no curso foi preparado para lidar com situações de desrespeito e injustiça no exercício profissional, Se Sente em condições de exercer a função com autonomia e tranqüilidade no cumprimento do seu dever institucional, a formação

proporcionada pela ACADEPOL precisa melhorar, Mais uma questão aberta, em que aspecto da formação proporcionada pela ACADEPOL pode melhorar.

7.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico apresenta-se os resultados das análises dos dados coletados e se discute o seu contexto. As questões com seus respectivos dados percentuais e resultados obtidos estão demonstrados através dos gráficos a seguir. Os resultados parciais aqui obtidos podem vir corroborar com a hipótese levantada para elaboração da pesquisa maior, sobre como se expressam as conexões entre a formação do policial civil (Bahia) e a aplicabilidade no cotidiano do trabalho.

7.3 PERFIL DOS FORMANDOS

Neste tópico se apresenta as características específicas do perfil dos respondentes de 2013 que serão posteriormente comparados aos da turma de 1997, cujos resultados das análises dos dados coletados, como também do seu contexto, discutem-se as questões com seus respectivos dados percentuais e resultados obtidos, demonstrados através dos gráficos e discussões a seguir.

7.3.1. PERFIL

Essa pesquisa foi realizada através de formulário eletrônico junto a um grupo de policiais civis oriundos da ACADEPOL em exercício, e traz questões direcionadas e específicas de acordo com o objetivo deste estudo, resultando respostas fechadas, evitando com isso interpretações ou interferências do pesquisador. Nessa pesquisa não se faz necessário constar o tópico escolaridade, por se tratar exclusivamente de 3º grau, de qualquer área do conhecimento.

7.4 IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

Gráfico 29 - Qual a função exercida pelo senhor (a) na PCBA?

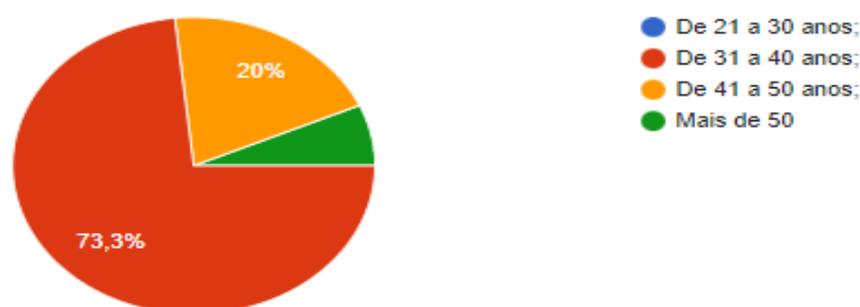


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Do universo pesquisado 100% exercem a função de investigadores de polícia, estando inseridas pessoas dos sexos masculinos e femininos.

OBS.: Não obtivemos respostas dos escrivães, onde os ocupantes do cargo em sua maioria, são mulheres, essa participação é de grande importância. Considerando que, em uma instituição de predominância masculina, a participação feminina, constitui-se um dos desafios a ser superado na instituição, a fim de se criar um discurso mais humanizado e menos machista.

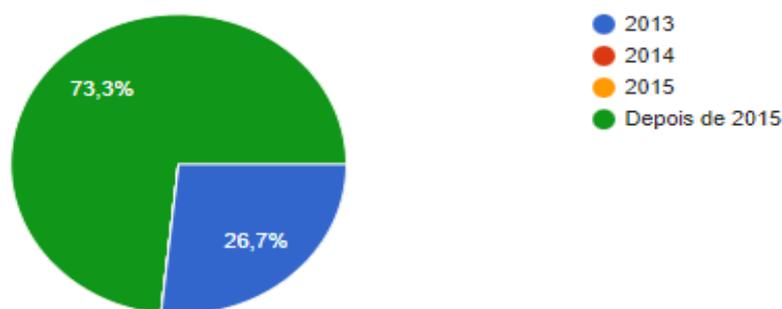
Gráfico 30 - Qual sua idade?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Dos pesquisados 73,3 %, estão na faixa etária de 31 a 40 anos, 20 % de 41 a 50 anos, sendo os demais acima dos 50 anos.

Gráfico 31 - Em que ano o senhor (a) tomou posse?



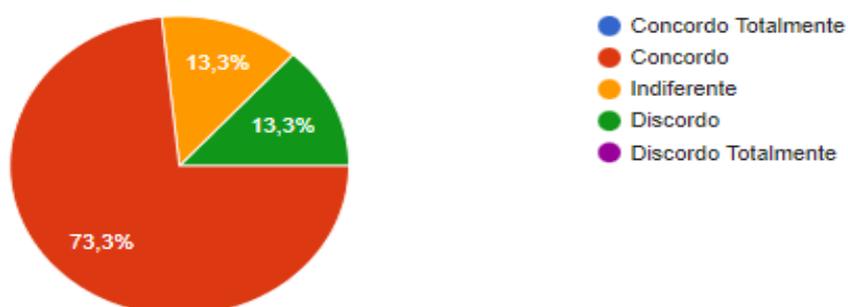
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Dos pesquisados 73,3 % tomaram posse depois do ano de 2015, apenas 26,7 % entraram no mesmo ano da conclusão do curso, em 2013.

7.5 DIMENSÃO PROFISSIONAL

Os próximos gráficos trazem de forma específica as considerações dos policiais sobre a aplicabilidade e qualidade da sua formação. Onde os entrevistados fizeram uma avaliação de todo processo formativo, comportamental e relações interpessoais na instituição.

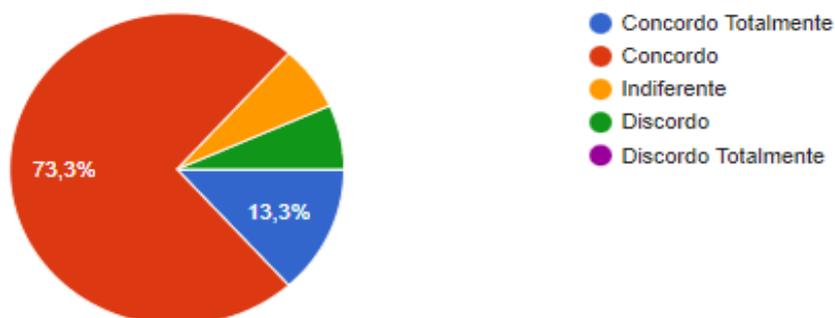
Gráfico 32 - Após o curso foi ampliada minha capacidade em trabalhos de equipe e habilidades de planejamento, organização, comunicação e liderança



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão 73,3 % dos respondentes concordam com a afirmativa exposta, enquanto 13,3 % consideraram indiferença para a afirmativa e 13,3 % discordaram.

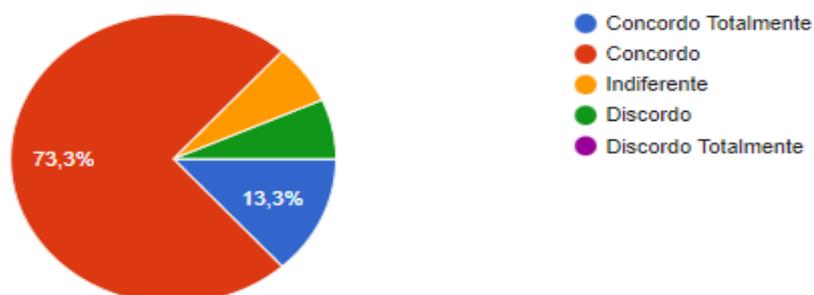
Gráfico 33 - Após o término do curso sinto-me mais consciente do meu papel na sociedade e da minha responsabilidade profissional



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Com relação a essa afirmativa, 73,3 % concordaram, 13,3 % concordaram totalmente com a afirmativa, 6,7 % consideraram indiferentes, com 6,7 % discordando da questão.

Gráfico 34 - Após o curso foi ampliada a minha capacidade de analisar situações institucionais, administrativas e operacionais



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Do universo de respondentes 73,3 % concordaram com a afirmativa, 13,3 % concordaram totalmente, 6,7 % consideraram indiferentes e 6,7 % discordaram da questão.

Gráfico 35 - Após o curso foi ampliada a minha capacidade de interpretação das questões/problemas e perspectivas em torno do trabalho policial e da relação entre polícia e sociedade e assim sinto-me preparado (a) para os desafios que me aguardam



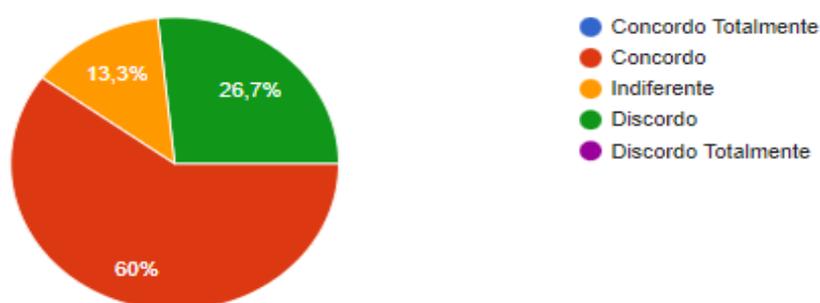
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão houve 80 % de concordância dos pesquisados, 6,6 % de total concordância, 6,6 % se consideraram indiferente, havendo 6,6 % de discordância da afirmativa.

7.6 DIMENSÃO PESSOAL

Considerando que a escolaridade exigida para o acesso à instituição para esse grupo foi o 3º grau (nível superior), podendo ser observado nesse estudo à continuidade, evolução acadêmica e no trabalho desses policiais.

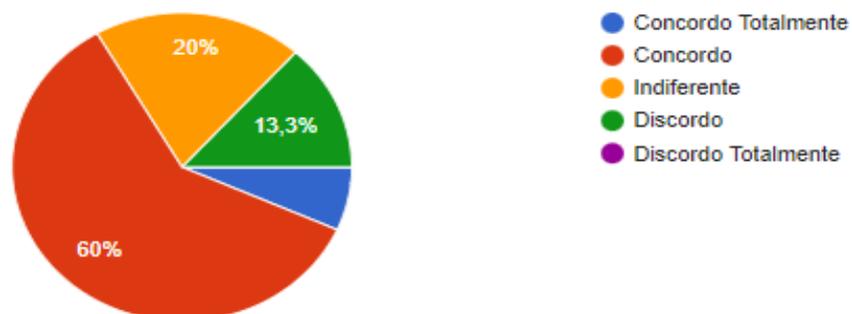
Gráfico 36 - O curso proporcionou-me maior visibilidade dentro do meu espaço de trabalho



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Para os respondentes, 60 % concordam com a afirmação, 13,3 % demonstraram indiferença, 26,7 % discordaram da afirmação.

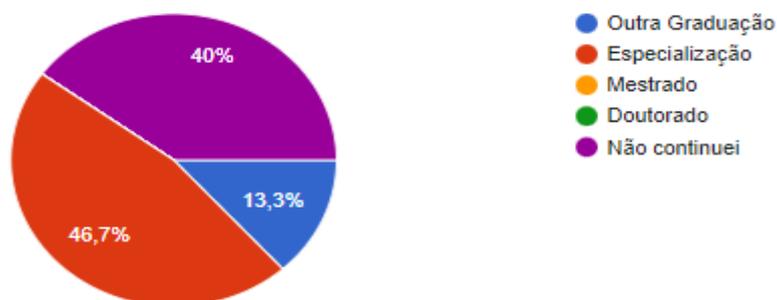
Gráfico 37 - Após o curso procurei me atualizar participando de eventos como palestras, seminários, conferências e congressos



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão 60 % dos pesquisados concordaram com a afirmativa, 20 % se definiram como indiferente 13,3 % discordaram, enquanto 6,7 % concordaram totalmente.

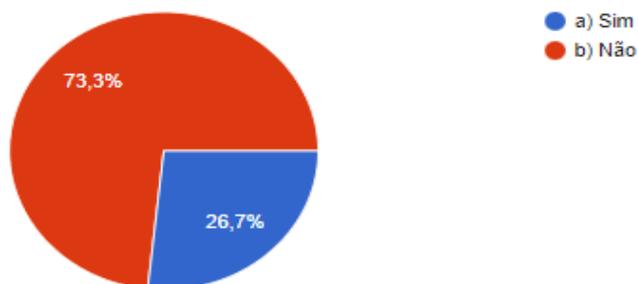
Gráfico 38 - Após o curso continuei a minha formação acadêmica/profissional em Instituições do Ensino Superior (IES).



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão 46,7 % optaram na especialização, 13,3 % outra graduação e 40 % não continuou.

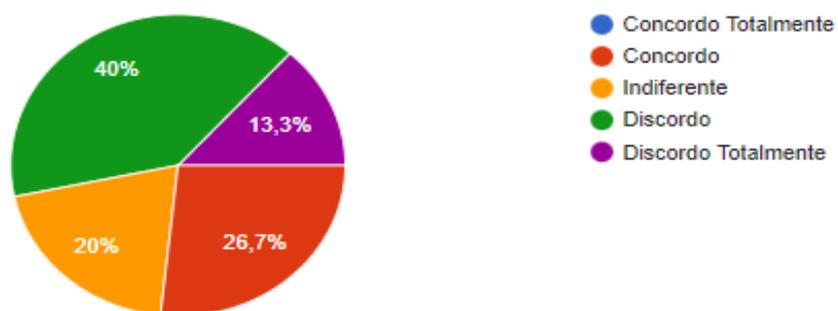
Gráfico 39 - O curso proporcionou-me novas oportunidades de pesquisa dentro e/ou fora da instituição na qual estou empregado



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nesta questão, 73,3 % responderam não enquanto 26,7 % responderam sim.

Gráfico 40 - Após o curso me sinto pessoal e profissionalmente valorizado

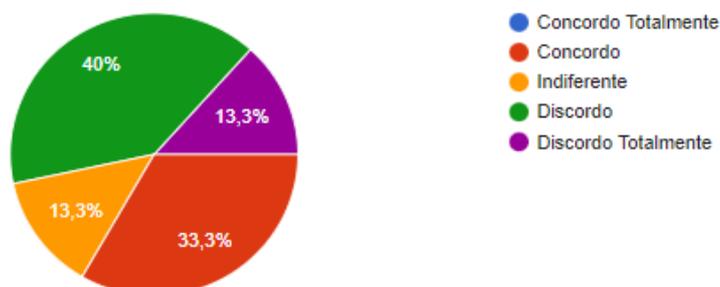


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão o pesquisado responde da seguinte forma, 26,7 % concordaram com a afirmação, 20 % foram indiferentes, 40 % discordante e 13,3 % totalmente discordante.

7.7 QUALIDADE DA FORMAÇÃO

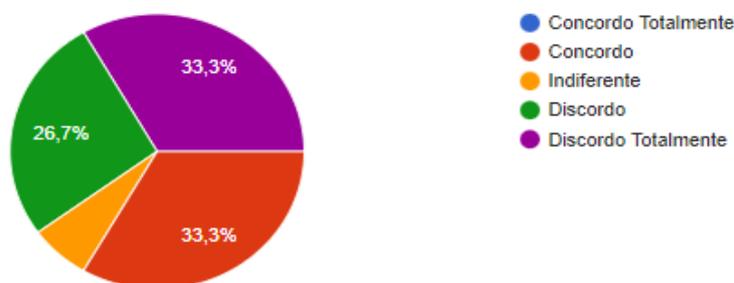
Gráfico 41 - O conteúdo do curso condiz com os problemas e rotinas encontrados na delegacia



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Essa questão analisa a utilidade prática dos conteúdos da formação. Fazendo com que o pesquisado faça sua análise da realidade, avaliando a prática e a aplicabilidade bem como a utilização do conhecimento adquirido quando de sua formação pela ACADEPOL. Nesse contexto o pesquisado aparece como o centro desse estudo, oferecendo o feedback de todo processo ensino-aprendizagem e a aplicabilidade dos recursos produtores de conhecimento, com sua utilidade prática, podendo ser observado através do resultado das respostas, 33,3 % responderam que concordam, 40 % responderam que discordam 13,3 % discordam totalmente, 13,3 % indiferentes.

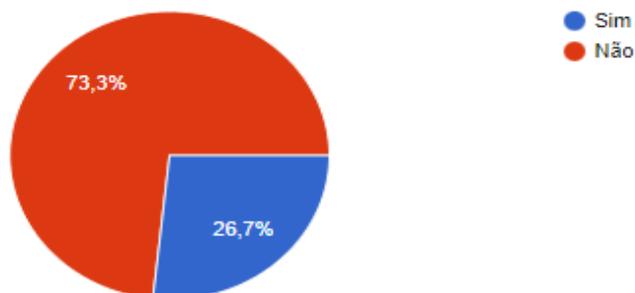
Gráfico 42 - O curso me permitiu contribuir na gestão e participação nos planejamentos e controles dos processos da PCBA visando melhorias no desempenho do trabalho policial



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Quanto à participação das políticas de segurança, gestão, planejamento, controle de processos, na busca de um melhor desempenho institucional verificou-se que 33,3 % concordaram com a afirmação, 6,7 % ficaram indiferentes 26,7 % discordaram e 33,3 % discordaram totalmente.

Gráfico 43 - Houve experiências inovadoras em seu contexto profissional a partir das reflexões e investigações feitas durante o curso?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão 73,3 % responderam não e 26,7 % responderam sim.

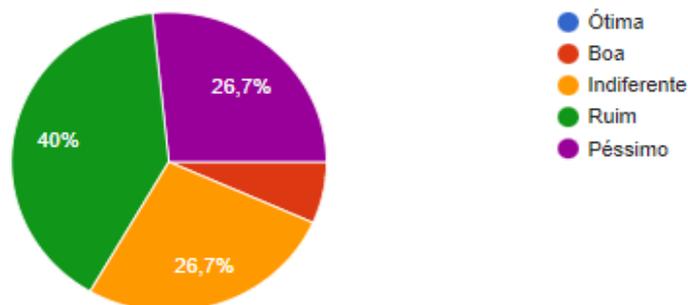
Figura 1 - Descreva as experiências inovadoras em seu contexto profissional, realizada a partir das reflexões e investigações feitas durante o curso

Não houve
Não me recordo
Todas as experiências inovadoras que tive, partiu principalmente de conhecimento que já possuía em formação acadêmica e profissionais antes da formação na Acadepol.
Não houve.
Não se aplica
Não houve
Papel da polícia investigativa na sociedade. Necessidade de atender as demandas da população como força de aproximação e legitimidade para busca de reconhecimento profissional e salarial.
Me despertou para fazer uma especialização
Não houve algo que considere relevante.
Indiferente
Houveram clínicas no tocante a disciplina de inteligência que nunca foram feitas antes, proporcionou uma excelente experiência.
.
Durante o curso não obtive experiência em investigações. Adquiri isso no dia-a-dia do trabalho policial.

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nas respostas apresentadas pode-se observar a falta de um elo que permita o futuro policial vivenciar um espaço de reflexão sobre a atividade a ser exercida, com suas peculiaridades, a fim de proporcionar uma visão de realidade para debates mais próximos da realidade a ser enfrentada.

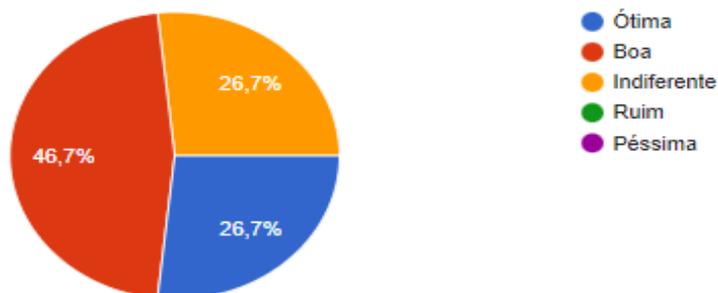
Gráfico 44 - Como o senhor (a) avalia o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência dentro da PCBA?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Ao responderem sobre hierarquia, liderança e competência, 6,6 % dos pesquisados responderam sobre a questão como boa, 26,7 % responderam indiferentes, 40 % responderam ruim, 26,7% com a resposta de péssimo.

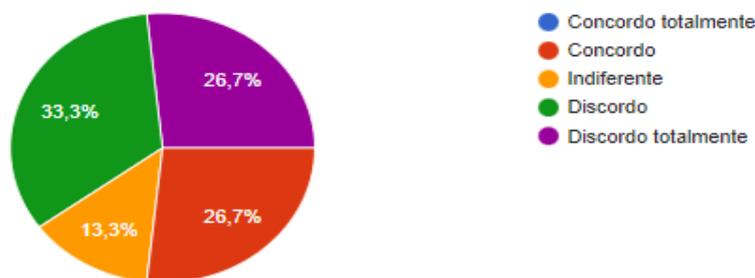
Gráfico 45 - Como avalia a sua relação com seus superiores hierárquicos?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão o entrevistado demonstra seu sentimento relacionado à hierarquia institucional, e as relações com superiores hierárquicos, o resultado se apresenta da seguinte forma 26,7 % responderam ótima, 46,7 % responderam boa, 26,7 % responderam indiferentes.

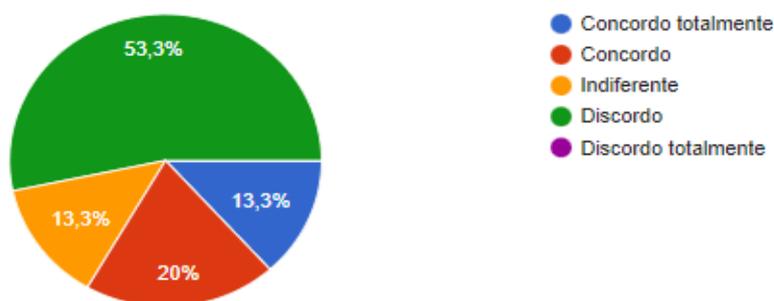
Gráfico 46 - Hierarquia e disciplina rigorosa dão mais funcionalidade e agilidade à instituição?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Aqui a questão demonstra o grau de rigidez da hierarquia e disciplina e sua capacidade como instrumento de funcionalidade e agilidade, assim vistas pelos respondentes, 26,7 % concordaram, 13,3 % ficaram indiferentes, 33,3% discordaram da questão e 26,7% discordaram totalmente.

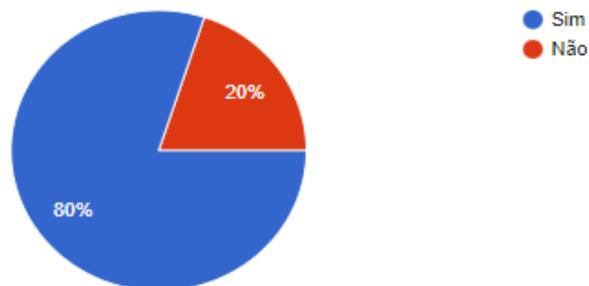
Gráfico 47 - A hierarquia provoca desrespeito e injustiça no exercício profissional?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão o entrevistado demonstra seu sentimento relacionado à hierarquia institucional, o desrespeito e a injustiça profissional são vistos da seguinte forma 20 % concordando com a questão, 13,3 % concordando totalmente 13,3 % responderam indiferente, 53,3 % responderam que discordam da questão.

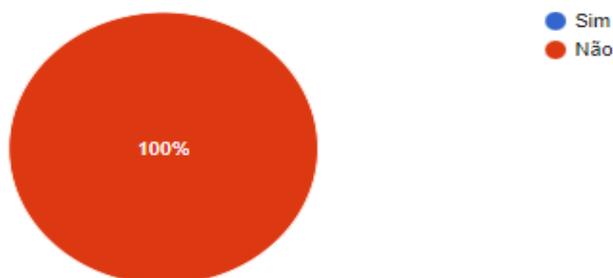
Gráfico 48 - O senhor (a) já passou ou presenciou situações dessa natureza – de injustiça, humilhação, assédio moral etc.?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Aqui o entrevistado nos mostra a relação do detentor de posição hierárquica sobre os demais servidores na instituição policial, em que o outro é colocado em situação humilhante. Ao responderem se já presenciaram algum tipo de humilhação por parte de superior hierárquico 80 % responderam que sim, 20 % responderam não.

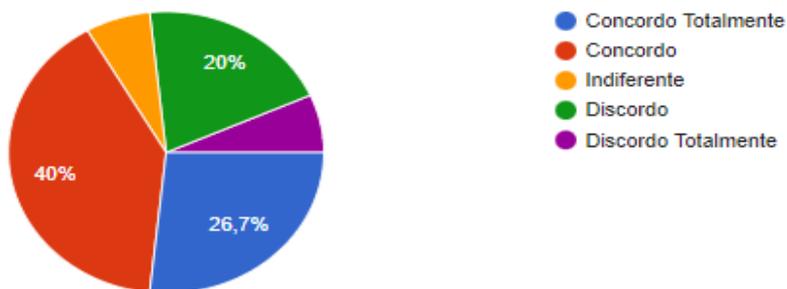
Gráfico 49 - No curso o senhor (a) foi preparado para lidar com situações de desrespeito e injustiça no exercício profissional?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Ao responder sobre seu preparo através da formação recebida para o enfrentamento ou defesa dos diversos tipos de assédios e humilhações que se apresentassem, 100 % responderam não.

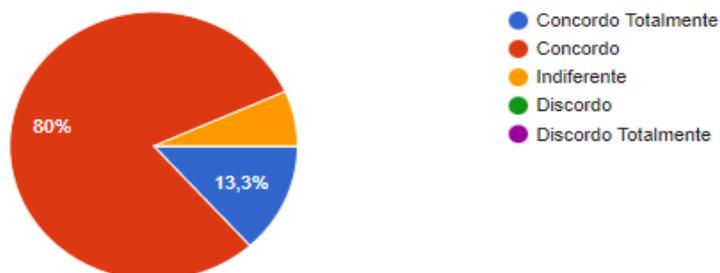
Gráfico 50 - Sinto-me em condições de exercer minha função com autonomia e tranquilidade no cumprimento do meu dever institucional



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Respondendo sobre algumas situações como condições pessoais, autonomia, tranquilidade no exercício da sua função e cumprimento do dever, foram obtidos os seguintes resultados 40 % responderam que concordam 26,7 % concordam totalmente, 20% discordaram, 6,6 % indiferentes, 6,6 % Responderam que discordam totalmente.

Gráfico 51 - A formação a proporcionada pela ACADEPOL precisa melhorar?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Pode se observar através dos entrevistados os seguintes resultados, 80 % responderam concordando, 13,3 % concordando totalmente, com 6,7 % indiferentes.

Figura 2 - Em que aspectos a formação proporcionada pela ACADEPOL pode melhorar?

Mais aulas práticas e reais
Na formação dos discentes é mais atividades práticas e reais nas atribuições de cada cargo .
Através da modificação dos conteúdos apresentados nos cursos de formação, uma vez que os mesmos não promovem uma reflexão crítica e necessária sobre os problemas e as mazelas enfrentadas pela instituição. Assim, a mudança não acontece... O curso da Acadepol é um verdadeiro "faz de conta", onde os profissionais aprendem apenas conceitos e teorias, sem nenhuma conexão com a realidade prática das atividades que desempenham diariamente.
Melhoria nas disciplinas ministradas e capacitação dos instrutores
Disponibilizar mais aulas práticas
Melhorar é sempre necessário seja na capacitação seja no aperfeiçoamento dos servidores às demandas do serviço. Estudos é muito importante, em qualquer ambiente de trabalho principalmente na instituição POLICIA CIVIL, tem que reciclar sempre.
Educação baseada no dever funcional e não no mero cumprimento de ordens vazias por demonstração de poder... reflexão sobre as contribuições da carreira única.
Sendo mais extensivo
Acredito que sempre pode melhorar em algo, as técnicas e doutrinas se atualizam sempre, a tendência é que cada período de formação da academia de polícia seja sempre melhor do que o seu antecessor, justamente pelo expertise de conhecimentos que se somam ano após ano.
Simulando situações comuns a atividade policial, atualizando os policiais acerca de posicionamentos jurisprudências e direitos previstos na lei orgânica
Mostrando a realidade a ser enfrentada pelos futuros policiais ao invés de mostrar apenas o lado bom. Deveria ter mais aulas práticas e abordar assuntos ligados diretamente à função exercida no dia a dia do policial.
Não só a formação, mas todos os cursos da acadepol necessita focar a prática, não só a teoria q são ministradas por delegado, necessitabde mais investigadores mostrando e dando exemplos de forma prática e efetiva
No respeito ao aluno, nas instalações físicas e tecnológicas, no treinamento prático, envolvendo situações policiais.
Não vislumbro

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Aqui fica demonstrado o sentimento dos entrevistados formados pela ACADEPOL, em relação à melhoria da formação, demonstrando a necessidade de revisão do método de formação. De alguma forma todos concordam com uma mudança

ou revisão no processo formativo dos futuros policiais civis. Ao serem analisados os resultados aqui apresentados, pode-se identificar através da avaliação e auto avaliação dos profissionais que passaram pelo processo de formação na ACADEPOL, os quais de alguma forma externaram as dificuldades enfrentadas por eles, no exercício das suas funções. Pode-se observar que se faz necessário analisar a grade curricular do curso, para assim detectar se há ou não pontos de divergências entre o conteúdo ensinado e a realidade objetiva quando da sua aplicação. Para que não favoreça ao predomínio de uma aprendizagem caracterizada e sustentada por uma prática descontextualizada da realidade diária, buscando fortalecer as capacidades e as demandas de sustentação e afirmação dos principais componentes atitudinais que a atividade policial requer. Novas pesquisas se fazem necessárias a fim de criar uma cultura do saber a partir da opinião do outro.

Os resultados não sugerem existir uma relação positiva entre a formação recebida e a prática profissional. Os respondentes se posicionaram de forma equilibrada em suas respostas avaliando o curso em uma posição que podemos descrever como mediana, numa análise qualitativa, visto que questões como: Amplitude de trabalho em equipe, habilidades de planejamento, organização, comunicação e liderança, 73,3 % responderam concordar, com a ampliação de suas capacidades, nessas habilidades a partir do curso, enquanto 13,3 % discordaram e 13,3 % indiferentes. Na questão sobre consciência de seu papel e responsabilidade profissional, uns totais entre os concordantes e os totalmente concordantes somaram 86,6 %, contra 13,4 % entre os discordantes e indiferentes. Da mesma forma se comportaram na questão ampliação da capacidade de analisar situações, institucionais, administrativas e operacionais, com resultado de 86,6 % concordando e 13,4 % discordando ou indiferente. Quando a pergunta foi sobre ampliação da capacidade de interpretação das questões/problemas, perspectivas do trabalho policial, relação polícia/sociedade, e se sente preparado para enfrentar o que o aguarda, nesse resultado 86,6 % entre concordantes e totalmente em concordância com a afirmativa, enquanto 13,2 % dos discordantes e indiferentes. Se o curso proporcionou visibilidade dentro do espaço de trabalho, 60 % concordaram, enquanto 26,7 % discordaram e 13,3 % foram indiferentes. Quanto a novas oportunidades de pesquisa dentro ou fora da instituição proporcionado pelo curso 73,3 % responderam não e 26,7 % sim. Quanto a valorização profissional e pessoal após o curso, 26,7 % concordaram, 40 % discordante, 13,3 % totalmente discordante, 20 % indiferentes. Se o conteúdo está em sintonia com os problemas e rotinas da delegacia 33,3 % responderam que concordam, 40 % responderam que discordam 13,3 % discordam totalmente, 13,3 % indiferentes. Fato é que de acordo

com as respostas aqui expressas, demonstram que os conteúdos apreendidos e a realidade encontrada nas delegacias sofrem uma variação muito grande. Quanto à participação nas políticas de segurança para busca de um melhor desempenho Institucional. E como o entrevistado percebe e expressa sua condição de executor das políticas de segurança pública, seu processamento, rotinas de aplicação, e quais as bases de sua elaboração. Sendo respondido dessa forma; 33,3 % concordaram com a afirmação, 6,7 % ficaram indiferentes 26,7 % discordaram e 33,3 % discordaram totalmente. Se ocorreram experiências profissionais de investigação, para reflexão durante o curso, responderam não 73,3 %, enquanto 26,7 % sim. Em questão aberta de livre iniciativa das respostas, sobre descrição das experiências profissional, realizadas durante o curso, 80 % responderam não ter ocorrido tais experiências, enquanto os 20 % restantes, se dividiram

entre outras experiências não vinculadas a profissão e indiferentes. Nas respostas apresentadas pode-se observar a falta de um elo que permita o futuro policial vivenciar um espaço de reflexão sobre a atividade a ser exercida, com suas peculiaridades, a fim de proporcionar uma visão de realidade para debates mais próximos da realidade a ser enfrentada. Outras questões, como necessidade de melhora da formação proporcionada pela ACADEPOL, Pôde-se observar os seguintes resultados, 80 % responderam concordando, 13,3 concordando totalmente, com 6,7 % indiferentes. Na segunda questão aberta feita aos pesquisados, foi perguntado quais os aspectos dessas melhoras para formação pela ACADEPOL. Foram apresentadas as seguintes respostas, conforme a transcrição em seguida:

Nas questões relacionadas à hierarquia, disciplina, assédio moral, os pesquisados responderam às perguntas da seguinte forma: Sobre a avaliação de suas relações com superiores hierárquicos, os resultados foram os seguintes: Nessa questão o entrevistado demonstra seu sentimento relacionado à hierarquia institucional, e as relações com superiores hierárquicos, o resultado se apresenta da seguinte forma 26,7 % responderam ótima, 46,7 % responderam boa, 26,7 % demonstraram indiferença. Quanto à funcionalidade e agilidade institucional, a hierarquia e disciplina rigorosa. Aqui a questão demonstra o grau de rigidez da hierarquia e disciplina e sua capacidade como instrumento de funcionalidade e agilidade, é vista assim pelos respondentes, 26,7 % concordaram, 13,3 % ficaram indiferentes, 33,3% discordaram da questão e 26,7% discordaram totalmente. Evidenciando o olhar dos pesquisados em relação ao assunto. Perguntado se a hierarquia provoca desrespeito e injustiça no exercício profissional. Foram obtidas as seguintes respostas; 20 % concordando com a questão, 13,3 % concordando totalmente

13,3 % responderam indiferente, 53,3 % responderam que discordam. Ao serem questionados sobre comportamentos envolvendo de injustiça, humilhação, assédio moral etc. Aqui o entrevistado nos mostra a relação do detentor de posição hierárquica sobre os demais servidores na instituição policial, em que o outro é colocado em situação humilhante. Ao responderem se já sofreram ou presenciaram algum tipo de humilhação por parte de superior hierárquico, 80 % responderam que sim, 20 % responderam não. Perguntado se foram preparados durante o curso, a lidar com situações dessa natureza no ambiente de trabalho. Ao responder sobre seu preparo através da formação recebida para o enfrentamento ou defesa dos diversos tipos de assédios e humilhações que se apresentassem, 100 % responderam não.

Ficando demonstrado, conforme considerações de Poncioni (2005) sobre o distanciamento de uma formação nitidamente democrática. Há situações nas quais os entrevistados percebem as desigualdades impostas pelo sistema, e as que podem provocar uma ruptura no processo de entendimento da essência do significado do que é "disciplina", "Justiça" ou "Segurança Pública", aliado à defesa de direitos de outrem.

Pode-se observar que, não obstante a prática profissional pós-curso ter sido avaliada positivamente por parte dos formandos, ainda há desafios relacionados a um maior conhecimento sobre os limites e potencialidades das efetivas conexões entre a formação e as práticas policiais, na construção de postura democrática das polícias, fundadas em políticas públicas de valorização e capacitação no molde de polícia democrática e cidadã, mediada pelas academias de formação policial em interação com outras Instituições.

Para Hagen (2005, p. 173) afirma que “os interesses e valores dos policiais, as disputas travadas entre as posições no interior da própria instituição e no campo político, tudo isso faz com que o controle sobre o treinamento dos policiais civis não seja completo.”

Na revisão do estado da arte realizada no primeiro momento ficou-se a saber que a formação produz impactos nas práticas dos polícias sobretudo porque transmitem os valores e os objetivos esperados (PONCIONI, 2005; BAPTISTA, 2012; CHANFANA et al., 2019). Ela mostrou-nos ainda que as academias de polícias tendem a manter a oferta formativa em métodos e práticas de natureza ostensiva com vista atuarem em conformidade como a expectativa social que lhes é endereçada (PONCIONI, 2005; DURÃO; SEABRA, 2014). Contudo, aqueles que se encontram no terreno cultivam uma visão muito diferente daquela emanada pelas instituições de ensino. Segundo os

inquiridos nos vários estudos, a formação recebida não os prepara para atuarem de forma ativa no enfrentamento dos principais problemas da sociedade devido sobretudo à fraca atenção dispensada à formação em disciplinas relacionadas com ética, deontologia e direitos humanos (BAPTISTA, 2012), como também às formas de trabalho em redes de parceria/ *stakeholders* (BAPTISTA, 2012; DURÃO; SEABRA, 2014) e à avaliação de desempenho por competências.

A análise à formação ministrada pela ACADEPOL realizada no segundo momento mostrou que foi privilegiado o desenvolvimento de competências de natureza técnica e laboratorial em detrimento das competências humanas e de cidadania.

Do total de 22 programas/ disciplinas, 14 (62%) visaram a capacitação em Domínio da Língua Portuguesa, Direito, Investigação Policial, Gerenciamento de Crise, Criminalística e Medicina Legal, Prática Cartorária, Armamento e Tiro, Defesa Pessoal, Tóxicos e Entorpecentes, Direção Defensiva. Enquanto 5 (22%) em Desenvolvimento Sustentável (ex. cidadania, ambiente, saúde de qualidade). E, 3 (16%) em Comunicação e Resolução de Conflitos (Relações Humanas).

Tal fato, reforça a ideia assente em outros estudos tais como no da autora Poncioni (2005) de que as polícias se encontram muito mais preocupadas em capacitar os agentes com normativos legais que norteiam a sua atuação do que em prepará-los para perseguirem os pressupostos de natureza ética durante o exercício da sua prática policial (BAPTISTA, 2012).

Apesar disto, a inclusão das preocupações ambientais, sociais e de comportamento do consumidor na formação ministrada comprova que a instituição visada se encontra ao corrente das principais preocupações emanadas pela sociedade tal como das tendências doutrinárias relacionadas com a polícia de proximidade ou polícia cidadã.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sugerem existir uma relação positiva entre a formação recebida e prática profissional. Os respondentes estão mais conscientes e avaliam positivamente o perfil de formação adquirida e 65,1% responderam que se sentem completamente essenciais e necessários a instituição.

Em contraposição 93,1% dos entrevistados não se acharam em condições de realizar o trabalho com a formação recebida. E, 55,8% nos mostra a relação do detentor de posição hierárquica sobre os demais servidores na instituição policial, em que o outro

é colocado em situação humilhante. Ao responderem se já presenciaram algum tipo de humilhação por parte de superior hierárquico responderam que sim. Isto corrobora com as ideias de Poncioni (2005) sobre o distanciamento de uma formação nitidamente democrática. Há situações nas quais os entrevistados percebem as desigualdades imposta pelo sistema, e as que podem provocar uma ruptura no processo de entendimento da essência do significado do que é “disciplina” “Justiça” ou “Segurança Pública”, aliado a defesa de direitos de outrem. Pode-se observar que, 65,1% responderam sim completamente, o que se considera positiva

Por fim, não obstante a prática profissional pós-curso ter sido avaliada positivamente pelos seus formandos, , ainda há desafios relacionados a um maior conhecimento sobre os limites e potencialidades das efetivas conexões entre a formação e as práticas policiais, na construção de postura democrática da polícia fundadas em políticas públicas de valorização e capacitação no molde de polícia democrática e cidadã, mediada pelas academias de formação policial em interação com as Instituições Federais de Ensino Superior.

Mas para que qualquer mudança venha ocorrer na Polícia Civil, Há a necessidade de sua regulamentação, tendo em vista que com a Constituição de 1988, apenas cita a Polícia Civil, em se art. 144, como uma das instituições de segurança pública, deixando explícito que sua regulamentação viria através de Lei posterior, o que não ocorreu até os dias atuais, portanto permanecendo com as mesmas estruturas de seu surgimento, no século XIX.

Quando se fala na Instituição Polícia Civil, sua imagem se resume a figura do delegado, tal qual ao longo dos séculos, quando se tenta construir uma instituição de Estado, se depara com o Dogma do status quo de determinado segmento de formação jurídica que se apóia das funções e finalidades de tal maneira que se tornou a instituição, ao se defender uma regulamentação institucional, que é obrigação legal, tendo em vista a previsão constitucional, devendo ser matéria de foro federal, pois só assim poderá ter sua atividade livre da interferência política, com definição de sua finalidade, organização, conduta, atribuições, divisão de suas funções, ao longo desse trabalho foram feitos alguns grifos, em que fica claro a predominância na detenção do poder, quando nos deparamos com redações como: “é de exclusividade...”, “... carreira de delegado de polícia e demais carreiras profissionais de polícia...” ou em um setor de formação onde “tem a finalidade de promover a e o desenvolvimento dos recursos humanos integrantes da carreira de Delegados de Polícia Civil e demais carreiras da Polícia Civil...”, entre outras situações

abusivas, de constrangimentos, discriminação, excludente, chegando a situações que podem ser classificadas como uma usurpação da instituição.

Na questão do predomínio do comando baseado na posição hierárquica, em vez da competência, 76,7% de alguma forma responderam não concordar. A hierarquia e disciplina rígida, como instrumento de funcionalidade e agilidade institucional, 90,7% de alguma forma responderam Não. E se foram ou viram humilhação por parte de superior hierárquico, 90,7% responderam Sim. Se foi vítima ou presenciaram assédio moral com colegas, praticados por superior hierárquico, 79,1% responderam que Sim, enquanto 16,3% Não necessariamente e 4,6% Não definitivamente. E se em sua formação foi preparado para enfrentamento ou defesa no caso das situações apresentadas, 90,7% responderam Não. Pesquisa realizada com a turma de 1997.

Enquanto para o grupo de 2013, o predomínio do comando baseado na hierarquia, em detrimento da liderança e competência, é visto dessa forma, 66,7% como ruim e péssimo, 26,7% indiferentes e 6,6% boa. Na questão da funcionalidade e agilidade da instituição através da hierarquia e disciplina rigorosa, 60% discordaram dessa premissa, 26,7% concordaram e 13,3 foram indiferentes. Perguntados se já presenciaram situações de injustiça, humilhação, assédio moral, por parte de superiores. 80% responderam Sim, 20% Não. E se em sua formação foi preparado para enfrentamento ou defesa no caso das situações apresentadas, 100% dos entrevistados responderam, Não.

Para entender melhor como se processam essas relações de poder institucional internamente, consultamos a Lei Orgânica da Polícia Civil da Bahia de 04/02/2009, Atualizada em 03/01/2014, desde o início, a lei se apresenta como um instrumento de domínio, e de forma dogmática, no que se refere a instituição, com conotação de legalidade, consolidando a hierarquia e a disciplina como instrumento de gestão, através de uma redação de conotação dúbia, onde a interpretação conduz para percepção de divisão institucional, apresentando a carreira de Delegados de Polícia Civil, posicionados na Lei, de forma que funde-se e confunde-se com a própria instituição. Em seguida vem a alusão e descrição das Demais Carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Redação que se sucede em toda extensão da Lei. Onde percebe-se uma divisão estrutural da instituição em duas partes, de forma legalizada e regulamentada, com uma se sobrepondo a outra.

Em pesquisa com a turma de 97, ao ser questionado sobre a participação nas políticas de segurança, para melhorar o desempenho da instituição, 88,4% de alguma forma se colocaram como excluídos, enquanto 11,6% se sente inclusos. Quando a questão

foi a existência de gestão de competência, sustentada por planejamentos e capacidade de execução, 90,7% de alguma forma negaram essa prática.

Para a turma de 2013, a pesquisa traz como resultado sobre a participação em planejamento ou gestão, tendo a formação na ACADEPOL como elemento de fundamentação. A resposta foi, 60% dos entrevistados discordaram, mas, 33,3% responderam afirmativamente. Enquanto 73,3% negam ter participado de experiências inovadoras sobre contexto profissional, com reflexões investigativas durante o curso.

Quanto ao perfil, será observado o pré-estabelecido para ingresso na instituição, constante nos editais de 1997 e 2013, por se tratar de objeto específico, descartando o debate sobre conceitos diversos.

Na turma de 1997 foi exigido um perfil para o escrivão com as seguintes características: Escolaridade de nível médio, com capacidade de desenvolver atividade inerentes aos exemplos típicos de tarefas, Caracterização da função do ponto de vista psicofísico do escrivão, todos já descritos. Perfil do agente de polícia: Atividade de nível médio, Exemplos Típicos de Tarefas, Caracterização da função do ponto psicofísico, Requisitos psíquicos, conforme Edital SAEB/001-97.

Enquanto para a turma de 2013 o perfil exigido, assim como as atribuições foram alterados em relação a 97, conforme segue: Escrivão de polícia requisitos específicos: diploma de conclusão de curso superior, devidamente registrado no Ministério da Educação – MEC. Atribuições: O perfil está associado com a capacidade de desenvolver as atividades descritas como atribuições no edital SAEB/ 01/2013.

Investigador de Polícia requisitos específicos: diploma de conclusão de curso superior, devidamente registrado no Ministério da Educação – MEC, bem como Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, categoria “B”, no mínimo. Atribuições: O perfil está associado com a capacidade de desenvolver as atividades descritas como atribuições no edital SAEB/ 01/2013.

Considerando toda mudança ocorrida no ingresso da turma de 2013, desde a escolaridade, montagem de um projeto pedagógico e currículo, aumento de carga horária, inserção de novos conteúdos, tudo planejado para atender as novas propostas da Matriz Curricular Nacional, podemos observar que as matérias e suas cargas horárias, ainda não estão conectadas de forma a se perceber um conteúdo formativo para o exercício da função policial, tomado como fonte comparativa as atribuições das atividades a serem

desenvolvidas e das atribuições institucional, trazendo um comprometimento da Prática Policial.

Isso se traduz através das pesquisas realizadas com os egressos das turmas de 1997 e 2013, formados pela ACADEPOL, em entrevista com a turma de 97, perguntados sobre a adequação da sua formação para o exercício da função, 55,8% responderam negativamente, enquanto 41,9% dividiram-se entre adequação parcial e completa. Em outro questionamento, a pergunta foi se sentiu preparado (a) para enfrentar o desafio que o aguardava? 53,5% avaliaram negativamente, enquanto 34,9% parcialmente, 9,3% completamente. Para assimilar a função, a pesquisa nos deixou ainda mais surpreso, 44,2% três a seis meses, 20,9% acima de dois anos, 16,3% acima de seis meses, enquanto 14% de um a dois anos. Finalizando avaliação da formação recebida com a turma de 97, foi perguntado, se ao entrar em exercício o egresso se sentiu em condições de realizar o trabalho com a formação recebida, esse foi o resultado. 93,1% de alguma forma não se acharam em condições, apenas 7% responderam completamente. Perguntado ainda se considera a formação e treinamento deficientes, 97,7% consideraram que Sim. Se as matérias lecionadas no curso condizem com a realidade encontrada na delegacia, 93,1% responderam de alguma forma que a dicotomia formação e realidade não estão sintonizadas. Perguntados se os conhecimentos adquiridos são totalmente usados no trabalho cotidiano, 95,3% responderam negativamente de alguma forma.

Para a turma de 2013, quanto a sua condição de exercer a função, com autonomia, tranquilidade no cumprimento do dever institucional, teve como respostas. 66,7% responderam que Sim. Enquanto 26,6% Não. Essa segurança pode estar associada a escolaridade e áreas de formação dos respondentes, sendo necessário novos estudo sobre o assunto. Na questão sobre conteúdo do curso, se condiz com os problemas e rotinas encontrados na delegacia. 53,3% discordaram, 33,3% concordaram. Observamos que mesmo 66,7% se considerando em condições de exercer a função com tranquilidade, 53,3% revela a fragilidade do ensino-aprendizagem, para a aplicabilidade. Impactando na Prática Policial.

Na questão sobre a aprovação da formação para a turma de 97. 37,2% responderam Não, 48,8% parcialmente e 14% Sim. Quanto ao método deveria ser revisto 83,7% Sim completamente, 16,3 Sim parcialmente. Para a turma de 2013, 93,3% concordam que a formação deve ser melhorada.

Por fim podemos concluir compreendendo como se processam as relações no nível institucional, onde permeiam as nuances do poder e da injustiça nos relacionamentos interpessoal.

Com o uso de diversas manobras de domínio dos corpos e aprisionamento dos pensamentos, uma política educacional de formação para as instituições policiais civis, de forma a atender as políticas de segurança pública, capaz de interagir com a sociedade de forma a agir como uma polícia cidadã, cumpridora das suas atribuições constitucionais.

Por fim fica apresentado e demonstrado como estão diretamente conectados os processos de formação, guiados por um perfil justo, com bases na hierarquia e disciplina funcionais, só assim produziremos uma Prática Policial adequada, pois só com justas, produziremos sociedades promissoras.

A Polícia Judiciária é composta por pessoas que exercem funções distintas, onde se submetem a concurso público para ocuparem essas funções. Cada função tem sua atribuição determinada se complementando para produzir um resultado. A Polícia Judiciária, deve produzir através de seu corpo de agentes público a Investigação Criminal, que consiste no levantamento de indícios, vestígios e provas para se chegar a uma autoria, ela ocorre através da produção subjetiva com a historicidade do ato delitoso, onde consta toda a atividade investigativa, hora, instrumento utilizado, motivação, provável autor e todas as circunstâncias que envolvam a trama, desenvolvido pelo Investigador de Polícia, trabalho esse repassado para o Delegado de Polícia, que junto com o Escrivão vão reduzir a termos, concomitante todos os materiais recolhidos nesse processo de levantamentos do local do crime serão periciados por Peritos oficiais do Departamento de Polícia Técnica, os quais com seus laudos vão complementar com a objetividade do trabalho em laboratório, dissipando todas as dúvidas que possam existir na produção subjetiva. Transformando o trabalho investigativo em uma peça construída por uma equipe multidisciplinar e diversas mãos. Todos realizando suas funções dentro das suas atribuições, para elaboração do resultado da Investigação Policial.

REFERÊNCIAS

A FORMAÇÃO, **Do Policial Civil Como Instrumento De Mudança No Exercício De Sua FUNÇÃO**. Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/1ICZhs8yQAY2IhVCJncHvphDXiXG4DG_fxBRNQOo1ZKg/alreadyresponded?c=08w=1>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.

ACADEPOL. Polícia Civil da Bahia. **Manual do Aluno**. Empresa Gráfica da Bahia: Salvador, 2008.

ALMEIDA, S.F.C. (2002). O Psicólogo no cotidiano da escola re-significando a atuação profissional. In R S L. Guzzo (org). Psicologia escolar. LDB e educação hoje – Campinas: Alinea

BAHIA. Decreto nº 8572, de 27 de Junho de 2003. **Regimento da Secretaria de Segurança Pública**. Diário Oficial do Estado da Bahia, jun. de 2003. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 27 de mar. de 2021

BAHIA. Lei Ordinária nº 11.370, de 04 de Fevereiro de 2009. **Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia**. Diário Oficial do Estado, Bahia, 05 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em 27 de abr. de 2021.

BAPTISTA, Ana Rita César. 2019. **Agentes da Política de Segurança Pública: Necessidades e Proposta de Plano de Formação Ético-Deontológica**. Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Inês Nascimento FPCEUP.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional**. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. (Polícia e Sociedade; n. 1.) – 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. (Série Polícia e Sociedade; n. 2) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BLOWFIELD, Michael e MURRAY, Alan. 2008. **Corporate Responsibility: A Critical Introduction**. Oxford e New York: Oxford University Press.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. 2006. On Justification. Economies of Worth. Translated by Catherine Porter. Princeton University Press. Princeton and Oxford. United States of America,

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**: Tradução de Fernando Tomaz – R. de Janeiro: Coleção Memória e Sociedade – coordenada por Francisco Bethencourte Diogo Ramada Curto. Editora: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL, Ministério da Justiça. Texto Base. **1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública**, Brasília, 2009.

BRASÍLIA: Senado Federal, **Consultoria Legislativa**, 88p. _____. Secretaria de Comunicação Social. Manual de redação: Agência Senado, Jornal do Senado, 1999.

BURNS, Tom & MACHADO, Nora (2013). **Social Rule System Theory: Universal Interaction Grammars**. CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893). Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 Lisboa, Portugal, cies@iscte.pt.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Revista Texto Contexto, v 15, n 4, out/dez, 2006.

CHANFANA, Abe; QUINTAS, Helena e CRUZ, José Pestana. (?:?). **A importância da formação profissional na Polícia de Segurança Pública**. <https://core.ac.uk/download/pdf/216325067.pdf>

CONSTITUIÇÃO, **Constituição**: República Federativa do Brasil, 1988.

COSTA, I. F. **Polícia e Sociedade**: gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed. p. 248, 2007.

DAZZANI, M. V. M.; LORDELO, J. A. C. A importância dos estudos com egressos na avaliação de programas. In: **Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas**. Salvador: EDUFBA, p. 15-21, 2012.

DURÃO, S.; LOPES, D. S. **Formação internacional, comunidades de saberes e mudança institucional**: os oficiais de polícia africanos formados em Lisboa, Rev. bras. segur. Pública | São Paulo v. 9, n. 1, 122-138, 2015.

FERRARI, M. **Nova Escola Especial Grandes Pensadores**. São Paulo: Publicado em Out. 2008, Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/pensadores/>. Acesso em: 21 set. 2021.

FIELDING, B. **O modelo Policial Profissional e a Formação**, 1996.

FRIEDMAN, Milton. 1970. “The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits”. The New York Times Magazine, 1-6.

<http://umich.edu/~thecore/doc/Friedman.pdf>.

GARRIGA, Elizabet, e MELÉ, Domenec. 2004. “**Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory**”. Journal of Business Ethics, 53 (1): 51–71.

<http://link.springer.com/article/10.1023/B%3ABUSI0000039399.90587.34>

GIDDENS, Anthony. 2005. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta.

GRAVELLE, James and Rogers, Colin. 2011. Policing public protests and corporate social responsibility. International Journal of Law, Crime and Justice (39): 111- 120.

HAGEN, A. **O Trabalho Policial: Estudo da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre 2005. Tese de doutorado em sociologia. Porto Alegre: IFCHUFRGS, 2005. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5810/000520878.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas** – Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

MINISTÉRIO da Educação. Portal Domínio Público. **Coleção Educadores**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=0&ds_titulo=&co_autor=&no_autor=&co_categoria=133&pagina=1&select_action=Submit&co_midia=2&co_obra=&co_idioma=&colunaOrdenar=DS_TITULO&ordem=asc>. Acesso em: 23 set. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Avaliações, Diagnósticos e Análise de Ações, Programas e Projetos em Segurança Pública / Organização**. 260 p.: il.color. – (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 4). Brasília: 2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Modernização da Polícia Civil Brasileira: Aspectos Conceituais, Perspectivas e Desafios**. Brasília: MJ, SENASP, 2005.

MIRANDA, J. **Política de Orientação para Formação do Policial Civil no Piauí**, Linguagens, Educação e Sociedade – Teresina, Ano12, n. 16, p. 71 – 84, jan. /Jun. 2007. Disponível em:<leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/revista/N%2016/art_6.pdf>. Acesso em: 21 de abr. 2021.

MONET, J. C. **Polícias e Sociedades na Europa**/ Jean- Claude Monet: tradução de Mary Amazonas Leite de Barros – 2 ed. – coleção Polícia e Sociedade do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), publicados pela EDUSP (Polícia e Sociedade; n. 3) Título Original: PolicesetSociétés em Europe. São Paulo, 2002.

MONJARDET, D. **O que Faz a Polícia: Sociologia da Força Pública** / Dominique Monjardet; posfácio Jean-Marc Erbès; tradução Mary Amazonas Leite de Barros. – Ed. Ver. 2002. – (Série Polícia e Sociedade; n. 10/Organização: Nancy Cardia) Título Original: Ce que fait La Police: sociologie de La force publique. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MOORE, Mark. H. Problem Solving and Community policing. In:TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Eds). Modern policing. Chicago: The University of ChicagoPress, 1992.

MORAIS, F. **A Educação do Policial Voltada para a Cidadania: A Aplicação dos Direitos Humanos pelo Servidor Policial Civil**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação lato sensu em Segurança Pública e Direitos Humanos – ESDHC - Belo Horizonte, 2007.

NASCIMENTO, A. **A Especialização sem Especialistas: Um estudo sobre as práticas (in) formais de investigação e de transmissão de conhecimento nas Delegacias Especializadas**. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp050569.pdf>>. Acesso em: 28 de jul. de 2017.

NASCIMENTO, A. **A Polícia Civil do Rio de Janeiro: Breves Considerações Sobre a Formação Policial Especializada**. Segurança Urbana e Juventude, Araraquara, v.3, n.2, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/203458123/Meus%20documentos/Downloads/3693-9145-1-SM.pdf>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.

NEVES, P. S. C.; RIQUE, C. D. G.; FREITAS, F. F. B. (Org.). **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Bagaço, 2002.

NÓVOA, Antonio; FINGER, Matthias (org). O método (auto) biográfico e a formação. Lisboa; Ministério da Saúde, Departamento dos Recursos Humanos da Saúde, CFAP, 1988.

PALMA, A. P. et al. **História da Polícia Civil da Bahia**: Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1978.

PIRES, T. **O Ensino Policial Civil: o caso da academia de polícia Civil de Goiás**. Dissertação apresentada à Banca Examinadora de defesa do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás. Goiânia – 2008. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1223/1/TANIA%20APARECIDA%20PORFIRIO%DE%20SOUZA%20PIRES.pdf>>. Acesso em:28 de jul. de 2021.

PONCIONI, P. **O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro**, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v20n3/v20n3a04.pdf> > Acesso em: 25 de ago. de 2021.

PONCIONI, P.. **A Polícia Civil do Rio de Janeiro: breves considerações sobre a formação policial especializada**. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/203458123/Meus%20documentos/Downloads/3693-9145-1-SM.pdf>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.

PORTER, Michael E., KRAMER, Mark R. 2006 “**Strategy ad Society: The Link between CompetitivAdvantage and Corporate Social Responsibility**”. Harvard Business Review, 84 (12). <https://hbr.org/2006/12/strategy-and-society-the-link-between-competitive-advantage-and-corporate-social-responsibility>

QUESTIONÁRIO, **Pesquisa Científica Sobre Formação E Práticas Policiais**, Turma 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms/d/1zWIXdzQMYUzWtnkNRahGg5Zb1Bq2LcI8vAsFzOVb3MU/edit> >. Acesso em: 29 de jul. de 2021.

RIBEIRO, F. B. **A Polícia Civil no Brasil**: Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

ROGERS, Everett M. – Diffusion of Innovations – Fifth Edition – New York – The Free Press.

SAMOUQUEIRO, Ricardo A. V. S. **Prevenção – A Chave para o combate da corrupção – Trabalho de Investigação Aplicada – Mestrado em Ciências Militares – Especialidade em Segurança - Queluz**, março de 2009.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; Thornhill, A. **Research Methods for Business Students**. 4th Edition, Financial Times Prentice Hall, Edinburgh Gate, Harlow, 2007.

SCHERER, Andreas George e PALAZZO, Guido. 2011. “**The New Political Role of business in a globalized world: A Review of a New Perspective on CSR and its implications for the firm, governance, and democracy**”. Journal of Management Studies, (48)4: 8899-931. doi 10.1111/j.1467-6486.2010.00950.x

SECRETARIA, Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional: Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Brasília: MJ, SENASP, 2014.

SILVESTRE, P. F. **Para a história do direito constitucional português**. Coimbra, Almedina, 2005.

SILVESTRE, Hugo Marco C.; ARAÚJO Joaquim Filipe F. E, 2009; **A Gestão por Resultados no Sector Público: O Caso dos Hospitais EPE**. Comunicação a conferência organizada pelo INA. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/515>

TRIGILIA, Carlo. 2002. **Economic Sociology**: state, Market, and society in modern capitalism. Oxford, Blackwell.

VALENTE, G.; Monteiro, M. **Teoria Geral do Direito Policial**, 2015.

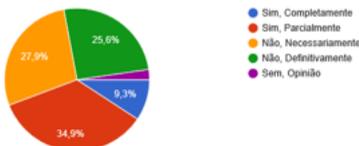
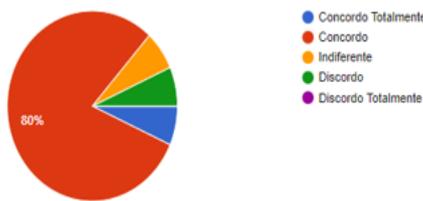
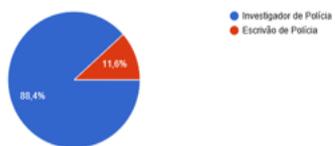
VALENTE, Manuel M.G. 2015 “**O(s) Saber(es) e a Formação como Nómos de Afirmação dos Modelos Constitucionais de Polícia**”, Pp.34-48. Revista Brasileira de Segurança Pública. Vol.9. Nº1. Fevereiro/ Março 2015. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1981-1659.

VILLAS-BOAS, M. **O Papel Social da Polícia**. “Palestra proferida na Escola de Polícia Civil da Bahia, em 18 de janeiro de 1957, com um Apêndice referente a observações policiais procedidas no Distrito Federal e Estado de S. Paulo”: Salvador, Tipografia Manú Editora LTDA. (p.p. 7-55), 1957.

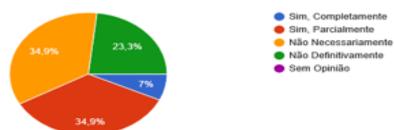
ZAVERUCHA, J. **Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma**. Editora da UFPE 2003 – Recife Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=RzXV-4R8DRsCl&pg=PP1&focus=viewport&hl=pt-BR&output=html text>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A - COMPARATIVO ENTRE AS DUAS PESQUISAS DAS TURMAS DO ANO DE 1997 E 2013

TURMA ANO 1997	TURMA ANO 2013
<p>Gráfico 09. Você se sentiu preparado (a) para enfrentar o desafio que o aguardava?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.</p> <p>Nessa questão se evidencia não só o sentimento, como também a percepção da finalidade da formação, sua aplicabilidade nas situações reais que lhe são apresentadas na prática, ficando assim sua distribuição, 52,5% avaliam de forma negativa o aproveitamento da aprendizagem em relação à prática policial. Enquanto 34,9% avaliam como válida sua preparação, 27,9% responderam que não necessariamente, 25,6%, não definitivamente, enquanto 9,3% responderam sim completamente.</p>	<p>7. Após o curso foi ampliada a minha capacidade de interpretação das questões/problemas e perspectivas em torno do trabalho policial e da relação entre polícia e sociedade e assim sinto-me preparado (a) para os desafios que me aguardam.</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.</p> <p>Nessa questão houve 80 % de concordância dos pesquisados, 6,6 % de total concordância, 6,6 % se consideraram indiferente, havendo 6,6 % de discordância da afirmativa.</p>
<p>Funções na Polícia</p> <p>Do público-alvo da pesquisa, 88,4% são investigadores de polícia e 11,6% escrivães de polícia.</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.</p>	<p>Qual a função exercida pelo senhor (a) na PCBA?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.</p> <p>Do universo pesquisado 100% exercem a função de investigadores de polícia, estando inseridos pessoas dos sexos masculino e feminino.</p> <p>Obs. Não obtivemos respostas dos escrivães, onde os ocupantes do cargo em sua maioria, são mulheres, essa participação é de grande importância. Considerando que, em uma instituição de predominância masculina, a participação feminina, constitui-se um dos desafios a ser superado na instituição, a fim de se criar um discurso mais humanizado e menos machista.</p>

O conteúdo das matérias lecionadas no curso condiz com a realidade encontrada na delegacia?

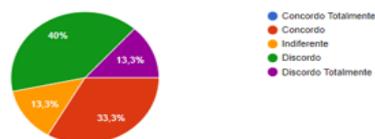


Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nessa questão pode-se observar que há uma contextualização diferenciada no trabalho prático e no desenvolvimento da atividade policial, considerando a região de sua aplicação. Tendo em vista o equilíbrio no resultado das respostas obtidas, demonstra que essa variação que relaciona aprendizado e realidade pode estar diretamente relacionado à região de aplicação e desenvolvimento da atividade de polícia, para tanto novos estudos se fazem necessário para que se verifique essa premissa.

Fato é que de acordo com as respostas aqui expressas, demonstram que os conteúdos apreendidos e a realidade encontrada nas delegacias sofrem uma variação muito grande, mas o fato é que **93,1% dos pesquisados responderam de alguma forma que a dicotomia formação e realidade não estão sintonizadas, como se segue**, 34,9% responderam que sim parcialmente, enquanto 34,9% não necessariamente, 23,3% não definitivamente e 7% responderam sim

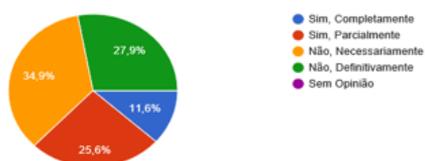
O conteúdo do curso condiz com os problemas e rotinas encontrados na delegacia.



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Essa questão analisa a utilidade prática dos conteúdos da formação. Fazendo com que o pesquisado faça sua análise da realidade, avaliando a prática e a aplicabilidade bem como a utilização do conhecimento adquirido quando de sua formação pela ACADEPOL. Nesse contexto o pesquisado aparece como o centro desse estudo, oferecendo o feedback de todo processo ensino-aprendizagem e a aplicabilidade dos recursos produtores de conhecimento, com sua utilidade prática, podendo ser observado através do resultado das respostas, 33,3 % responderam que concordam, 40 % responderam que discordam 13,3 % discordam totalmente, 13,3 % indiferentes.

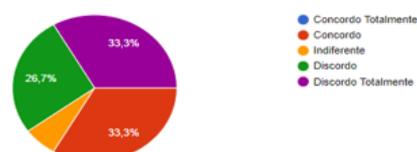
Você participa das políticas de segurança, para melhor desempenho do trabalho policial em sua instituição?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

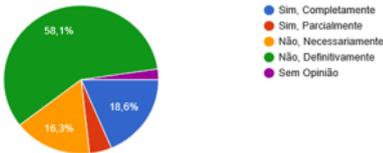
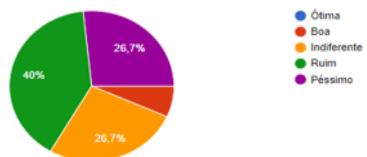
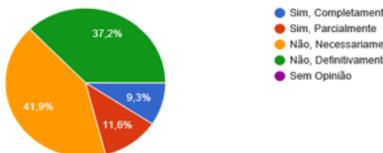
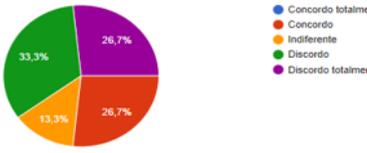
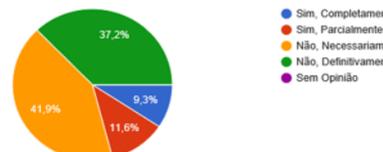
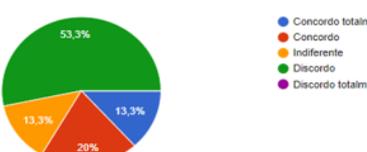
Quanto à participação das políticas de segurança na busca de um melhor desempenho institucional verificou-se que 88,4% de alguma forma se encontram excluídos do processo de construção dessas políticas institucionais. Sendo seu resultado distribuído da seguinte forma, 34,9% responderam sobre a participação nas políticas de segurança que, não necessariamente, 27,9% não definitivamente, 25,6% sim parcialmente e 11,6% sim completamente.

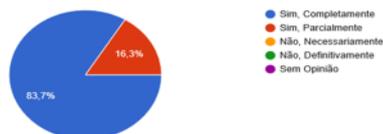
O curso me permitiu contribuir na gestão e participação nos planejamentos e controles dos processos da PCBA visando melhorias no desempenho do trabalho policial.



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

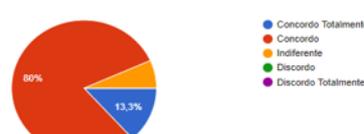
Quanto à participação das políticas de segurança, gestão, planejamento, controle de processos, na busca de um melhor desempenho institucional verificou-se que 33,3 % concordaram com a afirmação, 6,7 % ficaram indiferentes 26,7 % discordaram e 33,3 % discordaram totalmente.

<p>Concordância com o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.</p> <p>Ao responderem sobre hierarquia, liderança e competência, 58,1% dos pesquisados responderam sobre a questão não definitivamente, 16,6% sim completamente, 16,3% não necessariamente, 4,7% sim parcialmente, 2,3% não opinaram.</p>	<p>Como o senhor (a) avalia o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência dentro da PCBA?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.</p> <p>Ao responderem sobre hierarquia, liderança e competência, 6,6 % dos pesquisados responderam sobre a questão como boa, 26,7 % responderam indiferentes, 40 % responderam ruim, 26,7% com a resposta de péssimo.</p>
<p>A hierarquia e disciplina rigorosa dão mais funcionalidade e agilidade à instituição?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.</p> <p>Aqui a questão demonstra o grau de rigidez da hierarquia e disciplina e sua capacidade como instrumento de funcionalidade e agilidade, assim vistas pelos respondentes. 41,9% responderam não necessariamente, 37,2% não definitivamente, 11,6% sim parcialmente e 9,3% responderam que sim completamente.</p>	<p>Hierarquia e disciplina rigorosa dão mais funcionalidade e agilidade à instituição?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.</p> <p>Aqui a questão demonstra o grau de rigidez da hierarquia e disciplina e sua capacidade como instrumento de funcionalidade e agilidade, assim vistas pelos respondentes, 26,7 % concordaram, 13,3 % ficaram indiferentes, 33,3% discordaram da questão e 26,7% discordaram totalmente.</p>
<p>Hierarquia, desrespeito e injustiça profissional.</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.</p> <p>Nessa questão o entrevistado demonstra seu sentimento relacionado à hierarquia institucional, o desrespeito e a injustiça profissional. Apresenta-se o resultado da seguinte forma 41,9% responderam que não necessariamente na hierarquia há desrespeito e injustiça profissional.; 37,2% não definitivamente, 11,6% sim parcialmente e 9,3% sim completamente.</p>	<p>A hierarquia provoca desrespeito e injustiça no exercício profissional?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.</p> <p>Nessa questão o entrevistado demonstra seu sentimento relacionado à hierarquia institucional, o desrespeito e a injustiça profissional são visto da seguinte forma 20 % concordando com a questão, 13,3 % concordando totalmente 13,3 % responderam indiferente, 53,3 % responderam que discordam da questão.</p>

Você acha que o método de formação deveria ser revisto?

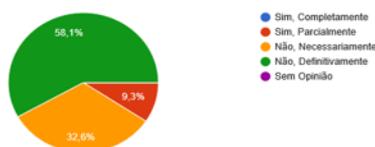
Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Consegue-se mensurar através dos entrevistados os seguintes resultados, 83,7% responderam sim completamente, em relação à revisão do método de formação e 16,3% que sim parcialmente. De alguma forma todos concordam com uma mudança ou revisão no processo formativo dos policiais civis. Ao ser analisado os resultados aqui apresentados, pode-se identificar através da avaliação e autoavaliação dos profissionais que passaram pelo processo de formação na ACADEPOL, os quais de alguma forma externaram as dificuldades enfrentadas por eles, no exercício das suas funções.

A formação proporcionada pela ACADEPOL precisa melhorar?

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

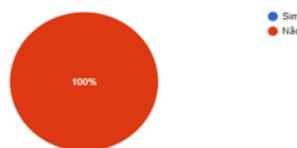
Pode se observar através dos entrevistados os seguintes resultados, 80 % responderam concordando, 13,3 % concordando totalmente, com 6,7 % indiferentes.

Em seu curso de formação você foi preparado para o enfrentamento ou defesa no caso das situações anteriores?

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

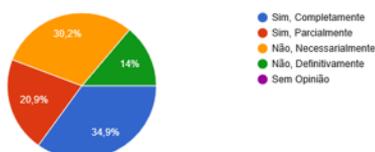
Ao responder sobre seu preparo através da formação recebida para o enfrentamento ou defesa dos diversos tipos de assédios e humilhações que se apresentassem, 58,1% responderam não definitivamente, 32,6% responderam não necessariamente, 9,3% responderam que sim parcialmente.

A seguir o entrevistado nos apresenta duas situações representativas, a primeira em relação a sua condição funcional quanto à independência e importância para a instituição, além de uma análise das ações comportamentais e atitudinais. A segunda o pesquisado analisa sua formação e método de ensino.

No curso o senhor (a) foi preparado para lidar com situações de desrespeito e injustiça no exercício profissional?

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

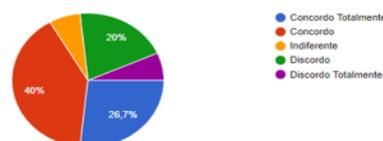
Ao responder sobre seu preparo através da formação recebida para o enfrentamento ou defesa dos diversos tipos de assédios e humilhações que se apresentassem, 100 % responderam não.

Atualmente você se sente em condições de exercer sua função, com independência e tranquilidade no cumprimento do seu dever institucional?

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Respondendo sobre algumas situações como condições pessoais de independência, tranquilidade no exercício da sua função e cumprimento do dever, foram obtidos os seguintes resultados 34,9% responderam que sim completamente, 30,2% não necessariamente, 20,9% sim parcialmente, 14% responderam que não definitivamente.

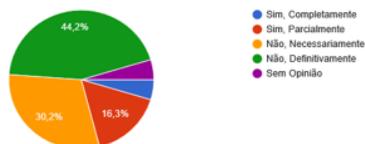
Nesta questão pode ser observado o sentimento do pesquisado com relação a sua participação no contexto institucional na condição de elemento essencial para manutenção e sustentação que norteiam a continuidade dos processos, garantindo a existência da própria instituição.

Sinto-me em condições de exercer minha função com autonomia e tranquilidade no cumprimento do meu dever institucional.

Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Respondendo sobre algumas situações como condições pessoais, autonomia, tranquilidade no exercício da sua função e cumprimento do dever, foram obtidos os seguintes resultados 40 % responderam que concordam 26,7 % concordam totalmente, 20% discordaram, 6,6 % indiferentes, 6,6 % Responderam que discordam totalmente.

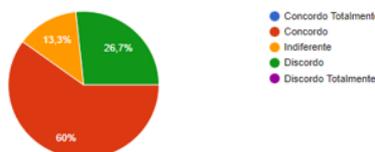
Em sua instituição existe uma gestão de competência, sustentada por planejamentos e capacidade de execução?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 – Acervo da pesquisa.

Aqui se busca analisar a capacidade do entrevistado perceber e expressar na condição de executor das políticas de segurança pública, como se processam as rotinas de aplicação, e em que bases elas são elaboradas. Resultando nas seguintes respostas, 44,2% responderam não definitivamente, para a não existência de uma gestão de competência com planejamentos e capacidade de execução, 30,2% que não necessariamente, 16,3% responderam que sim parcialmente, 4,7% sim completamente e 4,7% não opinaram.

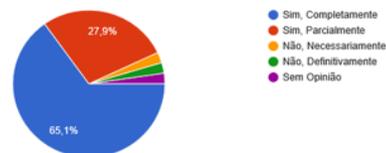
O curso proporcionou-me maior visibilidade dentro do meu espaço de trabalho.



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Para os respondentes, 60 % concordam com a afirmação, 13,3 % demonstraram indiferença, 26,7 % discordaram da afirmação.

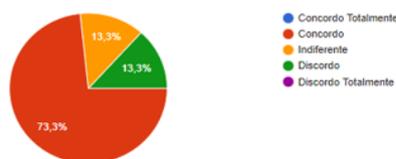
Há muito rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetam a segurança?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Os entrevistados percebem as desigualdades imposta pelo sistema, e o que pode provocar uma ruptura no processo de entendimento da essência do significado do que é “disciplina” “Justiça” ou “Segurança Pública”, aliado a defesa de direitos de outrem. Podemos observar que, 65,1% responderam sim completamente, 27,9% sim parcialmente, 2,3% não definitivamente, 2,3% não necessariamente e 2,3% sem opinião.

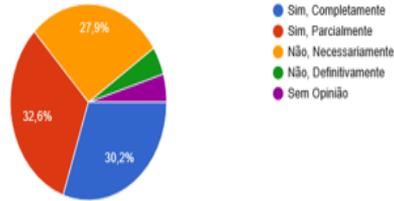
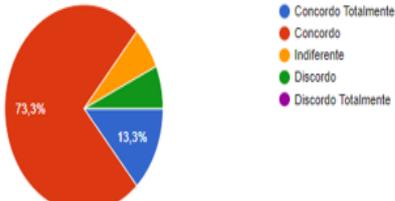
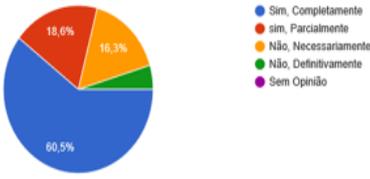
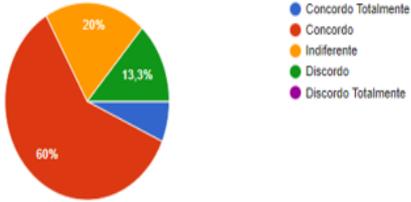
Após o curso foi ampliada minha capacidade em trabalhos de equipe e habilidades de planejamento, organização, comunicação e liderança.



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão 73,3 % dos respondentes concordam com a afirmativa exposta, enquanto 13,3 % consideraram indiferença para a afirmativa e 13,3 % discordaram.

Isso fica claro quando se observa o resultado desse item, onde ao responderem sobre o uso no seu trabalho policial, todo conhecimento adquirido na formação obtemos 48,8% respondendo que não necessariamente, 39,5% sim parcialmente, 7% não definitivamente e 4,7% sim completamente.

<p>Falta disciplina em sua instituição?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.</p> <p>Os desrespeitos e a inobservância no cumprimento de algumas regras básicas de forma individual podem conduzir o olhar do observador a vê-la como indisciplina institucional. Portanto, esse é o olhar dos pesquisados sobre disciplina institucional, 32,6% responderam à questão que sim parcialmente, 30,2% que sim completamente, 27,9% que não necessariamente, 4,7% não</p>	<p>Após o curso foi ampliada a minha capacidade de analisar situações institucionais, administrativas e operacionais.</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.</p> <p>Do universo de respondentes 73,3 % concordaram com a afirmativa, 13,3 % concordaram totalmente, 6,7 % consideraram indiferentes e 6,7 % discordaram da questão.</p>
<p>definitivamente e 4,7% não opinaram. Na próxima questão será observada a percepção do pesquisado em relação à distorção da hierarquia, ao despertar no mandatário um poder com capacidade de se transformar em autoritário.</p>	
<p>Foi vítima ou presenciou colegas serem vítimas de assédio moral por parte de superiores?</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.</p> <p>Nessa questão o pesquisado evidencia o poder investido de forma autoproclamado pelo indivíduo autoritário dentro do espaço que lhe cabe, aos olhos do observador, compreendido como domínio e se portando como senhores feudais. Trazendo o seguinte resultado 60,5% responderam sim completamente, com relação à vitimização do assédio moral por superiores, 18,6% que sim parcialmente e 4,6 que não definitivamente. Na questão a seguir o pesquisado nos revela com sua resposta, que de alguma forma o processo formativo pode interferir ou não, na lógica de manutenção de uma ordem de domínio.</p>	<p>Após o curso procurei me atualizar participando de eventos como palestras, seminários, conferências e congressos.</p>  <p>Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.</p> <p>Nessa questão 60 % dos pesquisados concordaram com a afirmativa, 20 % se definiram como indiferente 13,3 % discordaram, enquanto 6.7 % concordaram totalmente.</p>

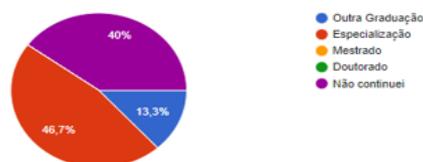
Você se vê como um indivíduo essencial e necessário para sua instituição?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Nesse contexto ao ser interpelado sobre seu olhar na condição de essencial e necessário para a instituição, os entrevistados, assim se posicionaram, 65,1% responderam que sim completamente, são essenciais e necessários, 25,6% responderam sim parcialmente, 4,7% não necessariamente e 4,7% responderam não definitivamente. Ao ser perguntado sobre a aprovação da formação, considerando que o pesquisado ao entrar em exercício, dispõe de condições avaliativas sobre o processo ensino aprendizagem e aplicabilidade prática, tendo em vista à necessidade no decorrer de sua jornada de trabalho a oportunidade de aplicação dos conteúdos ensinados, avaliando sua eficácia ou relação dos fatos com a doutrina de resolução apresentada quando da sua formação.

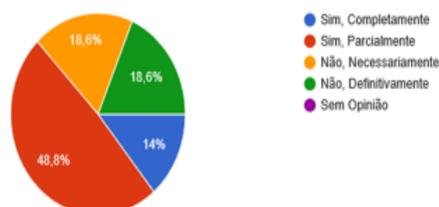
Após o curso continuei a minha formação acadêmica/profissional em Instituições do Ensino Superior (IES).



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nessa questão 46,7 % optaram na especialização, 13,3 % outra graduação e 40 % não continuou.

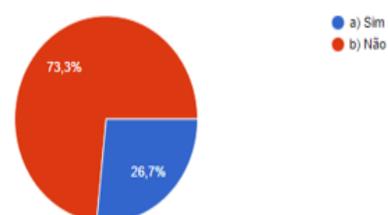
Você aprova sua formação?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Essa relação direta avaliativa do entrevistado em relação ao aprendizado, que se apresenta constatou que: 48,8% responderam que sim parcialmente, 18,6% que não necessariamente, 18,6% que não definitivamente e apenas 14% responderam sim completamente.

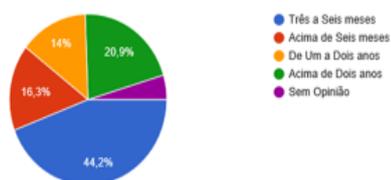
O curso proporcionou-me novas oportunidades de pesquisa dentro e/ou fora da instituição na qual estou empregado.



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 – Acervo da pesquisa.

Nesta questão, 73,3 % responderam não enquanto 26,7 % responderam sim.

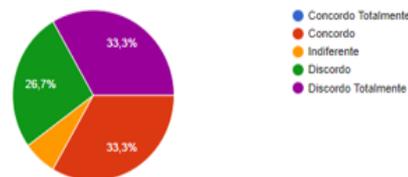
Quanto tempo você levou para assimilar sua função na polícia?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Esse item demonstra o tempo e espaço necessário para adaptação do policial ao assumir sua função após sair da ACADEPOL, podendo servir de instrumento avaliativo e de acompanhamento do processo ensino aprendizagem bem como sua eficácia e resultado prático. Observando com isso através do espaço temporal a qualidade de apreensão do conteúdo ensinado e sua funcionalidade prática. Aqui fica demonstrado que essa assimilação não se dá de forma tão simples, merecendo atenção, considerando que 51,2% só se adaptaram em um intervalo acima dos seis meses a dois anos. Assim distribuído, 44,2% levaram de três a seis meses para assimilar a função, 20,9% acima de dois anos, 16,3% acima de seis meses, 14% de um a dois anos, 4,6% sem opinião.

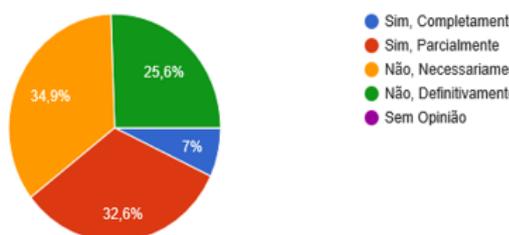
O curso me permitiu contribuir na gestão e participação nos planejamentos e controles dos processos da PCBA visando melhorias no desempenho do trabalho policial.



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 - Acervo da pesquisa.

Quanto à participação das políticas de segurança, gestão, planejamento, controle de processos, na busca de um melhor desempenho institucional verificou-se que 33,3 % concordaram com a afirmação, 6,7 % ficaram indiferentes 26,7 % discordaram e 33,3 % discordaram totalmente.

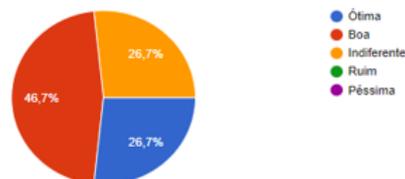
Ao entrar em exercício você se sentiu em condições de realizar o seu trabalho, com o aprendizado na formação?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2016 - Acervo da pesquisa.

Aqui observa-se o processo de ensino aprendizagem vivenciado pelo pesquisado quando da sua formação, com o nível e o domínio de conteúdo do recém-saído da ACADEPOL, ao deparar-se com a prática, associando a qualidade da formação do policial em relação à sua atividade. Onde 93,1% dos entrevistados não se acharam em condições de realizar o trabalho com a formação recebida. Em que 34,9% responderam não necessariamente, 32,6% sim parcialmente, 25,6% responderam não definitivamente e 7% responderam sim completamente.

Como avalia a sua relação com seus superiores hierárquicos?



Fonte: Dados coletados por questionário, pesquisa de campo 2021 - Acervo da pesquisa.

Nessa questão o entrevistado demonstra seu sentimento relacionado à hierarquia institucional, e as relações com superiores hierárquicos, o resultado se apresenta da seguinte forma 26,7 % responderam ótima, 46,7 % responderam boa, 26,7 % responderam indiferentes.